



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS  
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**Tatiele Gomes dos Santos**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM CONTEXTOS DE  
INTERIORIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NA  
UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DE  
LUSOFONIA BRASILEIRA (UNILAB)**

**CACHOEIRA – BAHIA  
2022**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM CONTEXTOS DE INTERIORIZAÇÃO  
E INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DE LUSOFONIA BRASILEIRA (UNILAB)**

**Tatiele Gomes dos Santos  
Bacharela em Serviço Social  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social e Territórios.

**Orientadora:** Profa. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos

**CACHOEIRA – BAHIA  
2022**

## FICHA CATALOGRÁFICA

---

S237a Santos, Tatiele Gomes dos.

Assistência estudantil em contextos de interiorização e internacionalização na Universidade de Integração da Lusofonia Afro-brasileira. / Tatiele Gomes dos Santos. Cachoeira, BA, 2022.  
133f.:il.

Orientadora: Profa. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Territórios, 2022.

1. Estudantes Universitários – Programas de Desenvolvimento. 2. Universidade de Integração da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) - Estudantes. 3. Estudantes - Auxílio Financeiro - Avaliação. I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 378.30

---

Ficha elaborada pela Biblioteca do CAHL - UFRB.


Responsável pela Elaboração – Juliana Braga (Bibliotecária – CRB-5/ 1396)  
(Os dados para catalogação foram enviados pelo usuário via formulário eletrônico)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E TERRITÓRIOS  
COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM CONTEXTOS DE INTERIORIZAÇÃO  
E INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO  
INTERNACIONAL DE LUSOFONIA BRASILEIRA (UNILAB)**

Comissão examinadora da Dissertação de  
Tatiele Gomes dos Santos

Aprovada em 29 de março de 2022

Documento assinado digitalmente  
 GEORGINA GONCALVES DOS SANTOS  
Data: 14/05/2022 18:30:24-0300  
Verifique em <https://verificador.it.br>

Georgina Gonçalves dos Santos  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Orientadora

Documento assinado digitalmente  
 MAURICIO FERREIRA DA SILVA  
Data: 22/05/2022 08:39:37-0300  
Verifique em <https://verificador.it.br>

Maurício Ferreira da Silva  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente  
 LYS MARIA VINHAES DANTAS  
Data: 14/05/2022 09:40:23-0300  
Verifique em <https://verificador.it.br>

Lys Maria Vinhaes Dantas  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Examinadora Interna

Olivia Maria Costa  
Silveira  
 Documento assinado digitalmente  
Data: 14/05/2022 09:40:23-0300  
Verifique em <https://verificador.it.br>

Olivia Maria Costa Silveira  
Secretária Municipal de Educação de Pojuca – Bahia  
Examinadora Externa

## AGRADECIMENTOS

Palavras não são suficientes para agradecer a todos que contribuíram para a realização de mais um sonho. Um sonho que primeiramente brotou no coração de Deus, disso eu tenho certeza e foi por isso que ele colocou tantos anjos em meu caminho para tornar a caminhada mais leve e divertida.

Começo agradecendo ao dono de todo o universo pela sua infinita bondade e por me permitir continuar firme em seus propósitos e que não permitiu que eu desistisse em nenhum momento. Quando eu pensava em desistir ele me mandava anjos para me ajudar a continuar caminhando. Ouvi um dia, no ano de 2020, de um profeta do Senhor que eu nasci para ser mestre por excelência, e que eu ensinaria de crianças a pessoas de cabelos brancos, fiquei muito comovida, pois aquele pregador não me conhecia, não sabia minha formação e nem conhecia as lutas que eu estava passando no mestrado. Muitas foram as lágrimas que Deus enxugou! Mas, a partir daquele dia eu me propus a tomar posse dessa profecia sabendo que nunca estive sozinha e que em todas as universidades que tive a chance de estudar, não foi por meu esforço, mas Deus me capacitando para que cumprisse o seu propósito em minha vida. Pois, sou filha de pais trabalhadores rurais que não tiveram a oportunidade de estudar, mas que não desistiram de me colocar em uma escola, mesmo com todas as dificuldades que enfrentavam para nos manter estudando. Meu primeiro contato com a educação formal foi aos 7 anos de idade, comecei tarde? Talvez não, pois eu nunca mais parei de estudar...

Os meus pais Delvair e Evanira são meus grandes motivadores, pois não mediram esforços para que eu alcançasse novos horizontes. Eles sem dúvida são a base para eu me tornar a primeira pessoa da família a concluir duas graduações no ensino superior, todas em universidades públicas. Sorte é ter um pai celestial e pais terrestres tão especiais.

Não esquecerei dos mestres da Escola Estadual João dos Santos Amaral que fizeram parte de minha trajetória escolar, ali eu estudei da primeira série até o ensino médio. Muitos foram os ensinamentos e a contribuição para o meu aprendizado. Sempre me ensinando com amor e dedicação. Sempre serão os meus "tios" e "tias", onde eu ir levarei todos no meu coração, pois sou grata por tudo.

Aos mestres da UFRB. Conheci grandes mestres que me inspiram a querer ser uma profissional ética e comprometida com minha profissão. Minha orientadora Georgina Gonçalves dos Santos pela paciência e compreensão em todos os momentos, principalmente quando não tinha mais motivação, sempre me lembrava da minha capacidade e acendia novamente a vontade de ir até o fim. A Lys Vinhaes, que ainda na graduação me intimou a ir para o mestrado e sempre me incentivou a persistir, muitos foram os aprendizados, depois que a conheci, comecei a aprender pesquisar e encontrei a temática que tanto amo pesquisar. Não existe palavras para definir o que Lys significa na minha vida, só sei dizer que o campus de Muritiba é o mais acolhedor de todos. A Olívia que tanto me incentivou e motivou a transformar o TCC em projeto de mestrado, e mais uma vez esteve presente na dissertação não me deixando desistir do meu sonho. Ao professor Maurício Silva, que mesmo com nossos prazos apertados aceitou fazer parte da minha banca e foi também um dos responsáveis pela minha aquisição da bolsa de pesquisa, sempre coerente e disposto a ouvir e mediar o processo. É só gratidão por vocês fazerem parte desse projeto tão sonhado e agora concretizado.

Um dia, eu pedi a Deus, uma professora Doutora em Educação para me orientar entrar no mestrado, já que era da área de educação e só vim fazer o curso de Serviço Social para aproximar da pesquisa acadêmica. Deus como sempre bondoso, me mandou três professoras doutoras em educação e apaixonadas pelo que faz, que é formar novos pesquisadores. Vocês são demais mesmo eu dizendo que não dava mais, seguraram em minha mão e fomos juntas até o fim. Sorte a minha de ter encontrado vocês em meu caminho.

À minha família que apesar de pouco estudo sempre me incentivou a estudar. Meu pai Delvair e minha mãe Evanira não mediram esforços para que frequentasse uma escola e alcançasse novos horizontes.

Ao meu esposo Agnaldo pela partilha e incentivo diário e ao meu querido filho Heitor que transformou a minha vida com seu amor, carinho e sorriso, sempre serei a mamãezinha que mesmo com o cansaço do dia a dia, irá te colocar pra dormir, contar e ouvi histórias. Às vezes, é você que me coloca para dormir...rs. A maternidade trouxe responsabilidades e amadurecimento. Perdas acadêmicas não se comparam ao ganho de experiências únicas de ter do meu lado o presente mais lindo enviado por Deus. A verdade é que Heitor é meu “milagre”, minha inspiração de cada manhã.

Aos amigos do grupo de pesquisa OrgPoP que muito contribuíram para que eu concluísse o meu mestrado. Inspiraram-me por serem tão jovens e ao mesmo tempo tão responsáveis com os estudos.

Aos amigos que se tornaram “irmãos”, pessoas escolhidas por Deus para tornar o meu caminho mais alegre. Leandro, que é o meu grande parceiro, colega, vizinho e redator. Graciana Cunha minha amiga de Vitória da Conquista, que sempre me motivou e também é uma das minhas redatoras, sempre me socorre em cima da hora. Vinicius Magalhães, do serviço social para a vida, me ajudou nas demandas com o CEP, um mestre e pesquisador que tenho um amor muito grande pelo que faz.

A Nilo Honda, meu irmão Japa, que conheci na disciplina optativa. Digo que Deus manda anjos pra nos ajudar na caminhada e eu tenho certeza que você é um deles. Quando me disseram que sem a bolsa eu não teria nem o dinheiro das passagens, não imaginaram que Deus já tinha providenciado as caronas certas. Durante dois semestres, eu fui de carona para uma disciplina, no 1º semestre com Silvana e Deise, servidoras da UFRB que também pegaram optativas em minha turma e no 2º semestre com Nilo que por muitas vezes, e por teimosia...rs não podia assistir as aulas, mas dava uma desculpa de ir lá em cachoeira só para levar eu e minhas colegas. Eu desconheço uma pessoa com um coração tão grande e com tanto amor em servir. Minha amiga Thuty Marques, colega de viagem, compartilhamos juntas a experiência da maternidade, somos as mães da 1ª turma do Posterr. Essa mulher guerreira me motivou muito, às vezes, mesmo sem saber, e quando ela defendeu sua dissertação me deu mais forças para terminar a minha e defender, pois, sempre me lembrava que era o meu sonho.

Em nenhum momento estive sozinha, porque Deus colocou anjos em todos os lugares me incentivando e motivando a continuar. Os meus vizinhos, amigos e irmãos em Cristo que em suas orações me motivavam a conquistar minha vitória. Só tenho a agradecer pela força de vocês. Essa vitória é coletiva e deve ser partilhada com todos que acreditaram em mim. Meu muito obrigada!

## EPÍGRAFE

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso?  
Não se apavore nem desanime,  
pois o Senhor, o seu Deus,  
estará com você por onde  
você andar.”  
(JOSUE, 1:9)

## **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM CONTEXTOS DE INTERIORIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE DE INTEGRAÇÃO DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)**

**RESUMO:** O presente trabalho tem o objetivo de discutir a Política de Assistência ao Estudante (PAES) em contextos de interiorização e internacionalização na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), criada pela Lei 12.289/2010 e pautada nos princípios de internacionalização e cooperação mútua entre os países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Suas ações são fundamentadas no intercâmbio acadêmico e solidário através da integração internacional. Neste contexto, a UNILAB inova não apenas nos contextos de interiorização e internacionalização, mas também em possibilitar que estudantes brasileiros e estrangeiros sejam assistidos pela PAES, financiando pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para a realização da pesquisa foram analisados os Relatórios de Avaliação Institucional de 2016 a 2018, por adotarem em sua metodologia sugestões e críticas dos participantes sobre as políticas da Universidade. A análise documental foi feita sobre os registros de estudantes contidos nos relatórios de forma categorial (BARDIN,1977), para buscar compreender como os estudantes avaliam as políticas estudantis da UNILAB. Neste sentido foram criadas oito dimensões propostas, sendo que sete foram criadas a partir do Decreto 7.234/10. As 47 categorias adotadas foram criadas a partir dos registros discentes, docentes, técnicos administrativos (TAE), terceirizados e Comunidade. Este trabalho dá continuidade a uma pesquisa já realizada na UNILAB, intitulada “Política de Assistência Estudantil para estudantes dos Países Africanos de Língua Portuguesa: Um olhar para a UNILAB – Campus dos Malês”, que trouxe como resultados que a permanência material dos estudantes está diretamente relacionada com a obtenção de auxílios via Assistência Estudantil. Com a ampliação da pesquisa, em relação ao PAES UNILAB, os referidos, apresentaram críticas e sugestões, ressaltando que os alunos por serem os principais beneficiários da política, foram os que posicionaram nos registros com maior ênfase, revelando suas inquietações e reclamações. Entre os resultados da pesquisa destacam as menções referentes à categoria alimentação, a qual engloba o Restaurante Universitário, que é parte da PAES e as demandas abordadas são por melhorias no espaço e na qualidade da alimentação. A categoria inclusão digital apresenta como principais demandas a falta de internet nos campi da Universidade que interfere no trabalho docente e no ensino/aprendizagem. As categorias cultura, apoio pedagógico e acesso de pessoas com deficiências são mencionadas pela falta de incentivo ou por não satisfazerem as demandas da comunidade acadêmica e civil. Ademais, ressalta-se que a PAES afirma o compromisso institucional da UNILAB de democratização da UNILAB em favorecer a permanência na educação superior pública federal, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento regional onde os campi da universidade estão inseridos.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul; Desenvolvimento Regional; PAES; Permanência; Territórios.



## **STUDENT ASSISTANCE IN CONTEXTS OF INTERNALIZATION AND INTERNATIONALIZATION AT THE UNIVERSITY OF INTERNATIONAL INTEGRATION OF AFRO-BRAZILIAN LUSOPHONY-UNILAB**

**ABSTRACT:** The present work aims to discuss the Student Assistance Policy (PAES) in contexts of internalization and internationalization at the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony-UNILAB, created by Law 12.289/2010 and based on the principles of internationalization and mutual cooperation between the member countries of the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP). Its actions are based on academic and solidarity exchange through international integration. In this context, UNILAB innovates not only in the contexts of internalization and internationalization, but also in enabling Brazilian and foreign students to be assisted by PAES, financing the National Policy of Student Assistance (PNAES). The documentary analysis was made on the student records contained in the reports in a category form (Bardin,1977), to seek to understand how students evaluate unilab's student policies. In this sense, 8 proposed dimensions were created, 7 of which were created from Decree 7,234/10 and 47 categories that were created from the records of students, teachers, administrative technicians (TAE), outsourced and civil Community. This work continues a research already conducted at UNILAB, entitled "Student Assistance Policy for Students from Portuguese-speaking African Countries: A Look at UNILAB – Campus dos Malês", which brought as results that the material permanence of students is directly related to obtaining assistance via Student Assistance. With the expansion of the research, in relation to PAES UNILAB, those mentioned presented criticisms and suggestions, emphasizing that the students because they were the main beneficiaries of the policy, were the ones who positioned in the records with greater emphasis, revealing their concerns and complaints. Among the results of the research, the mentions related to the food category, which includes the University Restaurant, which is part of the student assistance policy and the demands addressed are for improvements in the space and quality of food. The digital inclusion category presents as main demands the lack of internet in the campuses of the University that interferes in the teaching work and in teaching/learning. The categories culture, pedagogical support and access of people with disabilities are mentioned for the lack of incentive or for not meeting the demands of the academic and civil community. Moreover, it is emphasized that PAES affirms UNILAB institutional commitment to democratization of permanence in federal public higher education, contributing to social inclusion and regional development where the university's campuses are inserted.

**Keywords:** South-South Cooperation; Regional Development; Territories, PAES; Permanence

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BHU	Bacharelado em Humanidades
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DRIIA	Diretoria de Regulação, Indicadores Institucionais e Avaliação
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEN	Institutos de Ciências Exatas e da Natureza
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural
IEDS	Instituto de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IHL	Institutos Humanidades e Letras
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
MC&T	Ministério Ciência e Tecnologia
MEC	Ministério da Educação
MEI	Microempreendedores Individuais
MRE	Ministério de Relações Exteriores
OMS	Organização Mundial da Saúde
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAES	Programa Nacional da Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPQ	Programa de Permanência Qualificada
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura
PROGRAD	Pró-Reitorias de Graduação
PROINST	Pró-Reitorias de Relações Institucionais
PROPAAE	Pró-Reitoria de Política Afirmativa e Estudantil
PROPAAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Graduação
ProUni	Programa Universidade para todos
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RU	Restaurante Universitário

SEPLAN	Secretaria do Planejamento
SIBIUNI	Sistemas Integrados da Unilab
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Território de Identidade
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNE	União Nacional de Estudantes
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – PRINCIPAIS INDICADORES DA EDUCAÇÃO NO TERRITÓRIO. ....	52
FIGURA 2 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA E POPULACIONAL DA MACRORREGIÃO MACIÇO DE BATURITÉ – CEARÁ. ....	56
FIGURA 3 – MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ .....	56
FIGURA 4 – FASES DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE, 2020. ....	62
FIGURA 5 – MAPA DAS DIMENSÕES DE ANÁLISE DA PESQUISA.....	77

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – NÚMERO DE REGISTROS ENCONTRADOS NOS DOCUMENTOS POR SEGMENTOS RESPONDENTES. ....	61
--------------------------------------------------------------------------------------------	----

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – PERIODIZAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA. ....	34
QUADRO 2 – CATEGORIZAÇÃO. ....	63
QUADRO 3 – RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA UNILAB. ....	73

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 COOPERAÇÃO SUL-SUL: ÁFRICA/BRASIL/BAHIA</b> .....	<b>21</b>
2.1 CONHECENDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES PARCEIROS --	23
2.1.1 Angola .....	24
2.1.2 Cabo Verde.....	25
2.1.3 Guiné-Bissau .....	26
2.1.4 Moçambique.....	26
2.1.5 São Tomé e Príncipe .....	27
2.1.6 Timor Leste .....	28
2.2 CONTEXTUALIZANDO A COOPERAÇÃO SUL-SUL -----	29
2.3 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO -----	32
<b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA</b> .....	<b>35</b>
3.1 EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR -----	35
3.2 OS CAMINHOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DO ASSISTENCIALISMO AO DIREITO -----	38
<b>4 INTERIORIZAR PARA QUE? DISCUSSÕES SOBRE UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO</b> .....	<b>48</b>
4.1 O CAMPUS DOS MALÊS E O RECÔNCAVO – BAHIA-----	49
4.1.1 O Maciço do Baturité – Ceará.....	55
4.1.2 Campus da Liberdade .....	57
4.1.3 Campus dos Palmares .....	58
4.1.4 Campus das Auroras.....	58
<b>5 O MÉTODO</b> .....	<b>59</b>
5.1 DOCUMENTOS ANALISADOS -----	60
5.2 ETAPAS DA PESQUISA-----	61
5.3 PERCURSO METODOLÓGICO E ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA -----	65
5.4 OS EFEITOS DO ENFRENTAMENTO À COVID 19 NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .... -----	68
<b>6 OBJETO DA INVESTIGAÇÃO: UNILAB</b> .....	<b>70</b>
<b>7 O DIREITO DE PERMANECER: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA UNILAB</b> .....	<b>77</b>
7.1 EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM CONTEXTOS DE INTERIORIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNILAB -----	77
7.2 AMPLIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA -----	78
7.3 ARTICULAÇÃO COM ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO----	81
7.4 ÁREAS DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PNAES -----	83
7.5 CRITÉRIOS E A METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL -----	87
7.6 DEVERES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COM O PNAES -----	89
7.7 RECURSOS DIRETAMENTE VINCULADOS AO PNAES-----	90
7.8 DIMENSÕES NÃO PREVISTAS NO DECRETO Nº 7234/2010 -----	91
7.9 MENÇÃO DIRETA AOS AUXÍLIOS DA UNILAB-----	94
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>98</b>

<b>APÊNDICES</b> .....	<b>104</b>
APÊNDICE A – QUADRO DE CATEGORIZAÇÃO -----	104

## 1 INTRODUÇÃO

Nos primeiros anos de século XXI, a educação superior no Brasil passou por mudanças significativas em relação ao acesso e democratização do ensino. Ao discorrer sobre os processos de expansão e democratização do ensino superior, precisa-se de um olhar especial para a assistência estudantil, evidenciando os avanços históricos e a aprovação do Decreto Presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que lançou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). É este um dos sentidos deste estudo, ao se debruçar sobre as maneiras que as universidades estão atuando na efetivação destas políticas. Neste caso, mais precisamente àquelas que têm como característica se situarem em contextos de interiorização e internacionalização e que recebem um público vindo de países estrangeiros, que o Brasil mantém acordos de cooperação e brasileiros oriundos das camadas mais populares que necessitam de incentivos para garantia da sua permanência e da conclusão dos estudos.

Assim, esta pesquisa objetiva analisar a Política de Assistência ao Estudante (PAES) na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), refletindo sobre a sua contribuição para a permanência dos estudantes brasileiros e estrangeiros compreendendo os contextos de interiorização, internacionalização a partir da cooperação Sul-Sul, mais precisamente a relação Brasil/África. O objeto de estudo apresenta-se como continuidade à pesquisa Contribuições da Assistência Estudantil para Afiliação de Alunos na Educação Superior em Contextos de Interiorização e Internacionalização: O caso do Recôncavo da Bahia – Projeto Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, nº 447002/2014-7 – Edital Universal – 2014, no qual atuei como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) – e que gerou dentre outros produtos, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado *“Política de Assistência Estudantil para estudantes dos Países Africanos de Língua Portuguesa: Um olhar para a UNILAB – Campus dos Malês”*.

No referido trabalho foi possível concluir que a assistência estudantil, via auxílios estudantis: moradia, alimentação, instalação, transporte e social, é essencial para garantir a permanência dos estudantes dos países cooperados, principalmente

quando se trata da permanência material. Há uma forte tendência de utilizar o dinheiro dos auxílios para todas as demandas de sobrevivência aqui no Brasil. Na pesquisa apresentada, a partir dos relatos dos estudantes estrangeiros, o dinheiro do auxílio é utilizado para todas as demandas que envolvem as despesas na cidade de São Francisco do Conde, como aluguéis, alimentação, material para estudos, remédios, consultas médicas, quando não são contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) da cidade ou do Brasil. Portanto, embora a assistência estudantil contribua diretamente para a permanência dos estudantes, nos relatos apresentados há demandas que envolvem a relação com o território na qual os *campi* da Universidade estão inseridos e que a Assistência Estudantil não consegue mediar da forma esperada pelos estudantes, tais como: não atendimentos nas Unidades de Saúde da cidade, os altos preços dos aluguéis, ocorrência de situações de violência, como assaltos ou roubos que ocorrem nos hotéis nos quais estudantes estrangeiros estão hospedados. A falta de transporte universitário para o deslocamento até o Campus dos Malês que se encontra na entrada da cidade, dificultando o deslocamento de estudantes que moram mais distantes<sup>1</sup>.

A partir de pesquisa documental, nossa pretensão, é refletir sobre a Política de Assistência Estudantil, bem como, os principais desafios enfrentados pela Instituição para se manter como uma universidade em contextos de interiorização e internacionalização, em dois Estados diferentes, visto que três *campi* universitários estão situados em cidades do Ceará e um campus na cidade de São Francisco do Conde, na Bahia. Mas, não nos parece possível abordar essa temática, sem fazer referência aos contextos de retrocesso das políticas de assistência estudantil causados pelos contingenciamentos de verbas e os diversos ataques às políticas de educação em nosso país, em especial ao Sistema Federal de Ensino Superior, mas que, em nossa opinião afetam em especial as Universidades criadas a partir do Plano Nacional de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Ao discutir a temática, trataremos também as ações da Universidade e suas articulações com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, que conformam o tripé da educação superior. Neste sentido, pontuaremos através dos documentos

---

<sup>1</sup> O transporte universitário é um direito em campus localizado no Ceará, na qual os estudantes podem utilizar o transporte para o deslocamento entre campi, o que não acontece no campus de São Francisco do Conde.



institucionais como a universidade está conseguindo sua expansão através da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação e a ampliação dos espaços físicos e institucionais.

Entende-se que as ações de assistência estudantil nas universidades federais têm relação direta a criação de projetos em áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, que possibilita a formação de recursos humanos através de seminários, eventos, curso de aperfeiçoamento, de capacitação e qualificação, de acordo com as necessidades identificadas pela comunidade acadêmica. Portanto, os registros apresentados sobre essa temática em nossa pesquisa contribuirão para que a universidade possa traçar nossas propostas, a partir das necessidades da comunidade acadêmica que viabilizem a igualdade de oportunidades e a melhoria do desempenho acadêmico. Assim sendo, é preciso que a universidade aja previamente nas situações de retenção e evasão escolar decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Neste contexto, precisa-se de um olhar para a Política de Assistência Estudantil da UNILAB, que têm, em sua gênese, os acordos de cooperação com os Países Africanos de Língua Portuguesa nos termos previstos nos objetivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), relatando como a Política de Assistência Estudantil está pautando suas ações na garantia da permanência dos discentes.

Destarte, a pesquisa, com base na análise documental nos relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), objetiva analisar a Política de Assistência ao Estudante (PAES) na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), refletindo sobre a sua contribuição para a permanência dos estudantes brasileiros e estrangeiros compreendendo os contextos de interiorização e internacionalização a partir da cooperação Sul-Sul, mais precisamente a relação Brasil/África.

Em princípio pensou-se em fazer a pesquisa por meio de grupos de foco *online*, nos quais teríamos a participação de estudantes brasileiros e estrangeiros, escolhidos de forma aleatória e com representação de discentes de cada país cooperado, e a participação dos técnicos administrativos (TAE), por meio de entrevistas semiestruturadas *online*. No entanto, no decorrer da pesquisa, sentimos

a necessidade de fazer alterações no projeto devido a implicações das demandas do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), na UFRB. Em decorrência, tivemos que reformular a metodologia de coleta de dados, para pesquisa documental, para que, dessa forma, pudéssemos concluir a pesquisa sem ter que recorrer novamente ao CEP. Em suma, a alteração nos obrigou a reformular a pergunta de pesquisa, mas continuamos com a indagação inicial que é analisar a Política de Assistência ao Estudante na UNILAB.

A pesquisa ganha uma nova abrangência, visto que, ao partir para a análise documental, foi possível inserir novos participantes, o que ficaria inviável de fazer de forma remota. Assim, através dos registros encontrados nos documentos iremos trazer um panorama de como a Política de Assistência Estudantil está sendo efetivada na Universidade e sua contribuição para as condições de permanência.

Logo, esta pesquisa abordará como a UNILAB organiza suas ações, no intuito de continuar oferecendo um ensino superior de qualidade. Sabe-se que trata de uma Universidade nova, criada por meio da Lei 12.289 de 20 de julho de 2010. A Universidade está pautada nos princípios de cooperação mútua entre os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, fundamentando, assim, suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário através da integração internacional com os países: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

A criação da UNILAB também está ligada ao ideal da interiorização do ensino superior, pois a Universidade busca construir vínculos estreitos específicos com a região onde está localizada: Maciço de Baturité (Ceará) e Região Metropolitana de Salvador (Bahia)<sup>2</sup>. Sua criação está diretamente ligada ao Programa de Apoio aos Planos de Restruturação e Expansão das Instituições Federais (REUNI), sendo um

---

<sup>2</sup> Em muitos trabalhos acadêmicos e até mesmo no site da UNILAB, o campus dos Malês, localizado na cidade de São Francisco do Conde é situado como parte do Território de Identidade do Recôncavo da Bahia. Mas no ano de 2017, houve novas configurações e o Município de São Francisco do Conde passou a fazer parte do Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, juntamente com os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. A justificativa da existência dos 27 Territórios de Identidade é identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, constituídos a partir da especificidade de cada região. Compreendemos que esta configuração não interfere a relação da Unilab com o Território de Identidade do Recôncavo, é que o município de São Francisco do Conde tem muita relação com o recôncavo pela sua aproximação e pela relação de pertencimento. Mas em termos de Política de Planejamento do Estado da Bahia, houve esta alteração nos documentos oficiais.

de seus objetivos a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, que não pode ser entendido apenas com a criação de mais vagas, mas também com a criação de novos *campi*, evidenciando os processos de internacionalização e interiorização.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Iniciou-se em 2003, no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e é composto por três ciclos, estando a UNILAB inserida no Terceiro Ciclo:

Expansão com ênfase nas interfases internacionais (2008): Criação de universidades federais em regiões territoriais estratégicas, com objetivos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da integração e da cooperação internacional sob liderança brasileira. (BRACKMANN, 2013, p. 14).

A internacionalização do ensino superior no Brasil vem sendo discutida há muito tempo, mas nas últimas duas décadas houve um processo de aceleração, principalmente nos níveis tecnológicos e científicos. Diante de muitos desafios do mundo globalizado em diversos setores, sejam eles econômicos, culturais, científicos ou tecnológicos, coube às universidades buscarem, cada vez mais, níveis elevados de internacionalização e cooperação entre diversos países.

Neste sentido, a busca pelo entendimento do conceito de internacionalização e cooperação Sul-Sul nas universidades brasileiras se faz necessária, pois, trata-se de compreender as diversas formas de cooperação internacional envolvendo parcerias em projetos com instituições estrangeiras. Stallivieri (2004, p. 16) destaca que

A internacionalização das instituições de ensino superior, através das diferentes formas de cooperação, tem sido o gatilho para a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa que, unidos, criam condições de desenvolvimento dos países e para o incremento da qualidade de vida das pessoas.

A autora enfatiza também que a cooperação internacional contribui para o desenvolvimento dos países, das comunidades e dos cidadãos.

É necessário ressaltar que a internacionalização é importante, mas que a mesma precisa estar articulada com outras políticas públicas para garantir que os

estudantes consigam permanecer no país e concluir os estudos. Com os acordos de cooperação entre os países lusófonos, a criação da UNILAB marca um momento importante da educação brasileira na busca da ampliação do acesso à educação superior e dos processos de interiorização e internacionalização, assim fortalecendo as lutas por mais políticas afirmativas que favoreçam a permanência de estudantes pertencentes aos setores mais pobres da população, não só brasileira, mas também dos países contemplados nos acordos.

Percebe-se a dificuldade de traçar políticas educacionais e de assistência estudantil para os alunos internacionais, pois estão vinculadas a cooperação com diferentes países. No Brasil criou-se uma agenda de cooperação técnica SUL-SUL em 1987, quando foi criada a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). A criação da ABC estabeleceu um divisor de águas do Governo brasileiro e a cooperação internacional para o desenvolvimento, no qual o Brasil se apresentou como protagonista nos fluxos de intercâmbio internacional. Discutiremos mais especificamente estes avanços na política de cooperação SUL-SUL no primeiro capítulo.

Referindo a UNILAB, há uma inovação no contexto de internacionalização, no sentido de que nela os estudantes estrangeiros são acompanhados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e assistidos pelo Programa de Assistência ao Estudante (PAES) e os processos de aquisição dos auxílios são semelhantes, tanto para estudantes estrangeiros quanto para brasileiros. Neste caso, é preciso entender a assistência estudantil como um direito adquirido mediante uma política pública viabilizada pela Política de Assistência Estudantil criada nas instituições educacionais, contribuindo para a garantia de educação de qualidade e a permanência dos estudantes.

Nesta perspectiva, compreende-se que o estudo da efetivação das Políticas de Assistência Estudantil vinculada aos contextos vivenciados na UNILAB, traz diversas problemáticas que vão além da relação Estudante/Permanência/Universidade. Assim sendo, é preciso entender o contexto social e cultural do território no qual a UNILAB está inserida, visto que há questionamentos da falta de preparo dos municípios para a chegada dos estudantes

estrangeiros; e, também, por parte dos estudantes estrangeiros, que não foram devidamente preparados em seus países para a realidade da cidade e do Brasil.

A dissertação é composta por cinco capítulos, além desta Introdução e das Considerações finais.

O Capítulo 1 é dedicado à apresentação dos acordos internacionais que discutem a Cooperação Sul-Sul, principalmente a relação Brasil/África, por meio dos quais subsidiaram a criação de uma Universidade em contexto de internacionalização. Abordaremos como iniciou as primeiras iniciativas da Política Externa brasileira, enfatizando que estas relações são influenciadas pelos ideais de alguns Governos brasileiros, portanto, a política é muito influenciada pelo caráter político partidário e tem relação direta com os governantes que estão no poder. Assim sendo, vão existir épocas com mais incentivos da política externa, com ações que englobam relações diretas com outros países, principalmente os países africanos, e outras quando estas políticas não têm muita relevância na política de Governo. O momento que estamos discutindo neste trabalho, trata-se do momento em que a esquerda chega ao poder no cenário político brasileiro e há uma abertura para a política externa brasileira com os países africanos, que na educação, pode ser vista como a ampliação das políticas de mobilidade acadêmica e ampliação das políticas de internacionalização.

No Capítulo 2 são discutidas as políticas públicas de assistência estudantil, seus aspectos históricos sobre o ensino superior no Brasil e como as ações direcionadas à permanência foram sendo institucionalizadas a partir da expansão das Universidades públicas. A compreensão dessa política no contexto atual, nos remete a entender os fatores que influenciaram a assistência estudantil no âmbito nacional. Assim sendo, destacam-se a participação de frentes políticas, como o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários (FONAPRACE) e a Associação dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES). A luta para que a assistência estudantil passasse a ser um direito garantido em nossas legislações foi um esforço do movimento estudantil por meio da União Nacional de Estudantes (UNE), dentre outras organizações da sociedade civil que se esforçaram para que fosse instituída em nosso país uma política de apoio a permanência dos estudantes no ensino superior. Discute-se ainda a assistência estudantil nos

contextos de interiorização e com um olhar para os territórios nos quais a UNILAB está inserida e sua relação com a cooperação com os países de Língua Portuguesa.

No Capítulo 3, buscou situar o leitor nos 10 anos de trajetória da UNILAB na institucionalização das políticas de interiorização e internacionalização, trazendo uma breve discussão de como a Universidade pensada na cooperação mútua entre os países de Língua Portuguesa, está contribuindo para o desenvolvimento regional dos territórios do Estado do Ceará e da Bahia, bem como, para o desenvolvimento dos países cooperados.

No Capítulo 4, situa-se o leitor sobre a trajetória da UNILAB na institucionalização dos acordos de cooperação solidária. O percurso metodológico da pesquisa será apresentado no Capítulo 5, seguindo da análise dos dados coletados dos Relatórios Institucionais, utilizando a análise de conteúdo (BARDIN, 1997). A pesquisa descreve e analisa oito dimensões criadas a partir do Decreto nº 7234, de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Discorre-se sobre a política de assistência estudantil efetivada na instituição no olhar da comunidade acadêmica. Por fim, são apresentadas as considerações finais da dissertação.

## **2 COOPERAÇÃO SUL-SUL: ÁFRICA/BRASIL/BAHIA**

Para discutirmos os acordos de cooperação Sul-Sul, tomaremos como base a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que está localizada em dois estados do Nordeste brasileiro: no Ceará, a UNILAB está localizada no maciço do Baturité, nos municípios interioranos de Acarape e Redenção e, na Bahia, o Campus dos Malês localiza-se na Região Metropolitana de Salvador, também conhecido como Território de Identidade (TI) da área 26.

Em alguns trabalhos publicados, a UNILAB aparece como parte do território do Recôncavo, reconhecida como área de identidade 21. É importante ressaltar que a partir de 2017, com as novas formulações da política territorial da Bahia, o município de São Francisco do Conde, na qual está sediado o campus da UNILAB na Bahia passou a fazer parte do Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador. Como já mencionado, essa configuração, é política, e não influencia na

importância da universidade para o território do Recôncavo, quer por sua proximidade ou pelas ações de extensão em municípios do Recôncavo. Entendendo que a UNILAB agrega estudantes dos dois territórios, tanto do Recôncavo, quanto da região metropolitana de Salvador, através do Sistema de Seleção Unificado (SISU), é comum receber estudantes de outros Estados brasileiros e dos países cooperados, que utilizam critérios diferentes para a seleção. Aqui vamos pautar nossos estudos na discussão dos acordos de cooperação internacional entre Brasil e África.

O projeto da UNILAB foi pensado no primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 a 2011, caracterizando em seu período de governo, uma atenção especial para as políticas educacionais, priorizando a democratização do ensino superior, via criação de novas universidades públicas em contextos de interiorização e internacionalização. A UNILAB faz parte de um projeto inovador de integração internacional com os países e comunidades lusófonas, especialmente o continente africano.

Em sua Lei de criação nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a UNILAB já demarcava o seu objetivo.

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. (BRASIL, 2010a)

Neste sentido, a UNILAB traz em sua missão a cooperação internacional compromissada com a cidadania, democracia e interculturalidade fundamentada em ações no intercâmbio acadêmico e solidário com Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Destarte, a organização dos cursos oferecidos na Universidade foca-se em áreas estratégicas de interesse do Brasil e dos países parceiros, conta-se com estudantes e professores brasileiros e estrangeiros capazes de contribuir na transformação de políticas públicas para a superação de desigualdades. Para entendermos um pouco mais dos processos de

cooperação vivenciados na UNILAB, pontuaremos algumas informações sobre os países parceiros.

## 2.1 CONHECENDO ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS PAÍSES PARCEIROS

As informações sobre os países parceiros foram retiradas de documentos oficiais e do site da UNILAB e organizada pela autora. A intenção é apenas situar o leitor no contexto de cooperação educacional brasileira e sua relação com a UNILAB. Neste sentido, os principais objetivos do Brasil em oferecer cooperação educacional são: “(I) promover maiores padrões de educação de cidadãos oriundos de outras regiões em desenvolvimento; (II) promover diálogo no domínio da educação entre jovens brasileiros e estrangeiros; e (III) divulgar a cultura e a língua brasileira” (MILANI, CONCEIÇÃO, M'BUNDE, 2016, p. 16). É importante ressaltar que as pautas referentes a educação contribuem para reforçar laços políticos e econômicos entre os países parceiros.

A Cooperação Sul-Sul (CSS) se apresenta como uma forma de apoio ao desenvolvimento, de criação ou fortalecimento de laços políticos, econômicos ou culturais, de negociação quanto a um maior protagonismo internacional e ainda como uma fonte de *soft power* e de credibilidade no cenário global. (MUNOZ, 2016, p. 9).

Pensando em contribuir para o desenvolvimento de um mundo ainda altamente desigual, o Brasil, defende um sistema internacional de cooperação solidária com os países: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Muitos desses países passaram por processos de colonização por anos, e após a libertação estão se organizando politicamente e apresentado como parceiros fundamentais na agenda de cooperação internacional do Brasil.

O Ministério de Educação do Brasil tende a dar prioridade aos programas de intercâmbio com países que apresentam deficiências em seus sistemas de ensino superior, e também aos países considerados prioritários nas agendas de política externa brasileira.



Desde 2004, as estratégias de cooperação internacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) têm enfatizado a América Latina e a África (em particular os PALOP). (MILANI, CONCEIÇÃO, M'BUNDE, 2016, p.18).

Ademais, no âmbito de promover a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é que a UNILAB tem sido uma universidade chave para acolher estudantes destes países.

### **2.1.1 Angola**

É um país Africano, também conhecido como República de Angola, localizado na costa ocidental da África Austral. Sua população é de aproximadamente 18,4 milhões de habitantes, tem como língua oficial o Português, pois por muito tempo foi colônia de Portugal. Em 1975, o País conseguiu sua independência, mas apesar da autonomia, ainda vive diversos conflitos políticos, o poder é concentrado nas mãos do presidente, o qual escolhe os governantes das 18 províncias nas quais Angola é dividida. Em termos sociais e econômicos, apresenta-se como um dos países mais pobres do mundo, com grandes desigualdades sociais, embora apresente um rico potencial em recursos minerais, com destaque para o petróleo, gás natural, diamantes, ouro e rochas ornamentais.

Angola possui vastos recursos florestais, principalmente na província de Cabinda, floresta do Maiombe, onde se encontram madeiras de valor econômico elevado como o pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro. Os recursos minerais são, sem dúvida, os que melhor se conhecem e estão a ser aproveitados a um nível razoável, principalmente o petróleo (Cabinda, Soyo e Kissama) e os diamantes (Lunda e Malange). Além desses, Angola possui ainda grandes jazidas de ferro, cobre, ouro, chumbo, zinco, manganês, volfrâmio, estanho e urânio (ZAU, 2002. p, 34).

Percebe-se um grande potencial em Angola, o que pode caracterizar o interesse dos países em firmar acordos de cooperação. Alguns autores criticam a política externa brasileira, por ao mesmo tempo em que o Brasil se apresenta como parceiro, também está interessado na exploração destes países com possibilidades

de desenvolvimento. “A política externa de um país reflete a busca pela hegemonia doméstica, a qual projeta seu poder além de suas fronteiras nacionais” (HELENO, 2018, p. 91). Aqui não discutiremos os aspectos da política externa de cada país, nosso objetivo é conhecer um pouco dos países parceiros que fazem parte dos acordos de cooperação com o Brasil e que fazem parte dos processos de internacionalização do ensino superior.

Em termos educacionais, a cooperação técnica entre o Brasil e a Angola começou a desenhar-se em 1980 com a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica. Sendo assim, as parcerias desenvolveram cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura.

### **2.1.2 Cabo Verde**

É um país independente localizado na África Ocidental. A economia depende da agricultura e da riqueza marinha. A agricultura sofre os efeitos da seca, caracterizando pouca terra arável. Contudo, apresenta importantes culturas, tais como, café, banana, cana-de açúcar, frutos tropicais, milho, feijão, batata doce e mandioca. O país importa aproximadamente 80% dos alimentos que consome. No setor industrial, o pleno desenvolvimento é possível com a fabricação de aguardente, vestuário, calçados, tintas, vernizes, turismo, pesca e conservas de peixe. Embora Cabo Verde tenha como língua oficial o Português, que é usado nas escolas, administração pública, imprensa e publicações, o *Criolo* é a língua nacional de Cabo Verde, ou seja, a língua do povo. A cultura cabo verdiana é caracterizada pela miscigenação de elementos europeus e africanos.

Em termos de cooperação educacional, apresenta como um dos principais países com quais o Brasil coopera por via da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). É um dos países que mais enviou estudantes com bolsas brasileiras ou de outros países para cursarem graduação no Brasil gratuitamente. O programa de cooperação do Brasil com Cabo Verde envolve também parcerias voltadas para os cursos de Pós-Graduação bem como, em áreas específicas da alfabetização de jovens e adultos.

### **2.1.3 Guiné-Bissau**

País que também tem como língua oficial o Português, por muito tempo foi colônia de Portugal, mas teve sua independência declarada em 24 de setembro de 1973, e reconhecida pelo colonizador em 10 de setembro de 1974. É um país que possui um patrimônio cultural rico e diversificado. Tem na dança a expressão artística de diversos grupos étnicos. Em termos econômicos o país depende fortemente da agricultura e da pesca, que caracterizam mais de 60% do Produto Interno Bruto (PIB). Apresenta também destaque na exportação de peixes, mariscos e amendoim, ocupando o 6º lugar na produção mundial de castanhas e caju.

Guiné-Bissau também apresenta como um parceiro da cooperação educacional brasileira, também é um país que sofreu com processos de colonização.

No âmbito da educação, o sistema guineense passou e ainda passa por momentos críticos desde os tempos coloniais até a atualidade. Nos tempos coloniais a escola era para as camadas mais favorecidas, para a minoria, excluindo a grande maioria. O Sistema colonial se limitava a formar e a beneficiar somente uma pequena elite deixando à margem a maioria da população guineense. (BATHILLON, 2016, p. 17).

Algumas reformas surgiram após a independência de forma a possibilitar a inclusão de guineenses no sistema de ensino nacional, pautadas no objetivo de sanar as desigualdades criadas no período colonial. Segundo dados da Agência Brasileira de Cooperação, em 1978, o Brasil assinou o Acordo Básico de Cooperação Técnica com Guiné-Bissau objetivando favorecer a abertura de novas oportunidades para a cooperação bilateral com temas de interesses dos dois países. Em 2011, o programa apresentou oito projetos, dos quais engloba as áreas de Formação Profissional, Agricultura, Inclusão Social e Direitos Humanos.

### **2.1.4 Moçambique**

A partir da constituição de 2004, a língua oficial do país é o Português, mas o país identifica e protege diversas línguas nacionais. Sua independência de Portugal aconteceu em 25 de junho de 1976. É um país que tem o solo rico em ouro, carvão, sal, grafite e bauxita, mas é pouco explorado. Possui também reservas de gás

natural, mármore e madeiras. O país exporta cana de açúcar, algodão, sisal, chá e tabaco e a maioria da população vive da agricultura de subsistência.

As relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique são desde novembro de 1975, e passa por três fases de evolução:

a partir de independência de Moçambique até os acordos de paz de 1992; (b) os anos noventa, que correspondem ao processo de redemocratização brasileira e à construção das capacidades institucionais moçambicanas, em plena onda neoliberal; (c) o período correspondente ao século XXI, particularmente desde 2003. (MILANI, CONCEIÇÃO, M'BUNDE, 2016, p. 24).

Percebe-se que é a partir da terceira fase, em 2003, que o Brasil passou a enfatizar de forma mais explícita a relações Sul-Sul, o presidente Lula em visita ao país, em novembro de 2003, assinou onze instrumentos de cooperação técnica entre os países.

Nos contextos de política educacional o Brasil deu continuidade ao programa de bolsas, também tem parcerias com o Projeto Universidade Aberta (UA), que é uma importante iniciativa da cooperação educacional na oferta de graduação a cidadãos moçambicanos que também são parceiros da UNILAB.

### **2.1.5 São Tomé e Príncipe**

É um estado localizado no golfe da Guiné e composto por duas ilhas principais (Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe). Não possui fronteiras terrestres, mas situa-se próximo das Costas do Gabão, Guiné Equatorial, Camarões e Nigéria. Foi colônia de Portugal por muito tempo, e em 12 de julho de 1975, proclamou sua independência. Também tem o português como língua oficial e na economia destacam-se a agricultura e a pesca como principais atividades.

Em termos educacionais, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), de 2001, e o relatório de Estratégia de Educação e Formação, publicado em 2006, em São Tomé e Príncipe, apresentou dificuldades em relação ao sistema educacional e os problemas que trata do processo de aprendizagem, principalmente de alunos em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

De acordo com a Agência de Cooperação Internacional, desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Brasil e São Tomé e Príncipe, assinado em Brasília, em 1984, várias iniciativas de cooperação entre os dois países foram implementadas. São Tomé e Príncipe apresenta-se como um país em desenvolvimento que possui necessidades em vários setores da sociedade, tais como, educação, saúde, geração de emprego e renda, e desenvolvimento e inclusão social. Portanto, justifica-se, o país como um parceiro da UNILAB.

### **2.1.6 Timor Leste**

É um dos países mais jovens do mundo e ocupa a parte oriental da ilha de Timor, no Sudeste Asiático. Ficou conhecido como Timor Português, pelo seu passado como colônia Portuguesa. Em 28 de novembro de 1978 se tornou independente, mas, no mesmo ano, foi invadido pela Indonésia e só foi desocupado em 2002. Possui como línguas oficiais o Português e o *Tetum*, enquanto a Indonésia é o Inglês. O que caracteriza uma minoria, a população compreende o brasileiro e a maioria a língua Indonésia devido o histórico da ocupação. A economia é voltada para a produção de cacau, café, cravo e coco.

A educação do país passou a ser construída em 2002,

o cenário do pós-referendo era complexo e desolador: cerca de metade da população não sabia ler nem escrever, mais de dois terços das escolas tinham sido parcial ou totalmente arrasados, todos os materiais didáticos removidos (ALBINO, 2020, p. 33).

A Agência Brasileira de Cooperação, em 2000, visitou o país com o objetivo de identificar as áreas nas quais o Brasil estivesse habilitado a cooperar no esforço de reestruturação do país. Assim, as áreas de educação, agricultura e formação profissional foram definidas como prioritárias à cooperação técnica brasileira. Destacando projetos na área de educação, voltados para a capacitação de professores e estruturação das Escolas Agrotécnicas.

O Timor Leste não faz parte dos Países Africanos, mas é um dos países parceiros da UNILAB. O Brasil, através da educação superior gratuita e de qualidade contribui para a formação profissional dos países parceiros.

## 2.2 CONTEXTUALIZANDO A COOPERAÇÃO SUL-SUL

Diante dos estudos dos acordos de cooperação, percebe-se que as primeiras ações envolvendo a relação com outros países, inicia-se a partir da década de 50 e ganha forças na década 60, com a política externa independente iniciada no governo de Jânio Quadros, a partir de 1961, e com continuidade no governo de João Goulart, ainda no mesmo ano até 1964. Percebe que a aproximação via Acordos entre o Brasil e os países africanos, depende da política de governo. Neste sentido, temos momentos em que há mais aproximação e outros quando temos mais distanciamentos, portanto, aqui vamos tentar, a partir desses da década de 60, apresentar as principais iniciativas dos acordos Sul-Sul até o ano de 2020.

Segundo Leite (2012, p. 55) “o nascimento do conceito de cooperação Sul-Sul data de meados da década de 50” e tem relação com a aproximação dos países recém-independentes da Ásia. Um dos marcos importantes para este cenário foram a Conferência de Genebra, a Conferência de Colombo e a Conferência de Bogor, em 1954. Estes eventos mostravam os interesses comuns entre os países e a necessidade de tentar solucioná-los. Em 1955 ainda com a proposta da necessidade de uma concentração política entre os países, 29 africanos e asiáticos se juntam para realizar a Conferência de Bandung, que por reunir entre os países que comportam cerca de dois terços da população mundial, unindo pela primeira vez um grande encontro com os países do terceiro mundo, no objetivo de despertar as populações dominadas para novas possibilidades de participação coletiva na Política internacional. Destacam-se na Conferência de Bandung, 10 princípios:

- 1 - Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas;
- 2 - Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações;
- 3 - Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes ou pequenas;
- 4 - Abstenção da intervenção ou interferência nos assuntos internos de outro país;
- 5 - Respeito ao direito de cada nação de defender-se individual ou coletivamente, em conformidade com a Carta das Nações Unidas;
- 6 - (a) Abstenção do uso de arranjos de defesa coletiva destinados a servir a interesses particulares de quaisquer das grandes potências, (b) Abstenção por parte de qualquer país de exercer pressões sobre demais países;

7- Abstenção de atos ou ameaças de agressão ou uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer país;

8 - Resolução de todas as disputas internacionais por meios pacíficos, como a negociação, conciliação, arbitramento ou decisão judicial assim como outros meios pacíficos escolhidos pelas partes, em conformidade com a Carta das Nações Unidas;

9 - *Promoção de interesses mútuos e da cooperação* (grifo nosso);

10 - Respeito à justiça e às obrigações internacionais (LEITE, 2012, p. 56).

A Conferência de Bandung é extremamente relevante para repensar o contexto político de países que buscavam a inserção internacional independente e autônoma, pensando a igualdade dos povos asiáticos e africanos, acrescida pela luta para autodeterminação, cooperação mútua e a defesa da paz e da segurança internacional.

Ao estudarmos os acordos de cooperação e a política externa brasileira, entende-se que a política africana do Brasil é um legado deixado por Jânio Quadros, definida pelo Congresso Nacional em 15 de março de 1961. A política exterior foi definida como instrumento contra racismo e uma ação do Brasil no apoio da autodeterminação dos povos da África. Por mais que as intenções brasileiras sejam pautadas num discurso de solidariedade e até mesmo como uma dívida com os países africanos, alguns autores tratam estes acordos como forma de exploração já que, após a independência de alguns países, estes apresentam grandes potenciais de crescimento econômico.

Era a primeira vez que um presidente brasileiro anunciava claramente tais objetivos na política externa brasileira. A nova política exterior era o resultado da busca de novas saídas para o crescimento econômico do país, mas também uma resposta as mudanças no sistema Internacional (SARAIVA, 1993, p. 222).

Saraiva (1993) nos apresenta que a iniciativa de Jânio Quadros, parte da ideia que o Brasil possuía uma identidade com a África e que para isso era preciso facilitar contatos comerciais, políticos e culturais. A partir dessa nova identidade nos governos de Jânio Quadros e João Goulart houve uma aproximação com os países africanos, e ações diplomáticas foram iniciadas pelo Brasil no continente africano.

Uma dessas importantes ações foi a indicação de Souza Dantas, um negro para a Embaixada de Gana. Embora essa indicação apresentasse fatores positivos, foi fruto de muitas críticas, pois para alguns intelectuais da época o fato dele ser negro não colocava na condição suficiente para assumir a embaixada, questionando até mesmo a qualidade da inteligência e da cultura necessária para assumir o cargo.

Se ele foi o primeiro e único Presidente Brasileiro que apontou um embaixador negro, Quadros também foi o primeiro a nomear um negro (Professor Milton Santos da Universidade da Bahia) para servir na casa civil da Presidência da República. Mais ainda o cargo foi considerado um dos mais importantes, no plano nacional, no período de Quadros no governo (SARAIVA, 1993, p. 224-225).

Percebe-se que os contextos de cooperação Sul-Sul e as políticas externas brasileiras estiveram no decorrer dos anos, vinculados aos interesses políticos, não se tratando de uma política de Estado, e sim, política de Governo, pois os avanços ou retrocessos dependiam dos representantes que estavam no poder.

Diante da diversidade de atores presentes na África o Brasil buscou se diferenciar por meio da promoção de políticas de cooperação em várias áreas, com ênfase na transferência de conhecimentos, fundamentando-se na dívida histórica da escravização, visando transmitir a imagem de país parceiro e solidário. Ao mesmo tempo, incentivou nova expansão capitalista de empresas brasileiras ao continente, posteriormente criticadas pela atuação predatória e pela violação de direitos de comunidades locais. A aparente contradição da diplomacia brasileira, entre a cooperação e a exploração, revela a complexidade da sociedade brasileira e o funcionamento das lógicas territorialistas e capitalistas: a primeira visando ampliar a rede de alianças brasileiras e a segunda, a acumulação de capital (HELENO, 2018, p. 112-113).

Nestes contextos de crescimento global e de oportunidades é que, nos anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva houve a intensificação da presença brasileira na África, movida pela proposta da inserção internacional e dos acordos de cooperação com países africanos e latino-americanos, que impactou, por exemplo, na criação da UNILAB, e da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), sediada em Foz do Iguaçu. A criação destas universidades faz parte da expansão com ênfase nas interfaces internacionais.



## 2.3 PERSPECTIVAS E DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização no ensino superior nos remete às transformações de caráter social e econômico decorrentes do processo de globalização.

A globalização corresponde às importantes mudanças estruturais que o mundo vivenciou principalmente a partir da segunda metade do século XX. É caracterizada pelo predomínio da economia de mercado e acompanhada de políticas para a liberação do comércio de bens e serviços e pelo desenvolvimento das migrações internacionais. A globalização é um conceito amplo com dimensões diferentes (AKKARI, 2011, p. 21-22).

O conceito Globalização é caracterizado como polissêmico. Aqui pautaremos o conceito voltado para o campo das políticas educacionais, que apesar de também apresentar significados contraditórios, traz implicações relevantes para o contexto educacional atual. Várias questões podem ser levantadas quando se trata de globalização e educação, principalmente com o surgimento das universidades.

No campo das políticas educacionais, a globalização pode ter significados diferentes e contraditórios. Por um lado, a globalização, para alguns, pode produzir a ilusão de que existem algumas receitas universais que funcionam em todos os sistemas educacionais. Por outro lado, a globalização torna possível empréstimos em matérias de inovações educacionais e permite a circulação de ideias pedagógicas nunca vista antes (AKKARI, 2011, p. 23).

Por conseguinte, nos estudos das consequências da globalização sobre a Educação traz várias implicações. Há os que acreditam que a mesma enfraquece o poder do Estado. Por outro lado, embora ocorra este enfraquecimento, nota-se que o Estado não é totalmente reduzido pela globalização devido ao seu poder de controle de normas e padrões educacionais. Quando nos referimos ao ensino superior, o caráter internacional das universidades é desde a Idade Média nas chamadas '*universitas*', que recebiam professores e estudantes de vários países e regiões. O conhecimento reunia as comunidades internacionais abrigando a multiplicidade de visões de mundo.

Como espaço gerador de conhecimento, a universidade, a partir do século XIX, tem contribuído para as rápidas transformações tecnológicas, para a evolução dos meios de comunicação e para a

velocidade com que circulam as informações, que têm aproximado os povos e têm feito com que as populações têm acesso muito rápido e direto ao que está ocorrendo nos lugares mais longínquos do globo, gerando um acelerado processo de internacionalização (STALLIVIERI, 2004, p. 15).

Nas últimas décadas, com o acelerado processo de internacionalização, as universidades buscam seus espaços mediante processos de cooperação internacional. A ideia de cooperação nas instituições de ensino superior não é recente. “O que gerava essa mobilidade durante a Idade Média, primeiramente, era a busca de novos conhecimentos, de novas descobertas em diferentes partes do continente” (STALLAVIERI, 2004, p. 23). As mudanças atuais impulsionam as universidades a buscarem um elevado grau de internacionalização, embora este contexto seja novo para algumas universidades.

A concretização dos primeiros programas de cooperação internacional dependeu da vontade política dos governantes e da emergência das primeiras universidades públicas brasileiras, entre os anos de 1920 e 1930.

Estima-se que a inauguração da política de cooperação internacional no País ocorreu por volta dos anos de 1920 e 1930, ocasião em que os governos federal e estadual fundaram quatro universidades sucedidas<sup>2</sup>: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, em 1920), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, em 1928), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, em 1934), e Universidade de São Paulo (USP, em 1934) (ROSSATO, 1998 *apud* LIMA e CONTEL, 2009, p. 156).

Os acordos firmados pautam-se na convicção das possibilidades de que o desenvolvimento de uma nação soberana também depende de progressivos investimentos na formação de recursos humanos e no fomento da ciência e da tecnologia. O governo brasileiro, em suas atuações (mediante regimes democráticos ou não), por meio de ações combinadas entre os Ministérios da Educação (MEC), Relações Exteriores (MRE) e Ciência e Tecnologia (MC&T), têm atuado como importante provedor do processo de internacionalização da educação, da ciência e da tecnologia (ROSSATO, 1998 *apud* LIMA & CONTEL, 2009).

É possível assegurar que, de 1930 aos dias atuais, o processo de internacionalização no Brasil sofreu modificações. Elas foram decorrentes de fatores internos, tais como: heterogeneidade do sistema de educação superior brasileiro, descontinuidade política entre os diferentes governos, transformação de necessidades identificadas e consequentes alteração de motivações que justificavam investimento em política de internacionalização, a maior ou menor disponibilidade de recursos financeiros, etc.; de caráter externo, podem ser citados: interesses de natureza acadêmica, política e econômica (LIMA E CONTEL, 2009, p. 157).

Ainda segundo os autores, por diferentes razões, a educação superior brasileira ainda é pouco internacionalizada, ainda estamos construindo os processos de internacionalização mediante implantação de políticas governamentais para impulsionar o desenvolvimento nacional, como mostra o Quadro de LIMA e CONTEL (2009):

**Quadro 1 – Periodização do processo de internacionalização da educação superior brasileira.**

<b>Períodos</b>	<b>Motivações</b>
<b>1º. Período entre 1930 e 1950</b>	O Período Inaugural marca a presença de professores visitantes nas jovens universidades emergentes.
<b>2º. Período entre 1960 e 1970</b>	O Período Reformista marca a presença de consultores motivados pelo desejo de contribuir para a 'modernização' das jovens universidades brasileiras.
<b>3º. Período entre 1980 e 1990</b>	O Período de Consolidação combina a expansão e a consolidação da pós-graduação <i>stricto sensu</i> no País.
<b>4º. Período de 2000 em diante</b>	O Período de Diversificação reflete o amadurecimento da internacionalização gestada e financiada pelas instâncias governamentais e os primeiros passos da internacionalização gestada peça iniciativa privada.

**Fonte: LIMA e CONTEL, 2009, p. 158.**

As instituições de educação começaram a se fortalecer mediante a consolidação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* ao contribuir para a melhoria da formação científica de professores e pesquisadores, fortalecendo

também os projetos de produção científica e tecnológica para o desenvolvimento econômico do país. Sob esse ponto de vista, muitas são as motivações que levaram às iniciativas de cooperação e integração regional no Brasil, pensando em termos de desenvolvimento autônomo e nos ciclos expansionistas nos quais se inserem as universidades brasileiras. Gomes e Vieira (2013) definem quatro ciclos expansionistas caracterizados em quatro momentos distintos e associados aos contextos políticos, econômicos e sociais.

O primeiro ciclo compreende o intervalo entre a criação das primeiras universidades até o início dos anos sessenta; o segundo em meados dos anos noventa; o terceiro entre meados dos anos noventa e da primeira década dos anos dois mil; e o quarto é o mais recente, o qual caracteriza o momento atual, mais precisamente, as políticas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, quando surgiram as principais estratégias de criação de universidades públicas em contextos de internacionalização e interiorização e, mais recentemente, estamos vivenciando a compra de instituições educacionais brasileiras por grupos educacionais internacionais. Dessa forma, a internacionalização é voltada para o capital, e não na integração internacional, visto que, essas instituições atualmente agregam grande parte das matrículas do ensino superior no país.

### **3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA**

Neste trabalho, escolheu-se a Política de Assistência Estudantil como objeto de estudo para analisar sua efetivação em uma universidade em contextos de interiorização e internacionalização. Portanto, neste capítulo, no intuito de compreender os avanços históricos da política que será analisada, apresentam-se os contextos mais evidentes sobre o ensino superior no contexto brasileiro. À vista disso, discorre-se sobre o processo de expansão e democratização do ensino superior e sobre a assistência estudantil, partindo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

#### **3.1 EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Ao estudarmos a educação como um direito em nosso país, deparamos com um modelo educacional tardio e voltado apenas para as elites. Em termos constitucionais, é na Constituição Imperial de 1824 que é apresentado pela primeira vez no texto *“instrução primária e gratuita de todos os cidadãos”*. O direito à educação em nosso país perpassa por avanços e retrocessos; há momentos de mais valorização de certas políticas educacionais e outros em que não se valoriza algumas políticas. Embora no Brasil o direito à educação não seja recente, os processos de expansão da educação básica, aconteceram com mais frequência a partir da década de 1930, percebendo que mais de cem anos perpassa desde a Constituição de 1824, sem grandes avanços. Em 1930, inicia em nosso país uma tentativa de consolidar o Sistema Público de Educação. Muitos movimentos civis e oficiais são iniciados, buscando erradicar o analfabetismo, considerado “uma chaga social” (GADOTTI, ROMÃO, 2000).

Dessa maneira, a expressão educação básica se apresenta como um novo conceito, pautado em um direito. “A educação básica é um conceito inovador em um país, que por séculos, negou de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar” (CURY, 2008, p. 294). É importante ressaltar que estes avanços na educação básica nos levaram a buscar profissionais mais especializados para o mercado de trabalho, impulsionando o aumento da demanda de níveis mais elevados de ensino. Dessa forma a educação superior também precisa ser ampliada, e não apenas servir para a formação das elites. É preciso pensar a expansão das universidades como um meio democrático de oferecer ensino superior principalmente para os menos favorecidos, portanto, não se pode pensar na expansão sem políticas públicas de acesso e permanência.

Assim como as ações voltadas para o direito à educação não são recentes, as ações de assistência aos estudantes também nos remetem aos anos de 1930, a partir de iniciativas de programas de alimentação e moradia universitária. Um marco importante da tentativa de uma política de assistência aos estudantes ocorreu em 1928, com a criação da primeira Casa de Estudantes Brasileiros em Paris<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A criação da Casa do Estudante Brasileiro em Paris, em 1928, no governo de Washington Luís, é um marco inicial da assistência estudantil no Brasil. Posteriormente em 1930, criou-se a casa do Estudante Brasileiro no Rio de Janeiro, acoplada a um restaurante popular. (KOWALISKI, 2012).

Neste cenário, o ensino superior era um privilégio de poucos, ou seja, da elite do país. As verbas eram destinadas para a manutenção da casa e dos estudantes. Pautando nos marcos constitucionais, em 1934 foram apresentados na Constituição, dispositivos que organizavam a educação nacional. Em vista disso, começou a pensar em um Plano Nacional de Educação (PNE), como objetivos de supervisionar atividades relacionadas em todos os níveis de ensino e na previsão de recursos para a manutenção e desenvolvimento de ensino.

Outro marco relevante para as políticas educacionais em nosso país foi a criação da União Nacional de Estudantes (UNE), em 1937, com o apoio do Ministério da Educação. Conhecido como órgão máximo de estudantes, que pauta as suas lutas em melhorias nas políticas educacionais (KOWALISK, 2012). Os estudos sobre as universidades não indicaram grande crescimento das universidades entre 1930 a 1945, embora até a década de 60 tenham sido criadas 18 universidades públicas.

A década de 60 foi um período conturbado para as políticas educacionais no Brasil, a UNE perde sua legitimidade e passa a atuar na ilegalidade. As universidades são alvos da intervenção militar. Mesmo diante da perseguição e da repreensão, a entidade estudantil resiste opondo-se ao regime militar. Neste sentido, docentes e discentes lutavam por uma reforma no ensino superior, com modernização nos currículos e na didática e por uma gestão democrática, na qual oferecesse às universidades autonomia na gestão dos recursos.

Os anos de 1980 são marcados pelo período de redemocratização do país, com a crise econômica do governo militar foi preciso repensar os problemas sociais e as desigualdades do ensino superior em relação ao acesso e permanência. Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), o qual buscava mecanismos para viabilizar a permanência de estudantes no ensino superior. A partir da criação deste órgão ampliam-se também os estudos relacionados à assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras.

Ademais, a década de 1980 é marcada pela luta dos movimentos populares por uma nova constituição, que, em 1988, vem a ser promulgada em nosso país. Também conhecida como Constituição Cidadã. Muitos avanços nas legislações

educacionais do país são fruto da Constituição de 88, com base na definição da educação como direito de todos e dever do Estado e da família.

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2021).

Em 1989, pós Constituição Cidadã, é criada a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES). As ações da FONAPRACE e ANDIFES foram importantes para a compreensão da expansão do ensino superior alinhado a política de assistência estudantil no âmbito nacional. Juntamente com a UNE e com outras organizações da sociedade civil, buscou-se instituir uma política de apoio à permanência de estudantes. Entendendo que a expansão do ensino superior engloba a inserção de jovens via programas de ações afirmativas, portanto, o debate da Política de Assistência Estudantil como direito precisa ser uma política de Estado e não de Governo. Como uma política pública de Estado, encerra-se o ciclo assistencialista da política, que deixa de ser encarada apenas como programa de um ou outro governo. Ou mesmo uma política focal ou local, que depende da vontade de determinados programas de governo.

### 3.2 OS CAMINHOS PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DO ASSISTENCIALISMO AO DIREITO

Com a criação do FONAPRACE, foi possível ampliar a compreensão dos problemas relacionados à assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras. As primeiras pesquisas em nível nacional foram realizadas pelo referido Fórum, em parceria com a ANDIFES, entre os anos de 1996/1997 e entre 2003/2004. A pesquisa realizada pelo FONAPRACE/ANDIFES entre 1996 e 1997 teve como objetivo apresentar um levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior pensando na elaboração de uma política nacional de assistência estudantil que assegurasse não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão do ensino superior. Aqui cabe ressaltar que o ano de 2018, foi realizada a V Pesquisa Nacional de Perfis

Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFEs, e aqui vamos trazer alguns dados destas pesquisas, para que possamos entender como a Política de Assistência Estudantil está sendo desenvolvida em nosso país e sua relevância para a expansão e democratização do ensino superior.

As duas primeiras pesquisas nacionais da FONAPRACE nos anos 1996/1997 e 2003/2004 apresentada ao Ministério da educação juntamente com a ANDIFES foram fundamentais para a formulação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que foi instituído em 2007 com o objetivo de apoiar a permanência de estudantes de baixa renda nos cursos presenciais de graduação das instituições de ensino superior, viabilizando a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuindo para o desempenho acadêmico e para o combate da repetência e evasão.

É interessante que a pesquisa de 1996/1997 traz em seus levantamentos dados importantes para a busca de uma política de assistência estudantil mais efetiva por parte do Estado. “A principal descoberta da I Pesquisa de Perfil foi a presença de 44,29% de estudantes de origem familiar das “categorias C, D e E” – o que representava uma demanda real e potencial para a assistência estudantil” (FONAPRACE). Esta pesquisa teve a participação de 44 instituições de ensino superior.

A segunda pesquisa realizada em 2003/2004 ajuda a confirmar os dados e a necessidade de uma política de assistência para atender estes estudantes. “Novamente a pesquisa revelava que 42,8% dos estudantes “encontram-se nas classes [de renda] C, D, E” cuja renda média familiar mensal atingia, no máximo, R\$927,00, valor contido na faixa vulnerabilidade social” (FONAPRACE, 2011, p. 4).

Assim sendo, estas pesquisas evidenciaram a necessidade de elaboração de políticas públicas de assistência estudantil capazes de assegurar o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos na educação superior.

A partir das divulgações dos resultados destas pesquisas nacionais sobre a assistência estudantil junto ao Ministério da Educação possibilitou a instituição do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em âmbito federal pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, para estudantes de graduação na modalidade presencial das instituições de ensino superior. O PNAES



começou a ser implementado em 2008, com o objetivo de apoiar a permanência dos estudantes de baixa renda, viabilizando a igualdade de oportunidade e contribuindo para o desempenho acadêmico e para o combate da evasão.

O PNAES foi continuamente acompanhado e aperfeiçoado pelo FONAPRACE, sobretudo após a pesquisa de 2004, de modo a tornar-se exequível em todas as Universidades Federais, respeitando as características e perfis específicos. O PNAES foi então adotado e lançado pela ANDIFES em agosto de 2007, como busca de solução dos problemas relativos à permanência e à conclusão de curso por parte dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Federais, por meio da articulação de ações assistenciais na perspectiva de inclusão social, de melhoria do desempenho acadêmico e de qualidade de vida (FONAPRACE, 2011, p. 11).

Além disso, por mais que já discutimos aqui que as ações da assistência estudantil perpassam pela década de 30, é importante ressaltar que há uma escassez de pesquisas em nível nacional sobre a temática. Muitas das pesquisas apresentadas estavam relacionadas à estudos de casos, ou pesquisas regionais. Como podemos citar Écio Antônio Portes em sua tese intitulada *“Trajetórias Escolares e Vida Acadêmica do estudante pobre da UFMG – Um estudo a partir de cinco casos”*. Sabe-se que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi pioneira nas ações voltadas para a assistência estudantil, mesmo em tempos que a assistência era feita de forma filantrópica e assistencialista. O objetivo do autor neste trabalho foi dar visibilidade ao estudante pobre nos cursos mais seletivos.

ter como objeto de estudo a experiência vivida pelo estudante universitário pobre nos cursos altamente seletivos é uma opção de pesquisa que só se viabiliza quando o olhar do pesquisador se desvia das questões macroestruturais para mergulhar no interior de determinadas instituições escolares à procura de compreender, descrever e analisar o funcionamento dessas instituições, mediante novos questionamentos que procuram privilegiar as ações dos sujeitos (PORTES, 2001, p. 22).

Percebe-se que nos contextos educacionais brasileiros não havia uma preocupação com os estudantes pobres, até mesmo devido as universidades federais por muito tempo ter um público mais direcionado à classe dominante. Na medida que as legislações e as lutas por um ensino público de qualidade para todos

ganham forças e as universidades começam a receber um público vindo das camadas mais populares, começa os primeiros estudos voltados para a permanência dos estudantes no ensino superior no Brasil. Araújo (2013), em seu estudo “*A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: Uma categoria em construção*”, analisa a presença da categoria permanência nos periódicos selecionados por um grupo de pesquisadores entre os anos 1996 a 2011. Os dados levantados a respeito do quantitativo de artigos de periódicos publicados são interessantes, pois de 4.939, o grupo selecionou 90 artigos para o projeto, dos quais apenas 7 artigos estão diretamente relacionados à categoria permanência.

A autora chama a atenção que embora os autores destes artigos discutam as categorias acesso e expansão da educação superior significativa nos anos de 1990, não apresentam dados empíricos capazes de evidenciar as afirmações a respeito da falta de permanência. Há uma recorrente associação entre evasão, na qual a autora colocou como uma categoria antitética à permanência, principalmente em estudos de caso (ARAÚJO, 2013).

Alguns questionamentos podemos suscitar em decorrência da literatura não nos apresentar mais estudos sobre a permanência, entre eles, a não obrigatoriedade do Estado em ofertar o ensino superior de forma gratuita. Em nossa Constituição somente a educação básica é oferecida de forma obrigatória e gratuita.

Neste sentido, mais uma vez, podemos evidenciar a relevância da pesquisa do FONAPRACE, em parceria com a ANDIFES, principalmente a 1ª e 2ª pesquisas que foram fundamentais para a aprovação do PNAES. Uma variável que chamou a atenção nas pesquisas foi a de *migração/moradia* antes do ingresso na Universidade. O indicador é importante de ser analisado nas políticas de assistência estudantil voltadas para a permanência na Universidade, pois é perceptível que uma boa parcela dos estudantes brasileiros deixava seus contextos familiares ao ingressarem no ensino superior. Com as novas demandas de estarem longe da família, estes estudantes irão necessitar de algum tipo de apoio/assistência para permanecer e concluir os estudos. Assim sendo, a garantia de residências estudantis e auxílios moradia/instalação entre outros, se faz necessário para atender essa parcela significativa de estudantes como ficou evidente nas pesquisas.

A 1ª pesquisa Fonaprace aponta que 34,79% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade, apresentando, portanto, necessidade de moradia e apoio efetivo. A segunda pesquisa mostra que 30,5% dos alunos encontram-se nessa realidade (FONAPRACE, 2008, p. 9)

Ainda segundo a pesquisa do FONAPRACE, aproximadamente 12% dos estudantes, classificados entre as classes C, D, e E, constituem demanda potencial para as residências estudantis, no entanto, as moradias universitárias atendem um percentual de 2,4%. “As moradias universitárias atendem a um percentual de 2,4% desses estudantes, que, em sua maioria, são das categorias C, D e E” (FONAPRACE, 2008, p. 9). Logo, mais de 9% dos estudantes não são contemplados com este tipo de auxílio, o que pode futuramente comprometer o seu processo de permanência na universidade, pois há uma defasagem grande entre a demanda potencial e a demanda atendida pelas moradias. De acordo com Sobrinho (2010, p. 1226):

Além da expansão de matrículas e da exclusão social de jovens tradicionalmente desassistidos, em razão de suas condições econômicas, preconceitos e outros fatores, é imprescindível que lhes sejam assegurados também meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade seus estudos. Assim, acesso e permanência são aspectos essenciais do processo mais amplo de “democratização”.

Nota-se, através destes indicadores, que mesmo as universidades que possuem residências estudantis não conseguem contemplar toda a demanda, beneficiando apenas uma pequena parcela dos estudantes. Esses dados são importantes para entendermos o contexto da universidade estudada, que também apresenta uma forte questão por moradia.

Os estudantes africanos se deparam com outros problemas na cidade, a exemplo do acesso a moradia. O município não estava preparado, em termos de infraestrutura, para receber um número grande de moradores vindos de fora, mesmo morando em grupos de dois ou mais pessoas, a moradia ainda continua sendo um problema para os estudantes (BENDO, 2016, p. 29).

A variável alimentação também é de grande relevância para o estudo das políticas de assistência estudantil, pois, um número relevante de estudantes depende dos restaurantes universitários para garantir refeições diárias.

Na 1ª pesquisa, 19,10% dos estudantes informaram que o Restaurante Universitário (RU) constitui-se em importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária. Na 2ª pesquisa, esse número cresce para 24,7%. (FONAPRACE, 2008, p. 9).

O auxílio alimentação também atende mais os estudantes das categorias C, D e E, evidenciando sua função acadêmico-social e contribuindo para a permanência e otimização do tempo de vida acadêmica.

A variável meio de transporte é um indicador importante para a permanência na universidade, uma vez que, pelos dados apresentados, a maioria dos estudantes utilizavam transportes coletivos para o deslocamento até a universidade.

A maioria dos estudantes, tanto na 1ª pesquisa (60,60%), quanto na 2ª (59,9%), utiliza transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano, a fim de melhorar os índices de freqüência por intermédio da redução do gasto com transportes (FONAPRACE, 2008, p. 11).

Deste modo, analisa-se que, dependendo da localização das universidades em alguns centros urbanos, ou mesmo em universidades em contexto de interiorização, o gasto com transporte compromete uma boa parte da renda familiar. Em suma, os auxílios, mediante as políticas de assistência estudantil, podem contribuir de forma positiva para a permanência dos estudantes nas universidades federais.

As pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, vieram preencher uma lacuna importante pois não se conheciam aspectos fundamentais do perfil básico socioeconômico e cultural dos (as) discentes dos cursos de graduação. Ademais era preciso evidenciar, por meio de pesquisas sistemáticas, as recentes mudanças no perfil estudantil (FONAPRACE, 2018, p. 3).

Partindo da importância da aprovação do PNAES, no ano 2010, a partir das pesquisas acima mencionadas, precisamos continuar acompanhando os objetivos deste importante documento para a efetivação da Política de Assistência Estudantil em nosso País.

- I - Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - Reduzir as taxas de retenção e evasão;
- e IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010b).

O PNAES, visando sua função social, estabelece um perfil para os alunos atendidos, dando preferência, prioritariamente, aos estudantes oriundos da rede pública básica de educação ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo, reafirmando um compromisso de inclusão social. Estabelece também que as ações da assistência estudantil deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico;
- e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (FONAPRACE, 2011, p. 12).

O PNAES tornou-se ferramenta fundamental para o alcance das metas do Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI). A parceria possibilitou o crescimento das universidades, ampliando também a inclusão de estudantes matriculados no ensino superior em diversos municípios e não só mais nas capitais, que anteriormente concentravam a maior parte das Instituições de Ensino Superior (IES).

A partir do Reuni o número de municípios atendidos passou de 114 em 2003 para 230 em 2011, o que garantiu a ampliação da interiorização do ensino superior federal. Assim, ampliou-se enormemente o acesso à universidade pública federal (FONAPRACE, 2011, p. 12).

Depois da aprovação do PNAES duas pesquisas foram realizadas: em 2014 realizou-se a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileira. No ano de 2018 realizou-se a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Aqui traremos alguns dados importantes para analisarmos como o PNAES aos poucos começa a planejar suas ações nas IFES com o objetivo de não apenas favorecer a entrada dos estudantes nas universidades e sim, garantir também a permanência destes estudantes oriundos das camadas populares.

É importante discutirmos nestes contextos que a educação no Brasil ainda é precária, por mais que tenhamos conseguido bons avanços em termos de gratuidade na educação básica, mas ainda é muito desigual, varia de região para região. Essas desigualdades acabam criando obstáculos para traçar políticas de democratização no ensino superior “o principal obstáculo para a ‘democratização’ e expansão da educação superior é a vulnerabilidade de grande parte da população brasileira” (SOBRINHO, 2010, p. 1237). É certo que tivemos grandes avanços em termos da ampliação de matrículas por via das ações afirmativas, da criação de novas universidades, mas estudos mostram que uma boa parcela dos jovens, não teriam condições econômicas de concluir os seus cursos mesmo sendo gratuitos.

A pobreza tem estreita relação com a precariedade educacional da educação básica. Nem 40% dos jovens brasileiros completam o ensino médio. Há menos concluintes no ensino médio que vagas no ensino superior. Entretanto, dados levantados pelo IBGE permitem afirmar que cerca de um de quatro jovens em idade adequada não teria condições econômicas para frequentar um curso superior, ainda que gratuitamente. Isto posto, pode se concluir que os programas focados na ampliação de vagas e as ações de discriminação positiva, dirigidas à inclusão social, são importantes, porém insuficientes e encontram sérios limites (SOBRINHO, 2010, p. 1237).

Nesta análise, é preciso que as políticas de democratização criem condições de igualdade na permanência destes estudantes no ensino superior, que não exista a distinção entre os cursos, que os jovens mais desfavorecidos consigam competir e concluir, com uma educação de qualidade, entende-se a educação como um direito social disponível a todos. É preciso através de políticas bem estruturadas, possibilitar uma sociedade menos dividida entre incluídos e excluídos.

Ademais, é necessário discutir não apenas a importância das ações das políticas afirmativas, mas também ações que garantam a permanência.

Em se tratando da assistência estudantil, as medidas adotadas pelas IES ainda não alcançam uma ampla cobertura e restringem-se, quase sempre, a minimizar dificuldades de natureza material da população discente. Vê-se que, a despeito da existência de uma legislação voltada para a assistência estudantil, ações concretas devem ganhar mais impulso (GARRIDO, 2015, p. 260).

Em nossos estudos, procuramos compreender a importância das políticas de ações afirmativas, bem como as de assistência estudantil para a garantia da permanência de forma holística, que a assistência estudantil não seja entendida apenas como bolsas e auxílios, principalmente em termos financeiros. A vida universitária exige alcance de outras necessidades inerentes do ser humano.

Não defendemos que os auxílios pecuniários não são importantes; vivemos em uma sociedade capitalista, e isso nos é colocado em teste em todos os momentos. Apenas defendemos a ideia de que os auxílios pecuniários por si só, não são suficientes para garantir a permanência, por mais que se trata na maioria das vezes, de estudantes acima dos 18 anos, que temos um hábito de dizer que já adquiriu independência, entendemos que não é bem este caminho. Os estudantes independentes da idade precisam de acolhimento, orientação, apoio pedagógico, psicológico, entre outras demandas enfrentadas em nossas instituições.

A oferta no número de vagas no ensino superior segundo dados da V pesquisa chegou a aumentar 260% entre os anos de 2003 a 2017. No ano de 2017 foram ofertadas mais de 393.000 vagas em cursos de graduação presencial. Este crescimento tem relação direta com a abertura de novas instituições. Entre os anos de 2005 a 2017 criou-se 18 universidades que contemplam 4 regiões do país, apresentando 40% no crescimento no percentual de universidades federais, sem

contar os novos *campi* abertos no processo de expansão. E, em 2002 havia 148, e, em 2017, esse número alcançou 408, apresentando assim um crescimento de 176% em quinze anos, nas quais as regiões Nordeste e Norte lideram as expansões.

Aqui mais uma vez destaca-se que a Política de Assistência Estudantil não cresce na mesma proporção do aumento de instituições e do número de vagas, a mesma pesquisa apresenta que, até o ano de 2012, parte dos recursos do REUNI eram destinados exclusivamente para a assistência estudantil. Neste sentido, as instituições contavam com um valor significativo em seu orçamento para as políticas de permanência. O processo de expansão acompanhava a cobertura dos discentes, que não conseguiriam manter seu vínculo acadêmico. A partir de 2013, as universidades e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) ou financiavam a assistência com recursos próprios ou utilizavam recursos do PNAES, que até o ano de 2016, sempre dedicava recursos crescentes para as políticas de permanência. A partir de 2016 os recursos vêm sofrendo quedas e comprometendo a permanência nas instituições de ensino superior.

Raros são os estudos de avaliação das políticas de assistência estudantil. Não têm sido produzidos dados sistematizados, acompanhados de reflexões robustas acerca das políticas de Assistência Estudantil e sua contribuição para a manutenção do vínculo do discente com o sistema, para o sucesso e o desempenho acadêmico, nem no âmbito do Ministério da Educação, nem, eventualmente, por parte das próprias instituições federais através de seus pesquisadores (BRASIL, 2018, p. 3).

Diante das poucas pesquisas voltadas para as políticas de assistência estudantil, evidencia-se a importância das pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES, realizadas pelo FONAPRACE, com apoio da ANDIFES nos anos de 1996, 2003, 2010, 2014 e 2018, pois precisamos por meios de pesquisas sistemáticas e de caráter nacional entender as recentes mudanças no perfil estudantil. A última pesquisa nos traz alguns dados bem relevantes:

64,7% vêm da escola pública  
70, 2% têm renda de 1,5 salários-mínimos  
24, 2% são estudantes de licenciaturas  
30% participam da assistência estudantil  
49,5% estudam no interior



7,5% contam com auxílio moradia  
 50,8% são de famílias que os pais e mães não tiveram acesso ao ensino superior  
 17,3% recebem auxílio alimentação  
 62,7% das mães não tiveram acesso ao ensino superior  
 24,1% participam de atividades acadêmicas remuneradas  
 66,2% dos pais não tiveram acesso ao ensino superior  
 9% não se consideram cisgênero  
 0,7% têm deficiência  
 21,5% não se consideram heterossexuais  
 29,9% são trabalhadores  
 22,8% moram em outras cidades  
 51/2% são negros  
 39,2% são pardos  
 0,9% são indígenas  
 0,8 são estrangeiros<sup>4</sup>

É perceptível quando analisamos os dados das primeiras pesquisas, com os dados atuais que houve avanços significativos, como aumento no número de moradias estudantis, bem como a quantidade de estudantes atendidos com auxílio alimentação. Percebe também o aumento de negros e pardos, e, por outro lado, o percentual de pessoas com deficiências, indígenas e estrangeiros é inferior a 1%. Entende-se que ainda temos um longo caminho a seguir para garantirmos de fato mais avanços nas Políticas de Assistência Estudantil e na garantia da permanência no ensino superior. No decorrer desta pesquisa focaremos um pouco mais nas políticas de Assistência Estudantil para estudantes em contextos de interiorização e internacionalização na UNILAB.

#### **4 INTERIORIZAR PARA QUE? DISCUSSÕES SOBRE UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO**

Ressalta que o foco principal dessa pesquisa não é a discussão dos territórios, mas entende-se que é preciso situar os contextos de interiorização na qual a universidade está inserida, portanto apresentaremos uma breve discussão a respeito das regiões ou territórios onde estão localizados os *campi* da UNILAB e como acontece a integração entre Universidade e o território.

---

<sup>4</sup> Estes dados foram retirados da pesquisa de perfil estudantil 2018. Em oito anos de PNAES, temos avanços importantes, mais de 60% dos estudantes do ensino superior são de escolas públicas e mais de 50% de famílias que os pais não tiveram acesso ao ensino superior.

#### 4.1 O CAMPUS DOS MALÊS E O RECÔNCAVO – BAHIA

Na Bahia, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) está situada no município de São Francisco do Conde, localizada a 67 km da capital baiana. A cidade que abriga o Campus dos Malês faz parte do Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador (RMS). Atualmente, o Governo da Bahia passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade (TI), sendo o RMS, representado pelo TI código 26. A classificação dos Territórios de Identidade leva em consideração as especificidades de cada região. Neste contexto, para a Secretaria do Planejamento (SEPLAN), território é definido como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN, 2019, p.1)

Além disso, o Território de Identidade da RMS apresenta como um dos mais industrializados e economicamente mais desenvolvidos do Estado, destacando nos setores de Comércio, Serviços e Indústrias. Está localizado entre os Territórios de Identidade do Recôncavo e do Litoral Norte do estado da Bahia. É composto por 13 municípios: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (SEPLAN, 2019, p.4).

Entende-se que a Universidade é uma importante fonte para o desenvolvimento local, regional e, no caso da UNILAB, internacional, evidenciando que a instituição contribui com formação de um público diferenciado, não só de estudantes da região e do país, mas também de estudantes de países lusófonos, pois a universidade foi criada a partir de acordos de cooperação Sul-Sul.

No caso específico do Campus do Malês, localizado na cidade de São Francisco do Conde, percebe-se que a Universidade faz uma ponte com o Território do Recôncavo, na qual já fez parte em anos anteriores, e agora com a nova

composição dos territórios, mesmo fazendo parte do Território de Identidade da Região Metropolitana de Salvador, apresenta características em comum pela proximidade com os municípios que compõem. Independente do TI, a UNILAB inova na difusão do conhecimento Brasil/África.

Os documentos sobre o estudo Territorial da Região Metropolitana de Salvador (RMS) trazem um destaque para a educação superior apresentando algumas das principais universidades que compõem o território, destacando a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) fundada em 1983 e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada em 18 de fevereiro de 1808. Embora a UNILAB ainda não apareça no documento como uma universidade de destaque, sabe-se da sua importância no cenário educacional regional e internacional.

Segundo dados do Censo da Educação Superior do ano de 2013 (CES 2013), o Brasil contabiliza 2.391 Instituições de Ensino Superior (IES). Dentre as Instituições de Ensino Superior, o Território Metropolitano de Salvador conta com Universidades Estaduais, Federais e particulares, Centro Universitário Senai Cimatec, além do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e instituições de ensino técnico (BAHIA, 2017, p. 89).

Percebe-se que a RMS possui Universidades de referências no ensino superior do país, ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior de qualidade com uma grande variedade de cursos ofertados, mas não podemos deixar de observar os índices também da educação básica que, especificamente no município de São Francisco do Conde, precisa alcançar melhores índices educacionais, principalmente em relação ao ensino fundamental da 8ª série/9º ano, e também em relação à taxa de analfabetismo, pois o município está entre os 4 (quatro) do Território de identidade com maior índice de analfabetismo.

Dentre os municípios do Território de identidade, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Vera Cruz e São Francisco do Conde apresentaram maior taxa de Analfabetismo, enquanto Salvador, Lauro de Freitas e Madre de Deus menores taxas. Em 2015, sete municípios alcançaram a meta estipulada pelo Ideb em relação à 4ª série / 5º ano (Mata de São João, São Francisco do Conde, Candeias, Dias d'Ávila, Simões Filho, Camaçari e Salvador). Contudo, em relação à 8ª série / 9º ano, apenas três municípios alcançaram a meta do Ideb (Mata de São João, Camaçari e Madre de Deus) (BAHIA, 2017, p. 88).

É importante ressaltar que a 8ª série/9º ano é o último ano para a entrada no Ensino Médio, e a sua conclusão é necessária para o acesso à universidade. Entendendo o ensino como algo contínuo, se as metas nesta etapa não estão alcançando os índices desejados, entende-se que mesmo os estudantes que conseguirem ser aprovados podem entrar no Ensino Médio trazendo dificuldades não sanadas nos anos anteriores, o que pode dificultar uma aprendizagem significativa e o não acesso ao ensino superior, já que atualmente, usam-se as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o acesso ao ensino público via Sistema de Seleção Unificada (SISU) e ao ensino particular com aquisição de bolsas via Programa Universidade para todos (ProUni). Ambos exigem dos estudantes conhecimentos básicos em todas as áreas de conhecimento, priorizando também uma boa escrita, já que o ENEM é composto também por prova de redação (que não pode ser zerada) abordando temas atuais e exigindo dos estudantes uma visão holística e uma compreensão da nossa sociedade de forma global.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um importante indicador que reúne dois conceitos importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. A partir dos resultados obtidos é possível traçar metas de qualidade educacional para cada sistema de ensino. A tabela abaixo mostra o Ideb de cada município da RMS, apresentando uma visão aproximada de quais municípios atingiram os índices desejados para a educação básica e quais os municípios precisam planejar mais ações visando uma melhoria nos índices de qualidade educacional.

**Figura 1 – Principais Indicadores da Educação no Território.**

Municípios	Taxa de Analfabetismo   2010 (%)	4ª série / 5º ano   2015		8ª série / 9º ano   2015		Número de Estabelecimentos   2013 Públicos e Privados		
		Média de Ideb	Meta de Ideb	Média de Ideb	Meta de Ideb	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
São Sebastião do Passé	13,77	4,10	4,40	3,40	3,80	26	44	3
Mata de São João	11,56	5,10	3,70	4,30	3,80	33	31	4
Vera Cruz	10,75	4,10	4,20	2,80	3,60	34	56	3
São Francisco do Conde	10,1	4,50	4,10	2,80	3,80	33	46	2
Pojuca	9,32	4,20	4,40	3,20	3,80	17	20	3
Candeias	9,09	4,40	4,30	3,10	3,60	42	63	9
Dias d'Ávila	8,21	4,50	4,20	3,50	3,90	33	42	5
Simões Filho	7,90	4,30	4,10	3,20	3,80	60	84	13
Camaçari	7,78	4,70	4,20	4,10	3,80	142	166	16
Itaparica	7,58	3,50	4,20	2,90	3,80	15	23	3
Madre de Deus	5,26	4,90	5,00	3,90	3,70	7	8	1
Lauro de Freitas	4,93	4,30	4,60	3,60	3,90	75	87	17
Salvador	3,97	4,70	4,20	3,10	3,90	796	974	240
Metropol. de Salvador	4,95	4,41	4,28	3,38	3,78	1.313	1.644	319

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2017.

Ao observarmos os resultados do Ideb apresentados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nos chama a atenção além da taxa de analfabetismo que é de 10.1% da população é o número de estabelecimentos públicos e privados para o ensino fundamental e médio. Neste sentido, é preciso criar alternativas que garantam a permanência dos estudantes em todas as etapas da educação básica, bem como, alternativas que possibilitem acesso e permanência no ensino superior.

No censo realizado em 2010, o município de São Francisco do Conde possuía 31.183 habitantes, sendo que mais de 90% dos habitantes se autodeclararam negros, tornando-se o município de maior população negra declarada no censo, segundo informações do *site* da UNILAB – Campus dos Malês, baseando em estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Os dois territórios, tanto o TI RMS quanto o TI do Recôncavo apresentam muitas características em comum, principalmente em termos culturais, pois apresentam números significativos de Comunidades Quilombolas: 46 no Território do Recôncavo e 18 e na RMS o que torna estes territórios um importante campo de pesquisa e justifica a instalação de universidades em contextos de interiorização pensando em garantir o acesso dos estudantes pertencentes a estes territórios, como seres atuantes e pensantes em melhorias para o desenvolvimento local e regional. No que se refere à internacionalização, os acordos do Brasil com os países

da África e demais cooperados permite a busca por uma educação democrática através da socialização do conhecimento.

O Recôncavo corresponde à porção de terra que circunda a Baía de Todos os Santos e foi uma das primeiras regiões ocupadas no Brasil Colônia, onde foram desenvolvidas as culturas da cana-de-açúcar e do tabaco, o que grande desenvolvimento econômico e cultural [...] O Território possui rico acervo arquitetônico, histórico e cultural, e apresenta na maioria dos municípios edificações do período colonial, que fazem do Recôncavo um dos mais importantes parques barrocos nacionais [...] No território estão localizadas quarenta e seis Comunidades Quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares, sendo quinze em Cachoeira, duas em Cruz das Almas, doze em Maragogipe, três em São Félix e três em Santo Amaro (BAHIA, 2016, p. 3).

Assemelhando com o TI Recôncavo, o município de São Francisco do Conde também é rico em patrimônio do Brasil Colonial, tais como, igrejas, sobrados e engenhos, além de preservar reservas de Mata Atlântica e manguezais que contribuem para a biodiversidade da região. Percebe-se que o município não traz em seu histórico só belezas culturais, mas destaca-se, juntamente com os municípios do TI da RMS, pela sua riqueza de capital, sobressaindo como um dos municípios mais ricos do Brasil, no qual está instalada a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), apresentando um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 219.845, 83, de acordo com os dados do IBGE, referente ao ano de 2015.

A RLAM foi a primeira refinaria do gênero instalada no Brasil, nela são refinados dezenas de produtos como gasolina, diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), lubrificantes, *food grade* (parafina alimentícia da qual a refinaria é a única fabricante, que é utilizada na fabricação de chicletes, chocolates e outros), e produz ainda n-parafinas, utilizadas fabricação de detergentes (BAHIA, 2017, p. 5).

Estes dados são importantes para discutirmos o desenvolvimento econômico local e regional, pois se entende que o mesmo se dá de forma diferenciada nos territórios e até mesmo nos países subdesenvolvidos. Estudos comprovam que cada país apresenta problemas diferenciados em relação ao crescimento econômico. Dessa forma, alguns estudiosos do tema costumam usar a teoria de Rostow (1974), por apresentar de forma clara e objetiva as cinco etapas para um desenvolvimento

econômico nos países em desenvolvimento. O autor torna-se atual, apesar da publicação ter sido na década de 70, pois em seus estudos não tenta apresentar uma receita pronta e acabada para o crescimento econômico, mas traz em suas discussões algumas etapas utilizadas por nações mais desenvolvidas para a superação do desenvolvimento.

Rostow ao descrever as cinco etapas para o desenvolvimento: A sociedade tradicional; Pré-Condições para o arranco; Arranco; A Marcha para a Maturidade e a Era do Consumo em Massa; aproxima-nos do entendimento de como as sociedades conseguem atingir um alto grau de desenvolvimento econômico. Assim sendo, pensando o Brasil atual e mais precisamente a região Nordeste, percebe-se que as universidades instaladas com o Reuni contribuem de forma positiva para o desenvolvimento regional. Nestes termos, compreendemos que os investimentos em educação fortalecem o desenvolvimento de um país, ou de um território, e possibilita melhorias nos níveis sociais e econômicos.

No entanto, em termos nacionais, há autores que defendem que entre os anos dos governos petistas de Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), o Brasil vivenciou um novo desenvolvimento ou neodesenvolvimentismo.

O novo desenvolvimento, portanto, ganhou nos primeiros anos da era petista, cada vez mais adeptos. Não é à toa que o neodesenvolvimentismo se constitui como principal estratégia nas Diretrizes de Governo, mantendo a centralidade na dinâmica territorial (ABREU, 2015, p. 110).

Para a autora, as medidas adotadas do “novo desenvolvimento” ou “neodesenvolvimentismo” são apenas mais uma das manifestações do neoliberalismo com novas roupagens que sustenta a hegemonia burguesa, pois de fato, não alteram a estrutura da sociedade, a riqueza no Brasil continua concentrada na mão de poucos e a classe trabalhadora permanece com altos índices de exploração e com salários precários. É importante ressaltar que muitas ações do chamado “novo desenvolvimento” vivenciadas no Brasil foram de fato ilusórias, principalmente quando se trata do debate sobre território associado com as políticas sociais e o “neodesenvolvimento”. Mas não podemos deixar de evidenciar que no âmbito das políticas educacionais, em particular, com a criação de novas

universidades, é possível perceber avanços relevantes, principalmente em regiões que anteriormente concentrava poucas universidades.

Sabemos que a região Nordeste do país por muito tempo não teve para os governos a mesma importância que outras regiões em relação a criação de novas Universidades, mas com o REUNI nos governos de Lula e Dilma, há um incentivo para a criação de novas universidades no Nordeste. A educação pública de qualidade traz contribuições significativas para o crescimento do país, e não apenas do território. Portanto a democratização do ensino superior deve ser uma prioridade do Estado.

Segundo dados do MEC, no documento intitulado “*A democratização e a expansão da educação superior no país em 2003 a 2014*”. “O desenvolvimento de uma região está diretamente ligado aos investimentos locais. O incentivo à educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um crescimento acelerado” (MEC, 2014, p. 20). O processo de interiorização é fundamental para melhorar o desenvolvimento regional e possibilitar que estudantes que não tem condições de deslocar para outras regiões, também possam acessar o ensino superior público. A criação de novas universidades, entre elas a universidade pesquisada (UNILAB), possibilita a ampliação do acesso à universidade pública e a democratização do ensino.

#### **4.1.1 O Maciço do Baturité – Ceará**

Baturité é um município situado na região de nome homônimo, no Maciço de Baturité, está localizado a aproximadamente 90 Km de Fortaleza, e 30 Km de Redenção. A região do Baturité caracteriza-se por sua diversidade cultural, política e socioeconômica e, foi a macrorregião escolhida para a instalação da UNILAB no Estado do Ceará. A população da cidade segundo os dados do IBGE de 2010 era de aproximadamente 33.321 mil habitantes, e estima-se que em 2021 a população chega a 36.127 habitantes. E a população da regional da macrorregião em 2007 era de 210.317 habitantes. Desse contingente, 45,16% residem na área urbana e 54,84% na área rural. Conforme figura abaixo:



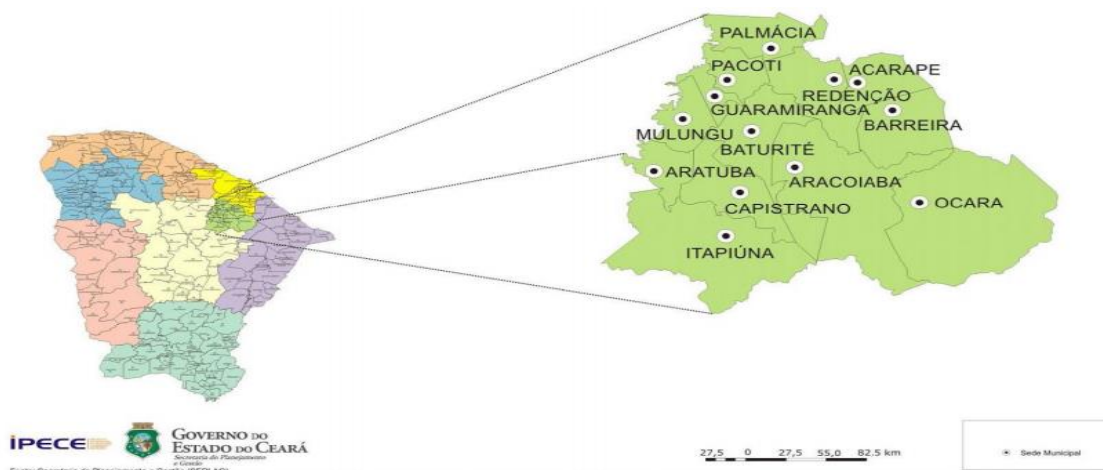
**Figura 2 – Densidade Demográfica e populacional da macrorregião Maciço de Baturité – Ceará.**

Município	População	Rural		Urbana		Área(Km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica
	Total	Nº absolutos	%	Nº absolutos	%		
Acarapé	12.927	5.902	45,66	7.025	54,34	136,5	94,7
Aracoiaba	24.064	11.859	49,28	12.205	50,72	628,1	38,31
Aratuba	12.359	10.202	82,55	2.157	17,45	157,5	78,47
Barreira	17.024	10.649	62,55	6.375	37,45	228,3	74,57
Baturité	29.861	9.015	30,19	20.846	69,81	347,3	85,98
Capistrano	15.830	10.578	66,82	5.252	33,18	186,9	84,7
Guaramiranga	5.714	3.384	59,22	2.330	40,78	107,6	53,1
Itapiúna	16.276	8.592	52,79	7.684	47,21	592,9	27,45
Mulungu	8.897	5.182	58,24	3.715	41,76	103,8	85,71
Ocara	21.584	15.212	70,48	6.372	29,52	775,2	27,84
Pacoti	10.929	7.120	65,15	3.809	34,85	94,5	115,65
Palmácia	9.859	5.442	55,2	4.417	44,8	150,8	65,38
Redenção	24.993	12.206	48,84	12.787	51,16	240,7	103,83
<b>Total Território</b>	<b>210.317</b>	<b>115.343</b>	<b>54,84</b>	<b>94.974</b>	<b>45,16</b>	<b>3.750,10</b>	<b>56,08</b>

Fonte: IPECE.

Para efeitos administrativos, o Estado do Ceará é dividido em oito Macrorregiões de Planejamento, estabelecidas a partir de suas características geográficas e socioeconômicas. A macrorregião Maciço de Baturité, universo deste estudo, é composta por 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Como mostra a figura abaixo:

**Figura 3 – Macrorregião do Maciço de Baturité**



Fonte: IPECE.

De acordo com dados do IBGE, o município mais populoso da região é o de Baturité onde a maior parte da população reside em localidades urbanas,

contrapondo-se ao panorama da região, que apresenta maior número de população rural. Em seguida, os municípios de Redenção e Aracoiaba, com uma população de aproximadamente 24 mil habitantes, sendo que grande parte da população está localizada na zona rural. Dados da região comprovam a extrema disparidade de renda, no ano de 2010, por exemplo, cerca de 31% dos domicílios da região viviam com até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo vigente naquele ano que era de R\$510,00 e apenas 3% de toda região detinham de 2 a 5 salários-mínimos por mês.

Neste cenário, a instalação de uma universidade nos contextos de interiorização trouxe impactos positivos para o Maciço de Baturité, os três *campi* da UNILAB no Ceará: Campus da Liberdade, Campus das Auroras e a Unidade Acadêmica dos Palmares contribuem para o desenvolvimento regional, bem como para o aumento do PIB da região.

O Maciço de Baturité é composto de 13 municípios; dois deles contam com instalações da UNILAB. Os impactos decorrentes do estabelecimento da instituição já são sentidos na região, e refletem no aumento do Produto Interno Bruto (PIB), que, segundo dados do IBGE, conforme pesquisa realizada pelo IPECE, aumentou 59,81%, comparando os anos de 2007 e 2012, passando de R\$ 664.739,00 para R\$ 1.111.270,00 (PDI, UNILAB, p. 13).

Segundos os dados do Plano de Desenvolvimento Institucional de ano de referência 2016-2012, número de Microempreendedores Individuais (MEI), aumentou de 38 para 291, nos anos de 2011 a 2014, em Redenção, um aumento de 666%. E no município de Acarape de 19 para 186 nos mesmos anos, apresentando um crescimento de 879%. Portanto, estes dados colaboram para mensurar o impacto positivo da UNILAB nas regiões em que está situada.

#### **4.1.2 Campus da Liberdade**

Está localizado na cidade de Redenção, no Estado do Ceará. Destaca-se por seu contexto histórico, por ser a primeira cidade a oficialmente decretar a abolição da escravatura em 1883. Atualmente é um bloco administrativo onde funcionam a Reitoria, a Procuradoria Jurídica, a Assessoria de Comunicação, a Ouvidoria, a Biblioteca setorial do Campus da Liberdade, além das Pró-Reitoria de Administração

(PROAD) e de Extensão, Arte e Cultura (PROEX), as Diretorias do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) e de Desenvolvimento Rural (IDR). O prédio que abriga a UNILAB passou por uma grande reforma com investimentos do governo do Estado e da prefeitura de Redenção e se transformou em um espaço de ensino, pesquisa e extensão que acolhe estudantes brasileiros e estrangeiros. Conta também com um Restaurante Universitário (RU), auditório administrativo, academia e espaço de convivência com anfiteatro para aulas ou apresentações ao ar livre. Além disso, o bloco didático possui 10 salas de aula, variando sua ocupação entre 32 a 66 alunos, totalizando 444 alunos por turno, em uma área total de 555 m<sup>2</sup>, acessíveis para pessoas com deficiência (CPA, 2017).

#### **4.1.3 Campus dos Palmares**

Está localizado na cidade de Acarape, e funcionam as Pró-Reitorias de Relações Institucionais (PROINST), de Pesquisa e Graduação (PROPPG), de Graduação (PROGRAD), de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE), a Biblioteca Setorial dos Palmares, as Diretorias dos Institutos de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN), de Humanidades e Letras (IHL), de Ciências da Saúde (ICS) e de Engenharias e Desenvolvimento Sustentável (IEDS). O Campus dos Palmares possui uma área de 19.000m<sup>2</sup>, com aproximadamente 2.500m<sup>2</sup> de área construída. Conta com três blocos acadêmicos, cada um com 12 salas de aula, capazes de atender a 1404 alunos por turno: o Bloco acadêmico 1, acessível para pessoas com deficiência, com capacidade para 444 alunos por turno (37 por sala); o Bloco acadêmico 2 que comporta 480 alunos por turno (40 por sala); e o Bloco acadêmico 3, também comportando 480 alunos por turno (40 por sala) (CPA, 2017). Percebe-se que o campus foi planejado para receber mais de dois mil estudantes por turno, incluindo os estudantes deficientes.

#### **4.1.4 Campus das Auroras**

Está localizado entre os municípios de Redenção e Acarape, em terreno doado pelo Governo do Estado. Este Campus foi construído para abrigar a UNILAB, mas o projeto ainda está em andamento. Atualmente o Campus das Auroras possui

o espaço destinado as salas de aulas no bloco C, com a possibilidade de atendimento de 1984 alunos por turno. São 32 salas comportando 40 alunos cada, e 8 salas atendendo a 80 alunos, mas futuramente terá capacidade para atender cinco mil estudantes.

Por falta de um prédio administrativo ainda não construído, a Pró-Reitoria de Planejamento passou a utilizar salas ainda não ocupadas para desenvolver suas atividades. Também funciona a Auditoria Interna; Diretoria de Regulação, Indicadores Institucionais e Avaliação (DRIIA); Diretoria de Sistemas Integrados da Unilab (SIBIUNI); Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI). O campus irá contar com residência estudantil para professores visitantes, bem como, o Restaurante Universitário.

Percebe-se que a UNILAB ao planejar as instalações dos *campi* universitários, está em consonância com os ideais da política estudantil, visto que, em pesquisa sobre os perfis universitários fica evidente a importância dos RUs e das Residências Estudantis para a permanência dos discentes.

## 5 O MÉTODO

Para responder a pergunta de pesquisa – como é a efetivação da Política de Assistência Estudantil nos contextos de interiorização e internacionalização? – foi adotada a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) sobre documentos da UNILAB, no período de 2016 a 2018. O período escolhido possibilita uma visão melhor das políticas efetivadas na Universidade a qual tem apenas 11 anos de criação. Como já mencionado anteriormente, trata-se de uma universidade criada a partir do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (BRASIL, 2007). No caso específico, a UNILAB foi criada em 2010, inserida nos contextos de internacionalização e interiorização da educação superior no Brasil em parceria com os países lusófonos.

É relevante destacar que o ano de criação da UNILAB coincide com o ano em que o Decreto nº 7234/2010, que insere a Política de Assistência Estudantil como um direito em nossa legislação educacional, é estabelecido. É fato que algumas universidades já tinham ações voltadas para a assistência estudantil, algumas até

mesmo iniciaram estas iniciativas de forma assistencialista. Com a aprovação da legislação é possível traçar objetivos mais específicos para a efetivação da política, e planejar a utilização dos recursos de acordo com a demanda do público atendido.

Neste sentido, na UNILAB, os recursos para a implementação do PAES são oriundos do PNAES, que financia a assistência estudantil e aplica exclusivamente a estudantes de graduação de curso presencial, seja eles brasileiros ou oriundos dos países parceiros, mediante critérios de seleção definidos por editais divulgados na Universidade.

Partindo dos pressupostos que já existe uma Política de Assistência Estudantil na UNILAB, o conteúdo apresentado nesse capítulo encontra-se intrinsecamente ligado a informações sobre a coleta de dados e como foi realizada tal tarefa, bem como a análise de conteúdo empreendida nos documentos identificados para categorização dos registros.

## 5.1 DOCUMENTOS ANALISADOS

Para a realização da pesquisa foi feita análise documental nos seguintes documentos:

- Decreto n.º 7234, de 19 de julho de 2010.
- Resolução n.º 001-B, de 09 de fevereiro de 2015. Altera a Resolução n.º 008/2014, de 23 de abril de 2014, que regulamentou o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).
- PDI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) 2016 – 2021.
- Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional Ano de referência – 2016
- Relatório de Autoavaliação Institucional Ano de referência – 2017 UNILAB (Versão Integral 2016 – 2018).

Estes documentos foram selecionados por apresentar em seus registros dados importantes para a resposta do problema de pesquisa, bem como a

metodologia adotada nos relatórios institucionais. Os relatórios institucionais utilizados na categorização foram elaborados e divulgados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e contemplam os segmentos respondentes que compõem a comunidade acadêmica e civil. Na tabela abaixo, apresentamos o número de registros “menções” de cada segmento nos documentos analisados.

**Tabela 1 – Número de registros encontrados nos documentos por segmentos respondentes.**

<b>Documento</b>	<b>Menções dos discentes</b>	<b>Menções dos docentes</b>	<b>Menções (TAE)</b>	<b>Menções Terceirizados</b>	<b>Menções Comunidade Civil</b>	<b>Total</b>
Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional – 2016	107	32	38	4	5	186
Relatório de Autoavaliação Institucional - 2017	86	42	28	1	13	170

**Fonte: Elaboração da autora, 2022.**

Ressalta-se que no decorrer da pesquisa, uma das inquietações da pesquisadora era que o estudo possibilitasse “dar voz” aos participantes, principalmente os estudantes, que são os principais beneficiados com a efetivação da assistência estudantil. Com a utilização da técnica de análise de conteúdo, foi possível identificar nos documentos analisados, 193 registros de discentes, o que nos possibilita atender os objetivos da pesquisa.

Estes documentos foram elaborados e aplicados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), e contempla os segmentos respondentes que compõem a comunidade acadêmica e civil. Neste sentido, foi adotada a análise documental como abordagem de pesquisa, complementada pela análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin (1977), na coleta e análise de dados.

## 5.2 ETAPAS DA PESQUISA

Para responder a investigação sobre a efetivação da Política de Assistência Estudantil nos contextos de interiorização e internacionalização nos anos de 2016 a

2018, foi adotada a análise documental como abordagem de pesquisa, complementada pela análise de conteúdo desenvolvida por Laurence Bardin (1977), a coleta e análise de dados seguiram as fases de organização e desenvolvimento que iniciou-se com pré-análise, posteriormente, contou com a exploração dos relatórios de avaliação institucional, e para finalizar, foi necessário o tratamento e interpretação dos resultados. Como mostra a figura abaixo:

Figura 4 – Fases da Organização e Desenvolvimento da Análise, 2020.



Fonte: Elaborado pela autora.

A pré-análise, contou com a exploração dos relatórios de avaliação institucional, tratamento dos resultados e interpretação. A análise de conteúdo neste trabalho parte dos objetivos de ultrapassagem da incerteza (o julgamento da mensagem pelo olhar do pesquisador) e do enriquecimento da leitura (descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) a demonstração do propósito da mensagem, buscando elementos e significações para uma melhor compreensão do problema de pesquisa).

Neste sentido, cabe ao pesquisador ir além das aparências, portanto, utilizamos também duas funções da análise de conteúdo: função heurística; e a função administrativa da prova (BARDIN, 1977). Na função heurística a análise de conteúdo enriquece a pesquisa a partir da exploração dos documentos e aumenta a

propensão a descoberta, ou seja, “para ver o que dá”. É a função de administração da prova buscar as hipóteses da pesquisa a partir das questões ou de afirmações provisórias, aqui buscamos através do método de análise sistemática confirmar ou não nossa pergunta de pesquisa, utilizando a análise de conteúdo “para servir de provas”. Ressaltando que as duas funções na pesquisa se complementam, na exploração das mensagens, que na pesquisa, utilizamos o termo “registros”, pois se trata de trecho das falas dos respondentes da Avaliação Institucional. Ademais, as duas funções atuam em conjunto, reforçando-se uma à outra. Logo, a escolha da técnica de análise de conteúdo se faz pela adequação dos objetivos pretendidos na pesquisa, e por ser um conjunto de técnicas de análise de comunicações.

A análise de conteúdo (seria melhor falar de análises de conteúdo), é um método muito empírico, dependente do tipo de «fala» a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objectivo. (BARDIN, 1977, p. 30).

Depois de seguir as fases de organização e desenvolvimento da análise, mediante as leituras e análises dos documentos, o próximo passo da pesquisa foi a construção do quadro de categorização (Anexo 1), como mostra de forma resumida no quadro abaixo:

**Quadro 2 – Categorização.**

<b>Dimensões da Política de Assistência Estudantil</b>	<b>Categorias</b>
Ampliação das condições de permanência da educação superior pública	Democratização das condições de permanência
	Minimização das desigualdades sociais e regionais
	Conclusão da educação superior
	Redução das taxas de retenção e evasão
	Contribuição para a promoção da Inclusão Social
	Viabilização da igualdade de oportunidade
	Contribuição para a melhoria do desempenho
Articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão	Abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação
	Articulação com novas áreas de relações internacionais e interinstitucionais
	Criação de novos projetos de ensino, pesquisa e extensão
	Contratação de novos servidores técnicos- administrativos e docentes
	Ampliação dos espaços físicos e institucionais
	Formação de recursos humanos através de seminários,



	eventos, cursos de aperfeiçoamento, de capacitação e qualificação
	Bolsas Permanência
	Bolsas de Iniciação Científica
Áreas de ações da Assistência Estudantil- PNAES	Moradia estudantil
	Alimentação
	Transporte
	Atenção à saúde
	Inclusão digital
	Cultura
	Esporte
	Creche
	Apoio Pedagógico/ Psicopedagógico
	Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação
Critérios e a metodologia de seleção dos beneficiários da Assistência Estudantil	Comprovação e informações da necessidade de auxílios
	Insuficiência de condições financeiras
	Condições de vulnerabilidade
	Estudantes oriundos da rede pública de educação básica
	Renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo
Deveres da instituição de ensino superior com o PNAES	Requisitos para a percepção de assistência estudantil
	Mecanismos de acompanhamento e avaliação
	Prestação de informações referentes à implementação do PNAES ao MEC
Recursos diretamente vinculados ao PNAES	Compatibilização de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes
Dimensões não previstas no decreto nº.7.234/2010	Integração entre o Brasil e os países da CPLP
	Desenvolvimento regional
	Cooperação Internacional
	Acolhimento dos estudantes
	Participação da comunidade acadêmica
	Representação Estudantil
	Segurança na Universidade
	Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
	Planejamento e Avaliação Institucional
Comissão Própria de Avaliação (CPA)	
Menção direta aos auxílios estudantil	Menção direta aos auxílios para contribuição da permanência
	Suspensão de auxílios por não concluir o curso no tempo certo
	Políticas Afirmativas

**Fonte: Elaborado pela autora, 2022.**

Para a análise dos Relatórios foram utilizadas 7 dimensões, propostas a partir do Decreto nº 7.234, e 1 dimensão mais abrangente, proposta a partir da leitura. Criou-se 47 categorias nas quais foram registrados os números de menções nos registros dos relatórios e as unidades de contextos, contendo na íntegra alguns registros selecionados. Usaremos os mesmos códigos utilizados nos registros dos relatórios da CPA. Informamos que no ano de 2017, nos registros dos estudantes, utilizou-se o termo *aluno* e um número de identificação. Em 2018, usou-se o nome *discente* e o número de identificação, aqui optou-se por deixar as duas nomenclaturas para facilitar o acesso as informações. As demais nomenclaturas não tiveram modificações e são *docentes*, técnicos administrativos (*TAE*), *Comunidade civil* e *terceirizados*.

### 5.3 PERCURSO METODOLÓGICO E ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA

No dia 13/02/2020, apresentei de forma presencial a pesquisa na banca de qualificação composta pelos avaliadores Dr. Maurício Silva, Dr.<sup>a</sup> Lys Maria Vinhaes Dantas e minha orientadora Dr.<sup>a</sup> Georgina Gonçalves dos Santos. A pesquisa estava intitulada “*Serviço Social, Assistência Estudantil em contextos de Interiorização, Internacionalização no campus dos Malês*” na qual buscávamos analisar o trabalho do profissional do Serviço Social na UNILAB. A metodologia proposta era a observação participante, já feito o contato com a profissional da instituição, no início de abril já iniciaria a ida a campo. Na banca de qualificação os avaliadores e a orientadora sugeriram algumas mudanças, entre elas a mudança do título do trabalho, entendendo que o Serviço Social e Assistência Estudantil juntos tornaria muito ampla a pesquisa. Que o interessante era não focar diretamente na atuação do profissional na instituição, mas buscar trazer a discussão da Assistência Estudantil não só na visão do Assistente Social.

Diante dos debates, decidimos focar na assistência estudantil pensando a possibilidade de fazermos grupo focal com estudantes estrangeiros e brasileiros, além de entrevistas semiestruturadas com os profissionais que trabalham diretamente na efetivação da Política de Assistência ao Estudante (PAES) –

Psicólogo, Pedagogo, Assistente Social, e outros –. Após a qualificação iniciei as modificações para encaminhar o projeto ao Comitê de Ética, pois antes da banca de qualificação já tinha começado a preencher a Plataforma Brasil. Logo após os ajustes foi declarada a pandemia do COVID-19, e a UFRB optou pela suspensão do calendário acadêmico da graduação e pós-graduação presencial na instituição, por meio da *Resolução Conac nº 08/2020*, de 21 de março de 2020.

No começo não sabíamos a proporção dessa pandemia, esperamos um pouco para vermos como iria organizar as aulas nas Universidades, depois muitas instituições começaram a encerrar as aulas presenciais por tempo indeterminado.

Com o agravamento da pandemia eu e minha orientadora passamos a buscar uma nova metodologia que contemplasse a pesquisa. E depois de estudar algumas referências sobre métodos *online*, técnicas de gravação de áudio e vídeo, chegamos à conclusão de que a *Netnografia* era uma técnica que adequaria aos objetivos da pesquisa, pois poderíamos fazer o grupo focal com estudantes de forma *online* e a entrevista semiestruturada com os profissionais, também de maneira *online*, utilizando ou o *Zoom* ou *Google Meet*. Nossa intenção era ter estudantes representantes dos cinco países, incluindo também nesta amostra, estudantes brasileiros. Assim, inicialmente buscaríamos selecionar de maneira aleatória doze estudantes do sexo feminino e masculino. Esse grupo em seguida deveria ser dividido em 3 grupos menores para facilitar a mediação *online*. Após fazermos todas as modificações necessárias no projeto, elaborar os questionários dos estudantes e dos técnicos administrativos partimos para a submissão.

O trabalho foi submetido ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRB em outubro, e o primeiro parecer foi emitido em 30/11/2020. No parecer havia uma série de solicitações, inclusive indicando a retirada de algumas perguntas de pesquisa que seriam direcionadas aos técnicos e aos participantes do grupo focal. Apesar de não concordar com a retirada das perguntas, optamos por seguir as orientações, fizemos todas as alterações e enviamos na carta resposta, seguindo todas as orientações sugeridas. O parecer também solicitava a aquiescência da UNILAB, que deveria ser incluída como coo-participante na pesquisa. Essa condicionalidade acabou retardando o processo de avaliação da pesquisa no CEP, na medida em que sendo coo-participante da pesquisa, o Comitê da UFRB indicava

que submetêssemos o projeto ao Comitê de Ética da UNILAB, mais uma vez seguimos todas as orientações. Como já estávamos encerrando o semestre letivo, os ajustes foram feitos por parte da pesquisadora em aproximadamente 15 dias para o CEP UFRB reavaliar e encaminhar para o CEP UNILAB.

Em 23/12/2020 o CEP UFRB avaliou e aprovou o Projeto e encaminhou para o CEP UNILAB, para novo parecer. Certa de que o projeto seria aprovado, comecei a ver os contatos com profissionais e buscando estratégias para fazer as entrevistas e grupos. Entretanto, somente em janeiro de 2021 recebi a resposta do CEP UNILAB, sugerindo mais uma vez, muitas alterações, inclusive solicitando termo de assentimento, caso os estudantes fossem menores de 18 anos. Não sei qual a realidade dos membros do Comitê de Ética da UNILAB, mas em pesquisa realizada pela autora em 2017, de escolha dos participantes de forma aleatória, no perfil dos estudantes internacionais não consta nenhum estudante menor de 18, e na realidade brasileira, que o ensino médio termina normalmente aos 17 anos, a entrada nas universidades federais é via SISU, que tem prazos estabelecidos, os casos de menores de 18 anos em uma instituição de ensino superior são raros. Neste sentido, conhecendo a realidade da Universidade que já tinha sido objeto de estudo anteriormente, não era necessário termo de assentimento, por isso, que não foi inserido nos documentos cadastrados na Plataforma Brasil. Em pesquisa realizada em 2017, estas são as idades dos estudantes estrangeiros.

RUBANE, 27 anos, sexo masculino, é de Cabo Verde.

IBO, 21 anos, sexo feminino, é de São Tomé e Príncipe.

BOLAMA, 21 anos, sexo feminino, é de Guiné Bissau.

PRÍNCIPE, 26 anos, sexo masculino, é de São Tomé e Príncipe.

QUIRIBA, 27 anos, sexo masculino, é de Guiné Bissau.

BALUARTE, 23 anos, sexo feminino, é de Guiné Bissau

BRAVA, 24 anos, sexo feminino, é de Cabo Verde.

LUANDA, 22 anos, sexo feminino, é de Angola.

MUSSULO, 27 anos, sexo masculino, é de Angola.<sup>5</sup>

Assim, com as implicações dos Comitês de Ética não era possível dar início a coleta de dados antes da aprovação total do projeto, o que retardava mais uma vez a pesquisa, visto que tínhamos que lidar com prazos para realizar as modificações exigidas pelo CEP da UNILAB, e os prazos para o CEP emitir uma resposta autorizando ou não a pesquisa. Diante da frustração de saber que muitas das solicitações eram meramente burocráticas e não condizia com a proposta da pesquisa e que tínhamos de terminar a pesquisa em março de 2021, mais uma vez, eu e minha orientadora decidimos redefini os fundamentos metodológicos da investigação para a análise documental, pois não podíamos comprometer os prazos e o andamento da qualidade de minha investigação.

#### 5.4 OS EFEITOS DO ENFRENTAMENTO À COVID 19 NO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou em 30 janeiro de 2020, em Genebra, na Suíça, que o surto do novo coronavírus (2019-nCoV) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Havia casos em 19 países, com transmissão entre humanos na China, Alemanha, Japão, Vietnã e Estados Unidos da América. No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou no dia 26 de fevereiro o primeiro caso do novo coronavírus em São Paulo. Em março, já tinha alçado proporções que levaram ao isolamento social e medidas de suspensão de aulas como já mencionado.

Mesmo diante da impossibilidade de fazer a pesquisa de forma presencial, decorrente do fechamento das universidades com a pandemia da Covid-19, o interesse em dar continuidade à pesquisa, iniciada na graduação, prevaleceu por entendermos que o estudo da assistência estudantil nestes contextos de interiorização e internacionalização contribui para uma discussão necessária para o

---

<sup>5</sup>Perfil dos estudantes internacionais participantes do grupo focal realizado em 11 de agosto de 2017, na UNILAB UNILAB (campus dos Malês). Como percebe, caracteriza um público com idades que variam de 21 aos 27 anos. Estes dados fazem parte do TCC intitulado Política de Assistência Estudantil para Estudantes Africanos de Língua Portuguesa: Um olhar para a UNILAB UNILAB – Campus dos Malês. Os nomes são fictícios para preservar a identidade dos participantes.

fortalecimento e aprimoramento da política, bem como, a garantia da permanência dos estudantes na universidade.

Em minhas investigações sempre interessei em trazer as vozes dos participantes que, neste caso específico, seria dos estudantes e técnicos que trabalham diretamente com as políticas de assistência estudantil. Portanto, nesta abordagem ao selecionar os documentos necessários para a resposta do problema de pesquisa, escolheu-se como documento principal para as análises categoriais os Relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) dos anos 2016 e 2017, que trazem nos registros de discentes, técnicos, professores, terceirizados e comunidade acadêmica sobre pontos específicos da UNILAB. Neste sentido, acrescentaram-se na análise os professores, que também são participantes ativos na construção da Universidade, bem como, os terceirizados e comunidade. Em relação aos documentos utilizados, o que chama a atenção é a forma que os dados são apresentados, além dos dados estatísticos de avaliação através de gráficos e tabelas, o documento traz também trechos dos respondentes da pesquisa dos quais torna-se fundamental para a resposta do problema e para atingir um dos objetivos da pesquisa que é trazer a voz dos participantes da pesquisa que são conhecedores da universidade e das políticas do ensino superior. Na pesquisa inicial buscava-se fazer entrevista com os técnicos que trabalhavam diretamente com a Política de Assistência Estudantil. No entanto, a pesquisa documental não nos possibilita fazer esta escolha, por não conseguirmos identificar a área de atuação na qual os técnicos estão inseridos. Neste sentido, entendemos que não teríamos prejuízos na pesquisa, mas, sim, uma ampliação ao optar por categorizar todos os registros dos técnicos administrativos (TAE). Em relação aos estudantes há também a ampliação da pesquisa, pois não é possível identificar de qual campus os estudantes estão falando

Logo, diante dos caminhos adotados para a realização da pesquisa, o foco deixa de ser exclusivamente o Campus dos Malês, como planejamos no início da pesquisa. O novo formato da pesquisa, pontua uma visão mais aprofundada da efetivação da Política de Assistência Estudantil em contextos de interiorização e internalização, em todos os *campi* da Universidade, pois as avaliações institucionais são feitas de forma conjunta.

## 6 OBJETO DA INVESTIGAÇÃO: UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) surge baseada nos princípios de cooperação solidária, estabelecendo uma relação de cooperação internacional Sul-Sul. Para Leite (2012):

O termo “cooperação Sul-Sul” (CSS) vem sendo usado, talvez com recorrência inédita, por governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil. Em geral ele é usado para se referir a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento – formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados etc. (p. 1).

Neste estudo será utilizado o termo “cooperação Sul-Sul” para confirmar os acordos de intercâmbio de política do conhecimento, mediante a criação de uma universidade que visa cooperação internacional como os países lusófonos, haja vista, países da África e Ásia que usam o português como língua oficial. Visto que a ideia de lusofonia é ampliada a outras regiões descobertas pelos portugueses, tais como: “Goa, Damão, Diu e Macau, assim como o Gabão, o Benim, o Sri Lanca (antigo Ceilão)” (Relatório CPA, 2013).

A parceria com outros países, principalmente africanos e membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dentro das propostas de criação da UNILAB, levou em consideração o crescimento econômico, político e social entre os estudantes e a preocupação com a formação de cidadãos capazes de multiplicar o aprendizado no mundo.

A criação da UNILAB como universidade federal de cooperação internacional fez parte de um projeto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva<sup>6</sup>.

Durante os dois mandatos, ele adotou uma posição de estreitamento das relações do Brasil com a África, imposta por ele como uma obrigação política, moral e histórica do Brasil em relação ao continente africano. (UNILAB, 2013, p. 98).

---

<sup>6</sup> Lula ocupou o cargo de presidente do Brasil de 2003 a 2006 e de 2007 a 2011

A iniciativa de criação da Universidade parte do Projeto de Lei nº 3.891, que posteriormente vira a Lei Ordinária nº 12.289/10.

O sonho de uma universidade que visa a formação de profissionais e cidadãos para contribuir com a dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), teve o ponto de partida em julho de 2008, quando o então presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei Nº 3.891, que dispõe sobre a criação da UNILAB. No dia 25 de julho do mesmo ano, Lula apresentou o modelo da nova instituição na 7ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, realizada em Lisboa (UNILAB, 2013, p. 34).

A Lei nº 12.289/10 institui a UNILAB como uma universidade pública federal e nomeia como reitor *Pro Tempore* Paulo Speller, que foi presidente da comissão de implantação. Nos objetivos institucionais da Universidade são destacados elementos importantes de sua missão e do seu papel de cooperação internacional solidária.

A UNILAB terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (BRASIL, 2010a).

A UNILAB, desde sua criação, tem foco na cooperação internacional e no compromisso com a interculturalidade, cidadania e a democracia, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com os países cooperados. Logo, a Universidade representa um avanço na política brasileira de cooperação e de internacionalização do Ensino Superior, refletindo o engajamento do Brasil com a proposta da comunidade internacional (UNILAB, 2013). Com a UNILAB, o Brasil assume um papel importante no desenvolvimento científico, como destaca Stallivieri, (2004, p. 40) “a universidade, como santuário do desenvolvimento do conhecimento da pesquisa e da produção do conhecimento científico, tem a vocação de ser internacional, pois o conhecimento não tem nacionalidade”.



A escolha da cidade de Redenção, no Ceará, como sede da UNILAB, nos remete aos contextos históricos vivenciados no Nordeste brasileiro. A cidade se destaca por ser a pioneira na libertação dos negros escravizados, em 25 de março de 1883. Por outro lado, a necessidade de possibilitar o ensino superior público, pois o Ceará, antes da UNILAB, tinha apenas uma universidade federal e um único campus (GOMES e VIEIRA, 2013). Com a criação da UNILAB milhares de pessoas são envolvidas no novo cenário educacional – estudantes, técnicos, docentes e colaboradores, aproximando interior do Nordeste brasileiro a uma educação pública de qualidade.

Nos semestres de 2021.2 e 2022.1 a universidade contava com 4887 alunos matriculados nos cursos de Graduação Presencial, Graduação EAD, Pós-Graduação *Lato Sensu* e Pós-graduação *Stricto Sensu*. Segundo dados do *site* da Universidade, na página intitulada *UNILAB em Números*, o percentual de alunos matriculados nos cursos de Graduação Presencial nos semestres supracitados totaliza 4295, sendo que 3034 são brasileiros e 1261 são estrangeiros. Embora o número de estudantes estrangeiros seja significativo, ainda está longe de contemplar as propostas da UNILAB, que é reservar 50% das vagas para estudantes brasileiros e 50% para estrangeiros oriundos dos países parceiros.

O processo seletivo para os cursos de Graduação da UNILAB destina 50% das vagas para brasileiros, através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, sendo 25% voltados a candidatos cotistas, que têm um critério diferenciado para aprovação. As outras 50% das vagas são reservadas a estrangeiros, cuja seleção ocorre através de avaliação do histórico escolar do Ensino Médio e prova de redação, realizadas nos próprios países de origem (UNILAB, 2013, p. 46).

Neste sentido, tomando como base os dados do *site* da Universidade, calcula-se que o total de alunos africanos matriculados nos cursos de graduação não atingiu nem a metade do que está previsto. Dessa forma, embora a Universidade não tenha conseguido alcançar a meta de 50% para estudantes estrangeiros, ainda é um número significativo de estudantes, já que a Universidade também favorece aos estudantes estrangeiros, através da Assistência estudantil, uma ajuda de custos mediante auxílios (moradia, transporte, instalação, alimentação), podendo o estudante receber até dois tipos de auxílios, além de contar com Restaurante

Universitário, com uma alimentação com preço bem acessível, apesar disso, ainda continua sendo um desafio para a UNILAB garantir a permanência dos estudantes e tornar-se reconhecida pela diversidade dos sujeitos produtores de conhecimento.

O desafio é o de se tornar, no contexto de cooperação internacional Sul – Sul, um centro de produção do conhecimento que realize um diálogo horizontal – e não menos tenso – entre culturas, valores e projetos de sociedade. E, além disso, o desafio de articular e ultrapassar o plano local para o global, do regional para o nacional, do nacional para o internacional e de um só continente para o intercontinental (GOMES, VIEIRA, 2013, p. 86).

Destarte, a UNILAB em 20 de julho de 2019 completou seus nove anos de implantação, destacando-se como um projeto político e acadêmico que tem sido construído por todos os sujeitos envolvidos: gestores, docentes, discentes, corpo técnico administrativo e comunidade, ampliando também seus Acordos de cooperação, apresentando 192 no total, sendo que 165 são acordos Nacionais e 27 Internacionais. Como mostra a figura:

**Quadro 3 – Relações Institucionais da UNILAB.**



Fonte: UNILAB em Números.

A UNILAB está em expansão nos territórios em que está inserida. Em São Francisco do Conde, a Universidade foi homenageada em sessão especial em

alusão ao Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro. A Câmara Municipal realizou o encontro na Casa Legislativa em 19 de novembro de 2019, trazendo como tema “*Quebrando Paradigmas*”. O destaque para a UNILAB representa o reconhecimento do compromisso da Universidade com uma educação democrática, emancipatória e antirracista. Na fala de Anderson Carvalho, representante do Diretório Central Acadêmico (DCA) do campus dos Malês, podemos evidenciar a importância dos acordos de cooperação mútua para a difusão do conhecimento entre as nações: “*hoje, os africanos não vêm mais nos navios acorrentados. Eles vêm como estudantes, para fazer uma nova história*”<sup>7</sup>. Destaque também para a fala da servidora Adelmária Ione:

Este é mais um dia para comemorarmos mais um evento que representa o fortalecimento do projeto audacioso de apenas 9 anos de idade da UNILAB e que, apesar de muito nova, já conseguiu realizar grandes feitos na concretização de muitos sonhos, de muita gente no Brasil nos países africanos”. [...]. “É uma universidade que nasceu com 5 cursos de graduação e, hoje, possui 22, nas várias áreas do conhecimento, e mais 9 cursos de pós-graduação, entre especializações e mestrados”, acrescentou a arquivista (UNILAB, 2019).

Sabemos da importância da UNILAB para o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, portanto, devemos enquanto cidadãos atuantes, continuar lutando por uma educação pública de qualidade em todos os níveis de educação que quebre barreiras e que tenha os princípios democráticos e participativos da sociedade. Os acordos de cooperação são importantes para que a Universidade continue cumprindo o seu papel inovador na educação superior brasileira.

No Brasil, entre os acordos, alguns são de cooperação institucional entre universidades federais: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do

---

<sup>7</sup>Falas extraídas do site da UNILAB em matéria de sessão comemorativa. Disponível em: <http://www.UNILAB-UNILAB.edu.br/noticias/2019/12/10/UNILAB-UNILAB-e-homenageada-em-sessao-especial-da-camara-municipal-de-sao-francisco-do-conde/>

Norte (UFRN) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), destacando ainda acordos com universidades estaduais e prefeituras municipais que agregam campus da Universidade.

Em 2021 novos acordos estão sendo firmados, destaca-se o acordo assinado com o Instituto de Bolsas de Estudos, de Moçambique. Com vigência de 5 anos, o acordo visa a concessão de bolsas de estudos a moçambicanos/as aprovados em processos seletivos da UNILAB. O acordo conta com oferta anual de até 150 bolsas para a graduação, e até 22 para pós-graduação. Conta ainda com até 8 bolsas para capacitação de técnicos administrativos, por meio de edital de mobilidade. O acordo objetiva também a promoção de atividades de pesquisa, estímulo à modalidade acadêmica envolvendo discentes, docentes e técnicos- administrativos e conta ainda com o apoio na divulgação do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros. A divulgação desses processos é bem importante, pois na pesquisa com estudantes dos países africanos, há relatos de pouca divulgação da UNILAB, os estudantes ficam sabendo do processo a partir de outros estudantes que já estudam na Universidade, ou quando tem algum conhecido nas embaixadas dos países vizinhos. Há uma necessidade também de possibilitar mais informações sobre a Universidade, pois os estudantes acabam vindo com poucas informações sobre o Brasil, sobre as políticas de permanência da instituição e sobre os custos de vida das cidades em que os *campi* estão localizados.

Para a UNILAB, este acordo é encarado como um novo momento em que os países africanos parceiros se fazem presentes na administração da Universidade, compartilhando a responsabilidade dos jovens que chegam ao Brasil para formar e retornar a seus países como atores do desenvolvimento local e regional.

A fala da vice-reitora Cláudia Carioca, extraída do *site* da UNILAB, é bem representativa deste momento importante para a UNILAB e principalmente para os estudantes moçambicanos/as que já podem vir ao Brasil com mais chances de permanecer na Universidade com o apoio não só das políticas brasileiras, mas sabendo que o seu país também é parceiro nesta conquista.

Moçambique, a partir deste acordo, torna-se o primeiro dos países parceiros a participar através de atribuição de bolsas de estudos para os estudantes oriundos de Moçambique. Pode parecer pequeno, mas é histórico, é enorme. Doravante, estudantes moçambicanos

caminharão pela UNILAB com altivez necessária, cientes que seu país, mesmo eles estando distantes do solo pátrio, se faz presente no seu cotidiano no Maciço de Baturité e em São Francisco do Conde (UNILAB, 2021)

Neste sentido, concordamos com a importância de firmar acordos com os países parceiros com relação à atribuição de bolsas até mesmo por entendermos que o cenário educacional no Brasil passa por transformações e até mesmos retrocessos, que sem a parceria dos países cooperados poderá comprometer a permanência dos estudantes internacionais e nacionais, já que todos são atendidos pela mesma política de permanência.

Ao analisar os relatórios da Comissão Própria de Avaliação da Instituição, tomando como base apenas os registros dos discentes/alunos, é possível perceber que, por mais que a assistência estudantil contribua para a permanência de muitos estudantes brasileiros e internacionais, programa ainda é muito criticado pelos discentes/alunos, principalmente em relação aos recursos destinadas a estas políticas. Já ressaltamos anteriormente que estes recursos a partir de 2018 estão em declínio.

O programa de Assistência estudantil sempre esbarra na diferença entre demanda e recurso, sem contar que continuamos com grandes problemas financeiros oriundos de gestão anterior [...] sem perspectiva de melhoria, uma vez que o alunado cresce e o recurso está minguando. A equipe da Propae tem se esforçado mas essa conta não bate porque não é por lá que tem que bater (Discente 42). CPA 2018

As bolsas de pesquisas são poucas para universo de diversidade e quadro de estudantes que a universidade possui. Principalmente nos curso de Licenciatura... Cadê as Bolsa de PIBID? Seria uma ótima oportunidade para os alunos das licenciatura plena e também para universidade estar presente nos espaços das escolas publicas dos municípios. Vamos pensar nesta relação do ensino? (Discente 158). CPA 2018

Precisamos de mais bolsas incentivo a pesquisa e ensino (Discente 20) CPA 2018

A UNILAB faz parte de um plano inovador das políticas de internacionalização e de interiorização do ensino superior brasileiro, mas, essas políticas são ao mesmo tempo inovadoras e desafiadoras, entendendo as diferenças regionais em nosso país. Durante muito tempo algumas regiões receberam mais incentivos em termos

educacionais em relação a outras, os níveis educacionais também variam de região para região, tornando desafiador o cumprimento de princípios constitucionais. Na nossa Constituição de 1988 em seu art. 3º busca-se construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

## 7 O DIREITO DE PERMANECER: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DA UNILAB

Neste capítulo, a análise dos resultados da pesquisa documental será apresentada em oito seções de acordo com as dimensões definidas na análise de pesquisa. Os dados coletados foram sistematizados de forma categorial em oito dimensões de pesquisa, como mostra a figura abaixo. Os resultados são apresentados considerando as dimensões utilizadas que trazem como pressupostos a Política de Assistência Estudantil.

Figura 5 – Mapa das dimensões de análise da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

### 7.1 EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM CONTEXTOS DE INTERIORIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNILAB

A assistência estudantil se apresenta como foco central deste trabalho, cujo interesse maior é analisar a Política de Assistência ao Estudante (PAES) na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), refletindo sobre a sua contribuição para a permanência dos estudantes brasileiros e estrangeiros compreendendo os contextos de interiorização e internacionalização a partir da cooperação Sul-Sul.

Nesta perspectiva, para a coleta de dados, foi realizada a análise categorial dos documentos de avaliação da CPA 2016 a 2018. Aqui pontuamos os resultados da pesquisa documental, que será apresentada em oito seções, de acordo com as dimensões definidas no quadro categorial. Estas dimensões foram instrumentalizadas a partir dos registros dos respondentes da avaliação, e serão analisadas trazendo a discussão da Política de Assistência Estudantil na Universidade.

## 7.2 AMPLIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

As discussões em relação à assistência estudantil no ensino superior ganharam espaços em diversas universidades a partir de mudanças ao acesso, entre elas, a adoção das ações afirmativas, mais conhecidas como políticas de cotas nas universidades. Pois, com a adoção das cotas um novo público, vindo das camadas populares, passou a ter acesso à universidade, exigindo do Estado a elaboração de políticas de assistência estudantil que possibilitasse não apenas a entrada deste novo público na universidade, mas que garantisse também a permanência.

Neste sentido, os estudos sobre permanência nas universidades brasileiras são muito recentes, tornando difícil conceituá-la de forma mais abrangente devido as poucas publicações sobre o tema.

Muito embora nos trabalhos analisados a permanência não seja conceituada, já que os autores apenas indicam que não ocorre permanência em patamares desejáveis nos cursos de graduação no Brasil, nos documentos oficiais e na literatura levantada, **é identificada como a manutenção ao longo do curso, com vistas à sua terminalidade no tempo devido para sua integralização.**

Essa relação, porém é apenas uma das muitas formas de permanência que podem ser consideradas (ARAÚJO, 2013, p. 34, grifo meu).

Nas décadas de 80 e 90 dava-se mais ênfase para a discussão sobre evasão nas publicações. Como cita Araújo (2013, p. 27), “as afirmações, quase sempre taxativas de ausência de permanência não são discutidas a partir de dados empíricos que as sustentem”. A autora, em seus estudos sobre a permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil, define a permanência como uma categoria em construção, visto que, só a partir dos anos 2000 começa-se a dar ênfase aos estudos sobre a categoria permanência na educação superior brasileira mediante instauração de políticas públicas e políticas focais que discutem a importância do acesso e permanência das minorias, pensando nas propostas de inclusão.

Na UNILAB, percebe-se que nas avaliações da CPA, as discussões sobre democratização das condições de permanência também não tiveram muita ênfase, pois não apresentou nenhuma menção direta. Quando a permanência é mencionada, muitas vezes está relacionada, mas com questões relacionadas a bolsas e aos auxílios.

Sobre a assistência estudantil, é preciso ser justo. se pode acumular bolsa permanência e auxílio vão tirar ou diminuir o auxílio só porque outros cursos não ganharam a bolsa? (CPA 2017, aluno 13).

Me parece confuso, em uma única universidade com campus diferentes, alguns estudantes de dois campus de Ceará recebem bolsa permanência e nós de Malês não recebemos nem se quer um mês. Acho que essa política deve abranger todos os campus. Devem parar com estas questões burocráticas e deixem as coisas funcionar plenamente, se não, vocês vão prejudicar os outros. (CPA 2017, aluno 58).

É preciso que a política de permanência seja pensada para além das bolsas ou auxílios, viabilizando as condições de igualdade e oportunidade. O termo permanência aqui discutido, pauta-se no sentido da continuação dos estudos mediante políticas efetivas do Estado, assim como conceituam Tenório e Reis (2017, p. 7), “permanecer significa continuar os estudos, mas não pode ser resumida, meramente, ao assistencialismo. Também não pode ser pensada como uma política



transitória”. É necessário pensarmos a permanência como uma política que garanta não só o acesso à universidade, mas que favoreça condições para que os estudantes possam concluir seus estudos com qualidade e igualdade de condições em relação aos outros estudantes.

Assim sendo, permanência é o ato de durar no tempo que deve possibilitar não só a constância do indivíduo, como também a possibilidade de transformação e existência. A permanência deve ter o caráter de existir em constante fazer e, portanto, ser sempre transformação. Permanecer é estar e ser continuum no fluxo do tempo, (trans)formando pelo diálogo e pelas trocas necessárias e construidoras (SANTOS, 2009, p. 66).

Por certo, desde a criação dos cursos universitários no Brasil não houve uma preocupação com a permanência dos estudantes de camadas populares.

Podemos observar que desde a criação dos cursos superiores, a presença de estudantes pobres e negros se deu à revelia das instituições, ou seja, sem nenhuma ação que facilitasse sua permanência e a conclusão de seus cursos. No máximo recebiam a caridade por parte de estudantes mais abastados. (PORTES, SOUSA, 2013, p. 60)

Inegavelmente, para um estudante das camadas populares permanecer em uma universidade pública é necessário buscar estratégias tanto formais – mediante bolsas de estudo, bolsas de pesquisa, auxílios moradia, alimentação e outros –; quanto estratégias informais, através de rede de solidariedade. Com efeito, muitos contam também com ajuda de alguém da família.

Para estudantes oriundos dos estratos mais empobrecidos, abrir as portas da universidade para que eles ingressem não é suficiente. É preciso que, através de políticas de assistência estudantil, sejam garantidas melhores condições materiais e culturais (PORTES, SOUSA, 2013, p. 63)

Neste sentido, é preciso que reforçemos as pesquisas sobre a permanência e a relevância da assistência estudantil em nossas universidades, mesmo através de pesquisas focais, traçando perfis e tentando entender a realidade desses novos ingressos nos cursos superiores.

Em suma, a assistência estudantil, além de direito assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9394/96, deve ser compreendida também como um investimento a médio e longo prazo em mão de obra qualificada e em justiça social, uma vez que seus efeitos positivos vão muito além da diminuição dos índices de evasão e retenção no ensino superior, mas se refletem também no número de indivíduos e de suas famílias que deixam os estratos mais empobrecidos da hierarquia social e que, por meio do diploma, conquistam melhores empregos e melhor renda, revertendo o círculo de reprodução das desigualdades sociais existentes no Brasil (VARGAS, 2011, p. 162).

As discussões sobre a permanência nas universidades brasileiras precisam ser intensificadas para possibilitar que os estudantes das camadas populares tenham condições de permanecer e concluir os seus cursos e que estes continuem rompendo com as desigualdades sociais do nosso país mediante uma educação de qualidade. Não apenas no ensino superior, mas em todos os níveis de escolaridade, já que está comprovado que quanto mais estudo uma pessoa tiver, mais ela terá chances de acessar melhores empregos e receber melhores salários. “Ao Estado cumpre, entre outras responsabilidades, proteger e promover a educação e o conhecimento como bens públicos (SOBRINHO, 2013, p. 114).

### 7.3 ARTICULAÇÃO COM ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O art. 4º do Decreto nº 7234/2010, enfatiza como ações da assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Na pesquisa, docentes, discentes e técnicos administrativos, revelam através dos registros a respeito do desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Estes expressam expectativas e anseios dos segmentos e trazem as inquietações em relação a mais incentivo na área da extensão e da pesquisa por meio de fomento para ampliação do número de projetos, e a necessidade de um trabalho mais articulado entre os três pilares: ensino, pesquisa e extensão.

Em relação ao ensino, pesquisa e extensão, pelo menos em enfermagem, o universo que tenho acesso, fica bem a desejar, e não

por falta de empenho dos professores. Porém o fato de não termos laboratórios para pesquisas, experimentos, nos dificulta muito colocar em prática esse tripé que rege a universidade. (CPA 2017, aluno 10).

As relações de ensino, pesquisa e extensão são incipientes comparado as possibilidades, porém a UNILAB ainda não apresenta recursos financeiros suficientes para a implementação de ações mais efetivas pelos grupos de pesquisa e pró reitorias. (CPA 2017, Docente 22).

Em relação à abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação que atendam às necessidades regionais, os registros mostram que há sugestões por cursos mais atrativos e voltados para a realidade da região, indicando áreas de educação ambiental e turismo. A oferta de cursos noturno é um dado interessante para a ampliação das políticas de permanência, visto que as pesquisas nacionais de perfis estudantis mostram que uma parcela significativa de estudantes brasileiros estuda e trabalha. A pesquisa de perfil estudantil de 2018, nos mostra que 29,9% dos estudantes das instituições federais brasileiras são trabalhadores.

Os cursos de graduação atualmente oferecidos na UNILAB, principalmente no Campus dos Malês na Bahia, não atendem as necessidades locais e regionais. É preciso criar novos cursos mais atrativos e pensados para a realidade e as dificuldades da região (falta de transporte público no período noturno). Mais uma vez a carência de recursos financeiros e somado a pouca experiência de alguns gestores destes também dificultam no desenvolvimento da instituição. (CPA 2017, TAE)

Ofertar mais cursos na área de turismo e educação ambiental (CPA 2018, Sociedade civil 03).

Oferta de outros cursos no período da noite (CPA 2018, discente 62).

Pontua-se, na pesquisa, a necessidade de contratações de novos servidores técnicos administrativos e docentes para um melhor atendimento das demandas da Universidade.

É necessário a contratação de novos funcionários para melhorar o atendimento das áreas citadas, psicopedagógico e social, e maior quantidade de recursos para dar continuidade e poder ampliar os programas de assistência estudantil, projetos de pesquisa e extensão. (CPA 2017, TAE 6).

A ampliação dos espaços físicos e institucionais é considerada adequada, levando em consideração que a Universidade ainda se encontra em fase de expansão.

Há que se dar um desconto, quanto à infraestrutura, tendo em vista que a UNILAB ainda está em fase de expansão. (CPA 2017, Docente 3).

No quesito infraestrutura física só tenho a elogiar, algumas melhorias podem ser feitas, mas nada que tire o mérito da universidade nesse eixo. (CPA 2017, Aluno 13).

Quanto as instalações são perfeitamente adequadas. Em relação ao restante do eixo 5, tenho plena convicção de que a tendência é melhorar a cada dia em tudo que a entidade UNILAB se propõe a desenvolver. Inclusive nos polos à distância onde funcionam os tentáculos da UNILAB, para o crescimento Político/Técnico/Social dos discentes, da entidade e, conseqüentemente do próprio municípios onde estão instalados os POLOS. (CPA 2017, TAE 8).

Percebe-se que há nos registros a convicção dos respondentes que, embora precisem de algumas melhorias, as instalações são adequadas para fins de ensino, pesquisa e extensão.

#### 7.4 ÁREAS DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PNAES

O PNAES apresenta ações de assistência estudantil em 10 áreas diferenciadas. Com base nos registros analisados esporte e creche não são mencionados, talvez por não existir este tipo de ação na universidade, ou por não os associar a assistência estudantil. Em contrapartida, as áreas de alimentação apresentam 22 menções diretas, muitas delas referente às condições do Restaurante Universitário e questões relacionadas à qualidade da comida e da água dos *campi* da Universidade.

Temos que nos preocupar com as pessoas. Dar condições a todos. Por exemplo, o restaurante universitário tem condições insalubres, calor máximo, filas, poderia ser adotado sistema cartão com adição de valores on line ou físico. E restaurante ou vagas fixas para professores, já que somos em menor quantitativo. Apoio para abertura de uma cantina de qualidade. (CPA 2017, Docente 5)

*Campi* com falta de segurança, sem abrigos de paradas de ônibus, Restaurantes Universitários com comidas de péssima qualidade, ausência de cantinas, água de qualidade duvidosa é o que temos presenciado até aqui. Servidores tendo que trazer almoço, merenda da manhã, da tarde, etc., por não contar com uma estrutura de apoio dentro dos Campi e nem ao redor da Universidade. (CPA 2017, TAE 10)

O RU é muito pequeno e faz muito calor(abafado), cardápio insatisfatório, e não temos uma cantina, para quem estuda dois turnos precisa de fazer algumas refeições, como um café a noite, um lanche as 15 horas. Internet, NÃO funciona DENTRO das salas de aula, um verdadeiro absurdo, além do sistema SIGAA, que normalmente apresenta dificuldade para para envio de trabalhos e na época de matrícula (CPA 2018, Discente 01).

As ações voltadas para moradia e saúde também são mencionadas nos registros de forma crítica e sugestiva, principalmente em relação às renovações dos auxílios em períodos de férias e relação à falta de ações voltadas para a saúde dos estudantes.

A política estudantil na UNILAB está morta porque eles não preocupa com estudantes em termo de moradia e saúde dos estudantes cada vez pior e cada vez eles retêm auxílios estudantes sempre eles colocam renovações de auxílios no momentos das férias. (CPA 2017, Aluno 44)

Eu questiono se a politica de atendimento social da universidade só é destinada somente a compra de tinta de impressora, resmas ou é destinada as pessoas? Não existe nenhuma ação bastante motivadora que está sendo feita em relação a saúde dos estudantes. É obrigação da universidade criar condições para que os alunos no caso de problemas de saúde consiga receber melhor cuidado possível, mas o problema ninguém faz nada e nós estudantes estamos a mercê de Deus. E isso muito triste,a universidade como sendo um espaço não só de aprimorar e desenvolver capacidades que leva ao estudante a participar com bastante aptidão no processo de desenvolvimento da sociedade, mas também deve ser espaço de ações concretas na busca de soluções de problemas da sociedade. (CPA 2017, Aluno 49)

As ações que versam a inclusão digital na universidade estão relacionadas as dificuldades de acesso à internet que segundo os registros são precários e não funciona dentro das salas de aula, dificultando até mesmo o trabalho docente.

[...] O sinal da internet fica caindo e não sustenta trabalhos em sala de aula. (CPA 2017, Docente 7)

Melhorar essa internet que cai toda hora principalmente no Auroras... (CPA 2018, Discente 119).

Mais recurso de internet, disponibilizar em cada sala estes recursos (CPA 2018, Discente 181).

Aumento da velocidade da internet; aumento do horário de funcionamento da internet; aumento da oferta de materiais e equipamentos para atividades profissionais (CPA 2018, Docente 55)

Nos registros, as atividades culturais foram muito referenciadas, principalmente sugerindo que as atividades envolvam as culturas locais, envolvimento dos estudantes, consulta á comunidade e o incentivo da Universidade nas produções culturais, e não apenas nos eventos de comemoração da Independência dos países parceiros.

Realizar atividades culturais permanentes na universidade e nas cidades (Redenção e Acarape) para desenvolver a cultura local, para que o aluno possa ter vida cultural, em especial, nos finais de semana. (CPA 2017, Docente 3)

As atividades culturais deveriam envolver mais os estudantes, com incentivo a grupo de teatro, dança, percussão ou qualquer outro tipo de expressão artística. Melhor que ver é fazer arte. (CPA 2017, Aluno 8)

Acredito que as produções artística/culturais poderiam ser consultadas/oferecidas sobre o interesse da comunidade. Isto poderia ser feito a partir do resultado de uma pesquisa/enquete. (CPA 2017, TAE 2)

Não há incentivos de produção artística sobretudo cultural, só aproveite das atividades culturais realizada pelos parceiros alusivos dia da independência. (CPA 2017, Aluno 81)

Em relação ao apoio pedagógico, que na UNILAB é chamado de psicopedagógico, critica-se a falta de investimento e capacitação dos profissionais, bem como, instalações não adequadas para o atendimento dos estudantes.

A equipe de atendimento psicopedagógico e social não recebe os devidos investimentos em recursos para capacitação, além de não possuir as instalações básicas para atendimento, como salas de

atendimento psicológico e social separadas e espaço para atividades grupais. (CPA 2017, TAE 5)

Os discentes não tem voz quando as decisões sobre sua vida na Universidade são tomadas. Ele não tem nenhum apoio sócio pedagógico. Os auxílios são mau aplicados e distribuídos. Acúmulo de benefícios. Eventos, especialmente na área de exatas, quase que inexistente. O aluno na UNILAB só existe dentro da sala de aula e olhe la. (CPA 2017, Aluno 33)

A acessibilidade foi inserida nas áreas do PNAES, e objetiva o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. É importante ressaltar que as Universidades Federais em seus processos seletivos via SISU desde 2016, passaram a dispor de reserva de vagas para pessoas com deficiência. A Lei nº 13.409, sancionada em 28 de dezembro de 2016, altera a Lei de Cotas nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Pensando nestas alterações, entende-se que as universidades devem estar atentas não apenas para oferecer o acesso, mas sim condições concretas de permanência destes estudantes nas universidades.

Na UNILAB, a partir dos registros, evidencia que é necessário melhorar as instalações para a garantia de melhor acessibilidade para as pessoas com deficiência, aqui mencionada como “pessoas com necessidades especiais”.<sup>8</sup>

Ainda há muito o que se fazer quanto ao atendimento das necessidades de pessoas com necessidades especiais, seja no planejamento das medidas necessárias, seja na oficialização/criação das responsabilidades, ou seja também nas condições básicas de acessibilidade. Quanto às condições de sobrevivência digna, saudável e facilitada, a inexistência de equipamentos como cantina e xerox, reforçam a necessidade (já urgente) de resolução dessa questão. (CPA 2017, TAE 9)

Melhorar as instalações tornando-as mais acessíveis. (CPA 2017, Aluno 22)

Neste sentido, entende-se que é um desafio para as pessoas com deficiência adentrar nestes espaços educacionais, estas pessoas estão em decorrência de condições específicas diante de maiores obstáculos, só a inclusão na universidade não é suficiente, cabe as instituições o dever de oferecer condições necessárias de acesso e permanência.

---

<sup>8</sup> Nas legislações educacionais é comum a utilização do termo “pessoas com necessidades especiais”. Mas, o termo atualmente utilizado é pessoa com deficiência.

## 7.5 CRITÉRIOS E A METODOLOGIA DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Na UNILAB, implementou-se o Programa de Assistência ao Estudante (PAES) que é regido pelas Resoluções 07/2012 e 10/2012, esta política foi implementada como parte da política estudantil para os estudantes em contextos de interiorização e internacionalização com o objetivo de oferecer apoio institucional para os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para a permanência e a trajetória exitosa.

Os estudantes interessados em candidatar-se aos auxílios provenientes do Programa de Assistência ao Estudante da UNILAB, precisam estar regularmente matriculados e concorrer em um edital específico. Ademais, é preciso ficar atentos aos cronogramas divulgados pela Instituição. É importante ressaltar que os auxílios dependem do orçamento da Instituição e só a candidatura ao edital não garante o recebimento dos auxílios, para que o estudante tenha o seu pedido atendido é preciso comprovar vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, a UNILAB não garante repasse de auxílios para todos os estudantes, e ressalta que os valores dos auxílios servem para complementar os recursos financeiros dos estudantes e contribuir para a trajetória acadêmica.

As críticas apresentadas nos registros da pesquisa fazem referência à análise dos documentos para a aquisição dos auxílios que, segundo os relatos, é falha e injusta.

Quanto a política de assistência ao estudante, por meio dos auxílio: só a forma de análise de documentos não é justa para muitos estudantes, visto que alguns não conseguem, por deixarem de apresentar alguma documentação ou muitas vezes não estar contemplado nos requisitos que a universidade propôs. Enquanto muitos outros recebem bem mais que deveriam por inventarem ou mesmo usarem de má fé na entrega da documentação. Acho que uma entrevista com os alunos requerentes, pelo menos nos casos mais sérios se faz necessário (CPA 2017, Aluno 55).

O programa da assistência estudantil é elaborado de maneira precária, a avaliação para saber se o aluno pode receber auxílio é falha, e existem vários alunos que burlam o sistema, omitindo



informações e fazendo uso irregular do auxílio (CPA 2018, discente 86).

O fato é que a Política de Assistência Estudantil, no âmbito do PNAES, propõe como prioridade, o atendimento de estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário-mínimo e meio. As instituições federais têm autonomia de fixar outros requisitos. É importante que os estudantes ao recorrerem aos auxílios fiquem atentos as especificidades e as condições de necessidade do acesso à política

Nos critérios estabelecidos na UNILAB, os estudantes poderão escolher entre as seis modalidades de auxílios: moradia, instalação, alimentação, transporte, social, emergencial, sendo que é permitido até dois auxílios, caso seja comprovada a necessidade do estudante. Cada auxílio concedido tem sua especificidade e os critérios para a aquisição. Em informações encontradas no *site* da UNILAB é possível conhecer cada tipo de auxílio.

*Auxílio moradia:* visa a garantia de possibilitar residência nos municípios sede dos *campi* da UNILAB, neste sentido, contempla estudantes que o grupo familiar resida distantes da universidade, estudantes de zona rural ou com dificuldades de transporte regular poderão se candidatar nesta modalidade, desde que justifiquem que apresentem a documentação pertinente. Esta modalidade contempla também os estudantes internacionais. O valor é de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), por mês, por até 24 (vinte e quatro) meses, renováveis se comprovado o atendimento dos critérios exigidos, além de depender da disponibilidade de recursos orçamentário durante o período da formação do estudante.

*Auxílio-instalação:* serve para apoiar os estudantes beneficiários do auxílio moradia a promoverem condições de fixação de residência nos municípios sede dos *campi* da UNILAB, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros. O valor correspondente ao auxílio será de, no mínimo, um e, no máximo, dois auxílios moradia, conforme análise de critérios e disponibilidade de recursos orçamentários.

Os estudantes beneficiados com o Auxílio Instalação terão até 30 (trinta) dias para apresentar documentos comprobatórios referentes à aquisição de bens que viabilizem condições para fixação de residência.

*Auxílio-transporte:* caracteriza-se por complementar despesas com transporte e apoiar no deslocamento para a UNILAB, assegurando aos estudantes condições para acesso às atividades universitárias. O auxílio possui valor máximo de R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) mensais, por até 24 (vinte e quatro) meses, renováveis se comprovado o atendimento dos critérios exigidos e dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários, durante o período de formação do estudante.

*Auxílio-alimentação:* serve para complementar despesas com alimentação e apoiar na permanência em tempo integral na universidade. Será concedido o auxílio no valor máximo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, por até 24 (vinte e quatro) meses, renováveis, se comprovado o atendimento dos critérios exigidos e dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários, durante a formação do estudante. É importante evidenciar que a Universidade possui Restaurantes Universitários que possibilita alimentação com preços mais acessíveis.

*Auxílio social:* contribui para apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica na permanência em tempo integral na universidade, em que não se aplique a concessão dos auxílios Moradia e Instalação. O auxílio será concedido no valor de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais) mensais, por até 24 (vinte e quatro) meses, renováveis, se comprovado o atendimento dos critérios exigidos e dependendo da disponibilidade de recursos orçamentários, durante a formação do estudante.

Por fim, o *Auxílio emergencial:* caracteriza como um auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional enquanto perdurar a situação geradora do caráter emergencial aos estudantes cujas condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica ponham em risco sua permanência na universidade.

## 7.6 DEVERES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR COM O PNAES

A dimensão de análise e suas três categorias não foi mencionada nos registros analisados. As categorias enfatizavam os requisitos para a percepção de assistência estudantil, os mecanismos de acompanhamento e avaliação e a prestação de informações referentes à implementação do PNAES ao MEC. Imperatori (2017), em sua pesquisa intitulada “*A trajetória da assistência estudantil*

*na educação superior brasileira*”, nos chama a atenção para as informações sobre as ações de assistência estudantil.

Existem apenas informações pulverizadas, divulgadas pelas próprias instituições ou estudos de caso, sendo necessário criar bancos de dados específicos para esse programa. Relacionado a isso, é necessário ampliar os dados sobre a eficácia do PNAES, para conhecer o desempenho dos acadêmicos dos estudantes participantes, uma vez que o programa visa permitir a permanência e diplomação desses alunos (IMPERATORI, 2017, p. 299).

Concordamos com o posicionamento da autora, por entender que é preciso que cada instituição tenha instrumentos de avaliação bem definidos e que os dados sirvam para melhorias na efetivação da Política de Assistência Estudantil. Não estamos aqui evidenciando que não existe critérios de avaliação da Política de Assistência Estudantil na Universidade pesquisada, só mencionando que estas categorias não aparecem nos registros.

## 7.7 RECURSOS DIRETAMENTE VINCULADOS AO PNAES

A dimensão que discute os recursos vinculados ao PNAES trouxe apenas uma categoria intitulada “*compatibilização de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes*”, como já mencionado anteriormente, as universidades federais tiveram cortes em seus orçamentos que afetaram diretamente as políticas de assistência estudantil. Os registros apresentados na UNILAB enfatizam o aumento do número de estudantes que necessita da política, em oposição à diminuição dos recursos.

O programa de Assistência estudantil sempre esbarra na diferença entre demanda e recurso, sem contar que continuamos com grandes problemas financeiros oriundos de gestão anterior [...] sem perspectiva de melhoria, uma vez que o alunado cresce e o recurso está minguando. A equipe da Propae tem se esforçado mas essa conta não bate porque não é por lá que tem que bater (CPA 2018, Discente 42).

Falta transparência em relação ao orçamento e participação da comunidade nas tomadas de decisões. (CPA 2017, Docente 9)

É necessário uma autonomia na gestão dos recursos. (CPA 2017, Aluno 42)

Os registros nos trazem questões referentes à falta de transparência na gestão dos recursos e sugerem mais autonomia e participação da comunidade nas tomadas de decisões.

## 7.8 DIMENSÕES NÃO PREVISTAS NO DECRETO Nº 7234/2010

Por se tratar de uma universidade criada com princípios de cooperação internacional, algumas políticas importantes para a UNILAB não estão diretamente contempladas no Decreto nº 7234 /2010, mas enquanto pesquisadora, optou-se por criar uma dimensão de análise que contemplasse em suas categorias, questões como: Integração entre o Brasil e os países da CPLP, Desenvolvimento regional, Acolhimento dos estudantes, Representação Estudantil, Segurança na Universidade, Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, Planejamento e Avaliação Institucional, e Comissão Própria de Avaliação (CPA). Estas categorias foram as que apresentaram um maior número de registros.

A missão UNILAB de integrar países deixa a desejar. Não existe uma integração propriamente dita, é preciso analisar a cultura do ser e não apenas do país. (CPA 2017, Aluno 33)

No que se refere a Integração, eu vejo a desintegração na UNILAB, por que cada nação fica no seu canto em quase todos os espaços da Universidade, e todo mundo vê isso, mas ninguém quer discutir, porque não criar um espaço 40 de debate onde podemos discutir o modo de sociabilização nestas nações e a partir daí começar a procurar soluções para cada especificidade? - não tem mais presença dos políticos e as obras de moradia nunca acaba, o que poderia trazer mais amizade por conta da vivência no mesmo espaço? - essas entre outras coisas poderiam ser feitas para melhorar a integração na UNILAB. (CPA 2017, Aluno 29)

Para a integração acontecer temos que deixar o preconceito brasileiro de lado. (CPA 2017, Aluno 18)

A integração entre os países parceiros é questionada por não existir, de fato, uma socialização entre as nações. Não há relatos de ajuda financeira dos outros países para a manutenção dos estudantes no Brasil, portanto, cabe à Política de Assistência Estudantil brasileira atender toda a demanda.

As condições do desenvolvimento regional também são criticadas nos registros, enfatizando condições precárias dos municípios e dos próprios *campi* da universidade.

Além disso, as condições de desenvolvimento na parceria instituição municípios são precárias, não havendo o desenvolvimento nem dos próprios campi, nem da cidade como resultado dos recursos movimentados pela universidade no seu período de atuação em Redenção e Acarape. Há uma grande e crescente especulação imobiliária e nenhum investimento nos espaços físicos, nem sequer com a adequada pavimentação das vias de acesso aos campi. (CPA 2017, TAE 6).

A Assistência Estudantil no acolhimento dos calouros é outro ponto crítico, pois questiona-se o fato de abrir o edital sem condições de receber os estudantes, o valor dos auxílios é questionado juntamente com a necessidade de prestação de contas. Relata-se ainda, as questões relacionadas às dificuldades de aquisição de auxílios dos recém-formados e a sugestão da inserção dos estudantes nas discussões das políticas da universidade, com objetivo de construir um pensamento crítico por parte dos estudantes, e não ficar focada só na concessão de auxílios. É preciso pensar de forma não assistencialista, pensado na ampliação das políticas afirmativas juntamente com a missão da universidade.

Programa de Assistência Estudantil, precisa de muitas mudanças entre as quais Acolhimento aos calouros. Se não estão em condição de recebê-los o melhor a fazer é não abrir edital. Uma outra coisa é sobre o famoso auxílio que não dá nem para pagar contas e ainda para prestar conta somos obrigada a cumprir várias regras, cópias e cópias de documentos. Ainda, essa rotina de recém formados com dificuldade de receber auxílio, até quando?! Espero que isso seja ultrapassado em breve (CPA 2018, Discente 163)

Acredito que as políticas deveriam incluir de forma mais efetiva os estudantes nos processos de discussão das próprias políticas. Vejo, ainda, uma política um tanto quanto assistencialista, em grande parte baseada na concessão de auxílios, o que deveria vir acompanhada de uma construção de pensamento crítico por parte dos estudantes. (CPA 2017, TAE 18)

É necessário AMPLIAR a política afirmativa para as alunas africanas, bem como para os/as afro-descendentes na Universidade. Há a necessidade de ampliação de suas ações para efetivação de sua missão. (CPA 2017, Docente 12).

No ano de 2003, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, entre as mudanças ocorridas nas políticas de educação superior, encontram-se as políticas de avaliação. Neste sentido, implementou o mec, que tem por finalidade a melhoria da qualidade da educação superior.

O planejamento e a avaliação institucional da UNILAB precisam ser feitos a partir de um diálogo com toda a Universidade. É interessante que haja ações para maior divulgação dos trabalhos de Ensino, Pesquisa e Extensão não apenas no Brasil, mas com outros países do mundo, bem como, a inclusão dos técnicos em atividades de pesquisa.

O planejamento deve haver um diálogo entre toda a universidade, e ouvir as pessoas. Como por exemplo, a UNILAB é pouca conhecida para o Brasil e o Mundo, do seu trabalho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atos administrativos internos complexos, como por exemplo, servidor técnico ser incluído nas atividades de pesquisa como coordenador(a), membros externos serem coordenadores de projetos de extensão (CPA 2018, TAE 27)

Melhorar o planejamento institucional da UNILAB (planejar, desenvolver, divulgar, acompanhar e avaliar), O funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNILAB, a Imagem da UNILAB na sociedade, a avaliação de Curso de Graduação para fins de reconhecimento (CPA 2018, Docente 04).

Na UNILAB, as avaliações institucionais têm como referência os cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei nº 10.861, instituídas pelo SINAES:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.  
Dimensão 8: Planejamento e Avaliação.  
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.  
Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional.  
Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.  
Eixo 3: Políticas Acadêmicas.  
Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.  
Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade  
Dimensão. 9: Política de Atendimento aos Discentes.  
Eixo 4: Políticas de Gestão.  
Dimensão 5: Políticas de Pessoal.  
Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição.  
Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.  
Eixo 5: Infraestrutura Física.  
Dimensão 7: Infraestrutura Física. (CPA, 2017).

Percebe que os cinco eixos abordados na avaliação institucional possibilitam uma visão mais aprofundada da universidade, em nossa pesquisa buscou-se analisar e categorizar registros referentes aos cinco eixos para possibilitar um maior entendimento das políticas de assistência estudantil nos contextos de interiorização e internacionalização, atenta-se para o eixo 3, intitulado como Políticas Acadêmicas, que analisa os elementos constitutivos das práticas do ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. O referido eixo aborda mais diretamente a assistência estudantil. Desta forma, é enfatizada a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento aos discentes.

## 7.9 MENÇÃO DIRETA AOS AUXÍLIOS DA UNILAB

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, é um direito em nossas legislações e passará por processo de avaliação, visto que, em julho de 2022 completa doze anos que o decreto entrou em vigor, algumas políticas educacionais passaram por retrocessos nestes doze anos, os cortes de gastos nas universidades afetam não só a ampliação da política, mas também as ações de permanência dos estudantes no ensino superior. O fato é que, na Instituição pesquisada, embora haja algumas críticas em relação à Política de Assistência Estudantil, ela é de extrema importância na permanência dos estudantes dos territórios na qual a universidade está inserida e dos estudantes dos países cooperados.

No que diz respeito à assistência estudantil, eu vejo essa política de extrema importância no tange ao asseguramento e à permanência do aluno na universidade (CPA 2018, discente 185).

O Programa de Assistência Estudantil não tem sustentabilidade, não tem como atender toda essa quantidade de estudantes que tem hoje, é injusto porque privilegia a uns que não precisariam tanto e deixa de fora outros que realmente precisam. Do jeito que está, alimenta a falsa ideia de que a universidade tem que sustentar os alunos em tudo (CPA 2018, TAE 04).

É evidente que os orçamentos da Política de Assistência Estudantil deveriam aumentar junto com o crescimento do número de matrículas no ensino superior. Podemos perceber que a assistência estudantil na UNILAB é uma política que está em expansão, visto que a Universidade completou 11 anos em 2021 e, junto com

ela, também se completaram 11 anos da Política de Assistência Estudantil. Logo, estamos falando de uma Universidade que já nasce com uma Política de Assistência Estudantil aprovada em nível nacional. O diferencial está na implementação destas políticas, cada instituição tem a autonomia de implementá-las de forma que atendam sua demanda. No caso da UNILAB, a Política de Assistência Estudantil financia o PAES que atende estudantes brasileiros e estrangeiros, fortalecendo os contextos de interiorização e internacionalização.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa em pauta teve como objetivo analisar a efetivação da Política de Assistência Estudantil em contextos de interiorização e internacionalização na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a partir da institucionalização do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que representou um avanço em termos de programas direcionados à moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, bem como, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência. É importante enfatizar que a UNILAB já nasce com uma Política de Assistência Estudantil aprovada em nossas legislações.

De acordo com dados obtidos, a Política de Assistência ao Estudante da UNILAB é financiada pelo PNAES e apresenta-se como possibilidade concreta de permanência dos estudantes no ensino superior, em uma universidade criada nos princípios de cooperação Sul-Sul. Os resultados obtidos através dos registros nos mostram que as ações da Política de Assistência Estudantil são de extrema importância para as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e contribui para a democratização do ensino superior dos estudantes das camadas mais populares e que não teria condições financeiras de concluir os cursos se não fossem beneficiados pela política de permanência da Universidade. Neste sentido, destaca-se a importância que essa política tem nos acordos de cooperação solidária e na internacionalização do ensino superior, visto que neles, não cabe ao Brasil apenas oferecer a vaga, mas garantir condições de permanência para os estudantes.

Logo, a criação da UNILAB representa um avanço em termos das políticas de internacionalização e cooperação com os países lusófonos e inova ao garantir que



estudantes em contextos de interiorização e internacionalização sejam beneficiados com a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que financia a Política de Assistência ao Estudante (PAES). A Universidade, embora já tenha conseguido melhoras nas instalações físicas em pouco tempo de criação, precisa melhorar as condições dos restaurantes universitários e a acessibilidade dos *campi*, pois apresenta em nossa pesquisa muitas críticas, principalmente em relação à qualidade da comida e o acesso aos *campi*, por falta de rampas. Em se tratando da mobilidade acadêmica, ainda precisa expandir a oferta de vagas, pois até o momento não conseguiu atingir o objetivo de ofertar 50% das vagas para estrangeiros. No entanto, com apenas onze anos de existência, já possui muitos avanços em termos de pesquisa, ensino e extensão, e criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Entender os contextos históricos dos municípios onde estão inseridos os *campi* da UNILAB, nos faz repensar o papel da criação dessa Universidade, e são dados importantes a ser estudados, visto que as cidades apresentam grandes números de moradores em zona rural, portanto, ao interiorizar, a política possibilita a inclusão e a democratização do ensino superior nestes territórios, bem como o desenvolvimento regional.

Em relação aos estudantes internacionais, muitos países parceiros não têm educação superior pública, logo a possibilidade de acessar uma educação pública de qualidade faz com que os estudantes estrangeiros optem pelos processos seletivos da UNILAB, que são realizados em seus países, quando aprovados, vêm para o Brasil e podem acessar a Política de Assistência Estudantil da universidade. Em nossa pesquisa anterior, mostra que as primeiras informações que eles têm da Universidade são bem vagas e muitas vezes de estudantes que já estão aqui ou mesmo nas embaixadas dos países cooperados. Muitos vêm sem nem saber como realmente funcionam os processos de aquisição de auxílios. Ao chegar nos *campi* da universidade deparam com as diferenças culturais das cidades.

É importante destacar que a política de assistência aos estudantes internacionais deveria ter financiamento por parte dos seus países de origem também, principalmente dos países que não tem uma política de educação superior pública. Muitos são os relatos das dificuldades enfrentadas pelos estudantes para

financiar as passagens, os estudos, enfim, acredito que a UNILAB é um projeto inovador e que tem muito a crescer desde que exista uma integração que possibilite a permanência dos estudantes brasileiros e estrangeiros, e que a Política de Assistência Estudantil seja pensada para além dos auxílios e bolsas. O ideal é que a política comece nos países de origem, com informações mais assertivas sobre as condições de acesso e permanência na Universidade.

Conclui-se ainda que, embora maior parte dos estudantes seja beneficiada pelo PAES, através de auxílios concedidos, as dificuldades no percurso universitário são muitas e não ultrapassam apenas questões financeiras, destacando também problemas de saúde e dificuldades de acesso à política do Sistema Único de Saúde (SUS) nos municípios em que os *campi* estão inseridos. Ainda que o fator financeiro fique evidente nos relatos, é preciso que fiquemos atentos a outras demandas dos estudantes, a exemplo de adaptação ao mundo acadêmico, condições culturais da cidade e atendimento médico de urgência.

Entende-se que para uma melhor efetivação do PAES, os estudantes precisam conhecer mais sobre os objetivos da Política de Assistência estudantil. Neste sentido, são necessários mais instrumentos de divulgação dessas políticas nos *campi* da universidade, sendo viável ainda que estas informações estivessem disponíveis nas embaixadas para os estudantes internacionais, através de cartilhas, e que fossem criados *sites* ou Aplicativos (APPs), nos quais os próprios alunos contassem suas experiências. É necessário também que, nestes documentos, seja explicitado como funciona a efetivação do PAES, evitando assim, interpretações e expectativas de que vão além do que a Política de Assistência Estudantil pode financiar.

As queixas em relação aos valores dos auxílios são frequentes por alguns locais onde os *campi* estão inseridos aumentar a especulação imobiliária, e o valor dos auxílios não ser suficiente para pagar aluguel. Assim, o ideal é agilizar as obras das moradias estudantis para possibilitar melhores condições de permanência.

Compreende-se que este trabalho não finaliza aqui. Há possibilidades de estudos futuros no sentido de avaliar e refletir sobre novas propostas, principalmente superar as implicações do Comitê de Ética e da pandemia da Covid-19 e fazer uma pesquisa de forma presencial. Pretende-se, a partir de novas pesquisas, aprofundar

os conhecimentos a respeito da Assistência Estudantil em contextos de interiorização e internacionalização a partir das experiências dos estudantes beneficiários da política nos quatro *campi* da UNILAB, bem como buscar trazer a voz dos profissionais que trabalham diretamente com a efetivação do PAES na Universidade, entre os/as assistentes sociais da Instituição que são os responsáveis pela seleção dos estudantes para a aquisição dos auxílios.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Território, política social e serviço social no contexto do social-liberalismo**. 312 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

AKKARI, Abdeljalil. **Internacionalização das Políticas Educacionais: Transformações e desafios**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ALBINO, Susete. (Re)Edificação do Sistema Educativo de Timor-Leste: Evolução e desafios atuais. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.4773>, n. 39, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/4773>. Acesso em 27 set. de 2020

ARAÚJO, Carla B. Zandavalli M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 25-43, jul/dez., João Pessoa, 2013.

BAHIA. **Território de identidade Recôncavo**. Superintendência de Estudos e Políticas Públicas, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, 2016.

BAHIA. **Território de identidade Metropolitano de Salvador**. Superintendência de Estudos e Políticas Públicas, Secretaria de Desenvolvimento Econômico. 2017.

BAHIA. **Territórios de Identidade**. Secretaria do Planejamento. Disponível em: [www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17](http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17). Acesso em 20 de nov. 2019.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. ed. Lisboa: 70, LTDA, 2010.

BENDO, Margarida Duete Lorenço. **Estranhamento e convivência dos estudantes africanos em São Francisco Conde**. 2016. 59 f. Monografia (Bacharelado em Humanidades), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016.

BRACKMANN, Marta Maria. Internacionalização da educação superior e política externa brasileira: a contribuição da UNILA. **Competência**, v. 6, n. 1, p.11-29, jan./jul. Porta Alegre, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/d6096.htm). Acesso em 01 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-/2010/Lei/L12289.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-/2010/Lei/L12289.htm). Acesso em: 01 jan. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2010b. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 01 jan. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores – MRE. **Manual do estudante-convênio**. Brasília, 2013.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 3.ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil [1988]**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emendas Constitucionais nº 109/2021. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2021.

BATHILLON. Aldine Valente. **Estudantes guineenses: da educação secundária na Guiné-Bissau à educação superior na Unilab, Brasil**. 2016. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016.

CORONAVÍRUS: Brasil confirma primeiro caso da doença. **Una-sus**, 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca>. Acesso em 17 de ago. de 2022.

CURY, C.R.J. Educação Básica como Direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, mai./ago., 2008.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2008.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES**. 2004.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras**. 2011.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras**. 2014.

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília, 2018.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 2.ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

GARRIDO, Edleusa Nery. Políticas de assistência estudantil e de ações afirmativas: a permanência no ensino superior como meta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; SANTOS, Georgina Gonçalves dos; CARVALHO, Ava (Orgs.). **Observatório da vida estudantil: avaliação e qualidade no ensino superior: formar como e para que mundo?** Salvador: EDURFBA, 2015.

GOMES, Nilma Lino; VIEIRA, Sofia Lerche. Construindo uma ponte Brasil-África: a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Luso-Afrobrasileira (UNILAB). **Revista Lusófona de Educação**, v. 24, p. 75-88, 2013.

IMPERATORI, Thaís Kristoch. A Trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior. **Serv. Soc.**, n. 129, p. 258-303, mai./ago., São Paulo, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em 20 de jul. 2018.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. **Observador On-line**. V. 7, n. 3, 2012.

LIMA, Manoelita Correia; CONTEL, Fabio Betioli. **Internacionalização da Educação Superior**: Nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento. São Paulo: Alameda, 2011.

MILANI, R.S. Carlos. CONCEIÇÃO, C. da Francisco. M'BUNDE, S. Timóteo. Cooperação Sul-Sul em Educação e Relações Brasil – PALOP. **Cadernos CRH**, v. 29, n. 76, p. 13-32, Jan./Abr., Salvador, 2016.

MUNOZ, Echart Elnara. A cooperação sul-sul do brasil com a África. **Cadernos CRH**, v. 29, n. 76, p. 9-12, Jan./Abr., Salvador, 2016.

PORTES, Êcio Antônio; SOUSA, Letícia Pereira de. O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público / In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; SANTOS, Georgina Gonçalves dos; (Orgs.). **Observatório da vida estudantil**: universidade, responsabilidade social e juventude. Salvador: EDURFBA, 2013.

PORTES, Êcio Antônio. **Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG**: um estudo a partir de cinco casos. 2001. 267 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

TENÓRIO, Robinson Moreira; REIS, Dyane Brito. Ações afirmativas e estratégias de permanência no ensino superior. **26º Reunião Brasileira de Antropologia**, v. 1, 2017.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SANTOS, Tatiele Gomes dos. **Política de Assistência Estudantil para Estudantes dos Países Africanos de Língua Portuguesa**: Um olhar para a UNILAB – Campus dos Malês. 2018. 87 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) Colegiado de Serviço Social, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.- dez. 2010. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 21 de nov. de 2015.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior: bem Público, Equidade e Democratização. **Avaliação**, v. 18, n. 1, p. 107-126, 2013.

STALLIVIERI, Luciane. **Estratégias de internacionalização das universidades brasileiras**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul / Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**. Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar (Orgs.). Redenção: UNILAB, 2013.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Diretrizes Gerais**. Organizado pela comissão de implantação da UNILAB. Redenção, 2010.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Resolução nº 001-b, de 09 de fevereiro de 2015.**

[https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-001-B-Altera-a-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-008\\_2014-que-regulamentou-o-Programa-de-Assist%C3%A2ncia-ao-Estudante-1.pdf](https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-001-B-Altera-a-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-008_2014-que-regulamentou-o-Programa-de-Assist%C3%A2ncia-ao-Estudante-1.pdf). Acesso em 27 de set. 2022.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. 2016-2021. Disponível em

<https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Anexo-Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-40-2016-PDI-2016-2021.pdf>.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **UNILAB em Números**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>. Acesso em 22 de jul. de 2018.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Pró-Reitoria de Relações Institucionais-PROINST**. Disponível em:

<http://www.unilab.edu.br/proinst/>. Acesso em 22 de jul. de 2018.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Como Surgiu**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/como-surgiu/>. Acesso em 25 de jul. de 2018.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Integração Internacional**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/nosso-diferencial-de-integracao-internacional/>. Acesso em 25 de jul. de 2018.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Campus São Francisco do Conde**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/campus-sao-francisco-do-conde/>. Acesso em 25 de jul. de 2018.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**Relatórios da CPA**. Disponível em: <https://cpa.unilab.edu.br/relatorios/>. Acesso 27 de set. de 2022.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis - PROP AE**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/propae/>. Acesso em 01 de ago. de 2018.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Programa de Assistência ao Estudante- PAES**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/auxilios/>. Acesso em 03 de ago. de 2018.

UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Restaurante Universitário**. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/restauranteuniversitario/>. Acesso em 03 de ago. de 2018.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**, v. 16, n. 1, p. 149-163, Campinas, 2011. ISSN 1414-4077.

ZAU, Felipe. **Angola**: Trilhos para o Desenvolvimento. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.

ORGANIZAÇÃO Mundial De Saúde (OMS) declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus. **OPAS**, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/30-1-2020-who-declares-public-health-emergency-novel-coronavirus>. Acesso em 17 de ago. de 2022.



## APÊNDICES

### 8.1 APÊNDICE A – Quadro de Categorização

Nº.	Dimensões da Política de Assistência Estudantil	Categorias	Unidade de Registro	Unidade de Contexto
1	Ampliação das condições de permanência da educação superior pública	Democratização das condições de permanência	1 menção	Sobre a assistência estudantil, é preciso ser justo. se pode acumular bolsa permanência e auxílio vão tirar ou diminuir o auxílio só pq outros cursos não ganharam a bolsa ? (Aluno 13) CPA 2017
		Minimização das desigualdades sociais e regionais	1 menção	
		Conclusão da educação superior	Não houve menções	
		Redução das taxas de retenção e evasão	Não houve menções	
		Contribuição para a promoção da Inclusão Social	Não houve menções	
		Viabilização da igualdade de oportunidade	1 menção	Me parece confuso, em uma única universidade com campus diferentes, alguns estudantes de dois campus de Ceará recebem bolsa permanência e nós de Malês não recebemos nem se quer um mês. Acho que essa política deve abranger todos os campus. Devem parar com estas

				questões burocráticas e deixem as coisas funcionar plenamente, se não, vocês vão prejudicar os outros. (Aluno 58) CPA 2017
		Contribuição para a melhoria do desempenho	3 menções	
2	Articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão	Abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação	7 menções	<p>Os cursos de graduação atualmente oferecidos na Unilab, principalmente no Campus dos Malês na Bahia, não atendem as necessidades locais e regionais. É preciso criar novos cursos mais atrativos e pensados para a realidade e as dificuldades da região (falta de transporte público no período noturno). Mais uma vez a carência de recursos financeiros e somado a pouca experiência de alguns gestores destes também dificultam no desenvolvimento da instituição. (TAE) – CPA 2017</p> <p>Ofertar mais cursos na área de turismo e educação ambiental (Sociedade civil 03). CPA 2018</p> <p>Oferta de outros cursos no período da noite (Discente 62). CPA 2018</p>
		Articulação com novas áreas de	Não houve	

		relações internacionais e interinstitucionais	menções	
		Criação de novos projetos de ensino, pesquisa e extensão	40 Menções	<p>Em relação ao ensino, pesquisa e extensão, pelo menos em enfermagem, o universo que tenho acesso, fica bem a desejar, e não por falta de empenho dos professores. Porém o fato de não termos laboratórios para pesquisas, experimentos, nos dificulta muito colocar em prática esse tripé que rege a universidade. (Aluno 10) – CPA 2017</p> <p>As atividades de pesquisa e de extensão devem ser pensadas e atuadas de modo mais integrado ao ensino. (Docente 17) CPA 2017</p> <p>As relações de ensino, pesquisa e extensão são incipientes comparado as possibilidades, porém a Unilab ainda não apresenta recursos financeiros suficientes para a implementação de ações mais efetivas pelos grupos de pesquisa e pró reitorias. (Docente 22) CPA 2017</p>

				Minha sugestão é que os programas de extensão sejam ampliados, colaborando com mais áreas, visto que a carência de ações de extensão da Universidade é considerável no Maciço de Baturité. (Aluno 20) CPA 2017
		Contratação de novos servidores técnicos- administrativos e docentes	3 menções	É necessário a contratação de novos funcionários para melhorar o atendimento das áreas citadas, psicopedagógico e social, e maior quantidade de recursos para dar continuidade e poder ampliar os programas de assistência estudantil, projetos de pesquisa e extensão. (TAE 6) CPA 2017
		Ampliação dos espaços físicos e institucionais	6 menções	<p>No quesito infraestrutura física só tenho a elogiar, algumas melhorias podem ser feitas, mas nada que tire o mérito da universidade nesse eixo. (Aluno 13) - CPA 2017</p> <p>Quanto as instalações são perfeitamente adequadas. Em relação ao restante do eixo 5, tenho plena convicção de que a tendência é melhorar a cada dia em tudo que a entidade UNILAB se propõe a desenvolver. Inclusive nos polos à distância onde</p>

				<p>funcionam os tentáculos da UNILAB, para o crescimento Político/Técnico/Social dos discentes, da entidade e, conseqüentemente do próprio municípios onde estão instalados os POLOS. (TAE 8) – CPA 2017</p> <p>Há que se dar um desconto, quanto à infraestrutura, tendo em vista que a Unilab ainda está em fase de expansão. (Docente 3) – CPA 2017</p>
		Formação de recursos humanos através de seminários, eventos, cursos de aperfeiçoamento, de capacitação e qualificação		
		Bolsas Permanência	2 menções	<p>Me parece confuso, em uma única universidade com campus diferentes, alguns estudantes de dois campus de Ceará recebem bolsa permanência e nós de Malês não recebemos nem se quer um mês. Acho que essa política deve abranger todos os campus. Devem parar com estas questões burocráticas e deixem as coisas funcionar plenamente, se não, vocês vão prejudicar os outros. (Aluno 58) CPA 2017</p>

				Sobre a assistência estudantil, é preciso ser justo. se pode acumular bolsa permanência e auxílio vão tirar ou diminuir o auxílio só pq outros cursos não ganharam a bolsa ? (Aluno 13) – CPA 2017
		Bolsas de Iniciação Científica	3 menções	
3	Áreas de ações da Assistência Estudantil- PNAES	Moradia estudantil	2 menções	<p>A política estudantil na Unilab está morta porque eles não preocupa com estudantes em termo de moradia e saúde dos estudantes cada vez pior e cada vez eles retêm auxílios estudantes sempre eles colocam renovações de auxílios no momentos das férias. (Aluno 44) CPA 2017</p> <p>Deveria ser reiniciado as obras das moradias estudantil, assim como toda as estruturas físicas da UNILAB, que estão abandonadas e sucateadas, tanto estrutura física como utensílios (Discente 71). CPA 2018</p>
		Alimentação	22 menções	Temos que nos preocupar com as pessoas. Dar condições a todos. Por exemplo, o restaurante universitário tem condições insalubres, calor máximo, filas, poderia ser adotado sistema cartão com adição de valores on

			<p>line ou físico. E restaurante ou vagas fixas para professores, já que somos em menor quantitativo. Apoio para abertura de uma cantina de qualidade. (Docente 5) – CPA 2017</p> <p>Campis com falta de segurança, sem abrigos de paradas de ônibus, Restaurantes Universitários com comidas de péssima qualidade, ausência de cantinas, água de qualidade duvidosa é o que temos presenciado até aqui. Servidores tendo que trazer almoço, merenda da manhã, da tarde, etc., por não contar com uma estrutura de apoio dentro dos Campi e nem ao redor da Universidade. (TAE 10) – CPA 2017</p> <p>O espaço de restaurante universitário é pequeno para receber o número dos estudantes na mesma hora, o que quer dizer que deveria aumentar a hora de refeições ou seja sair de duas horas e meia para três horas de atendimento[...] Aluno 26) – CPA 2017</p> <p>O RU é muito pequeno e faz muito</p>
--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				calor(abafado), cardápio insatisfatório, e não temos uma cantina, para quem estuda dois turnos precisa de fazer algumas refeições, como um café a noite, um lanche as 15 horas. Internet, NÃO funciona DENTRO das salas de aula, um verdadeiro absurdo, além do sistema SIGAA, que normalmente apresenta dificuldade para para envio de trabalhos e na época de matricula (Discente 01) CPA 2018
		Transporte	Não houve menções	
		Atenção à saúde	3 menções	Eu questiono se a politica de atendimento social da universidade só é destinada somente a compra de tinta de impressora, resmas ou é destinada as pessoas? Não existe nenhuma ação bastante motivadora que está sendo feita em relação a saúde dos estudantes. É obrigação da universidade criar condições para que os alunos no caso de problemas de saúde consiga receber melhor cuidado possível, mas o problema ninguém faz nada e nós estudantes estamos a mercê de Deus. E isso muito



				<p>triste,a universidade como sendo um espaço não só de aprimorar e desenvolver capacidades que leva ao estudante a participar com bastante aptidão no processo de desenvolvimento da sociedade, mas também deve ser espaço de ações concretas na busca de soluções de problemas da sociedade. (Aluno 49) -CPA 2017</p> <p>Ao nível social não um acompanhamento da universidade, tendo em vista, as ondas de assaltos e agressões aos estudantes. Não eficácia no atendimento do saúde dos estudantes tanto na UNILAB como nos postos de saúdes dos municípios parceiros. (Aluno 45) CPA 2017</p>
		Inclusão digital	7 menções	<p>[...] O sinal da internet fica caindo e não sustenta trabalhos em sala de aula. (Docente 7) CPA 2017</p> <p>Melhorar essa internet que cai toda hora principalmente no Auroras...(Discente 119). CPA 2018</p> <p>Mais recurso de internet, disponibilizar em cada sala estes</p>

				<p>recursos (Discente 181). CPA 2018</p> <p>Aumento da velocidade da internet; aumento do horário de funcionamento da internet; aumento da oferta de materiais e equipamentos para atividades profissionais (Docente 55) CPA 2018</p>
		Cultura	14 menções	<p>Realizar atividades culturais permanentes na universidade e nas cidades (Redenção e Acarape) para desenvolver a cultura local, para que o aluno possa ter vida cultural, em especial, nos finais de semana. (Docente 3) – CPA 2017</p> <p>Acredito que as produções artística/culturais poderiam ser consultadas/oferecidas sobre o interesse da comunidade. Isto poderia ser feito a partir do resultado de uma pesquisa/enquete. (TAE 2) – CPA 2017</p> <p>As atividades culturais deveriam envolver mais os estudantes, com</p>

				<p>incentivo a grupo de teatro, dança, percussão ou qualquer outro tipo de expressão artística. Melhor que ver é fazer arte. (Aluno 8) CPA 2017</p> <p>Não há incentivos de produção artística sobretudo cultural, só aproveite das atividades culturais realizada pelos parceiros alusivos dia da independência. (Aluno 81) – CPA 2017</p>
		Esporte	Não houve menções	
		Creche	Não houve menções	
		Apoio Pedagógico/ Psicopedagógico	12 menções	<p>Não temos apoio pedagógico no campus, muitos discentes já estão sendo reprovados. Qual o motivo? Professor ou aluno, ou ambos? E quanto ao atendimento social deve ser prestado uma assistência de visitas domiciliares mais frequentes, pois isso fortalece a parceria instituição-aluno. (TAE 16) – CPA 2017</p> <p>Os discentes não tem voz quando as decisões sobre sua vida na Universidade são tomadas. Ele não tem nenhum apoio sócio pedagógico. Os auxílios são mau</p>

				<p>aplicados e distribuídos. Acúmulo de benefícios. Eventos, especialmente na área de exatas, quase que inexistente. O aluno na unilab só existe dentro da sala de aula e olhe lá. (Aluno 33) CPA 2017</p> <p>A equipe de atendimento psicopedagógico e social não recebe os devidos investimentos em recursos para capacitação, além de não possuir as instalações básicas para atendimento, como salas de atendimento psicológico e social separadas e espaço para atividades grupais. (TAE 5) CPA 2017</p>
		Acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	7 menções	<p>Ainda há muito o que se fazer quanto ao atendimento das necessidades de pessoas com necessidades especiais, seja no planejamento das medidas necessárias, seja na oficialização/criação das responsabilidades, ou seja também nas condições básicas de acessibilidade. Quanto às condições de sobrevivência digna, saudável e facilitada, a inexistência de equipamentos</p>

			<p>como cantina e xerox, reforçam a necessidade (já urgente) de resolução dessa questão. (TAE 9) – CPA 2017</p> <p>Melhorar as instalações tornando-as mais acessíveis. (Aluno 22) – CPA 2017</p> <p>Nesse caso, da acessibilidade, vejo que a instituição precisa cooperar mais, pois se por acaso um dia algum deficiente físico queira cursar nesse âmbito, é preciso averiguar com mais cautela esse caso (Docente 06) CPA 2018</p> <p>A adequação da estrutura física é precária para estudantes e servidores com necessidades especiais, pois a via de acesso ao Campus das Auroras é de terra, sem acessibilidade; na Unidade Acadêmica de Palmares, há apenas uma rampa de acesso aos blocos, fazendo com que muitas pessoas tenham que descer em meios às pedras e à terra para terem acesso aos seus locais de estudo e de trabalho. As bibliotecas não possuem sistema</p>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>unificado. O Restaurante Universitário se encontra em locais de climatização totalmente inadequada. Não há cantinas nos campi de Auroras e Acarape e a cantina do Campus de Liberdade oferece serviço de qualidade e frequência precárias. A xerox é desconhecida e não possui valor acessível em Liberdade e nos outros campi é inexistente. (TAE 2) – CPA 2017</p> <p>Não há segurança a noite no campus dos Palmares (Acarape), não há elevadores e nem rampas para cadeirantes, obesos, gestantes, idosos, entre outros. (Docente 1) CPA 2017</p>
4	Critérios e a metodologia de seleção dos beneficiários da Assistência Estudantil	Comprovação e informações da necessidade de auxílios	2 menções	<p>Quanto a política de assistência ao estudante, por meio dos auxílio: só a forma de análise de documentos não é justa para muitos estudantes, visto que alguns não conseguem, por deixarem de apresentar alguma documentação ou muitas vezes não estar contemplado nos requisitos que a universidade propôs. Enquanto muitos outros recebem bem mais que deveriam por inventarem ou mesmo usarem</p>

				<p>de má fé na entrega da documentação. Acho que uma entrevista com os alunos requerentes, pelo menos nos casos mais sérios se faz necessário (Aluno 55) – CPA 2017</p> <p>O programa da assistência estudantil é elaborado de maneira precária, a avaliação para saber se o aluno pode receber auxílio é falha, e existem vários alunos que burlam o sistema, omitindo informações e fazendo uso irregular do auxílio (Discente 86) - CPA 2018</p>
		Insuficiência de condições financeiras	Não houve menções	
		Condições de vulnerabilidade	Não houve menções	
		Estudantes oriundos da rede pública de educação básica	Não houve menções	
		Renda familiar <i>per capita</i> de até um salário mínimo	Não houve menções	
5	Deveres da instituição de ensino superior com o PNAES	Requisitos para a percepção de assistência estudantil	Não houve menções	
		Mecanismos de acompanhamento e avaliação	Não houve menções	
		Prestação de informações referentes à implementação do PNAES ao MEC	Não houve menções	

6	Recursos diretamente vinculados ao PNAES	Compatibilização de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes	5 menções	<p>O programa de Assistência estudantil sempre esbarra na diferença entre demanda e recurso, sem contar que continuamos com grandes problemas financeiros oriundos de gestão anterior (...) sem perspectiva de melhoria, uma vez que o alunado cresce e o recurso está minguando. A equipe da Propae tem se esforçado mas essa conta não bate porque não é por lá que tem que bater (Discente 42). CPA 2018</p> <p>Falta transparência em relação ao orçamento e participação da comunidade nas tomadas de decisões. (Docente 9) CPA 2017</p> <p>É necessário uma autonomia na gestão dos recursos. (Aluno 42) CPA 2017</p>
7	Dimensões não previstas no decreto nº.7.234/2010	Integração entre o Brasil e os países da CPLP	26 menções	<p>A missão unilab de integrar países deixa a desejar. Não existe uma integração propriamente dita, é preciso analisar a cultura do ser e não apenas do país. (Aluno 33) – CPA 2017</p> <p>As políticas de integração dos</p>



			<p>servidores são inexistentes. A oferta dos cursos de graduação não atende às necessidades dos países parceiros, havendo cursos deslocados da realidade de trabalho no Brasil. Não há investimentos no desenvolvimento de cursos e projetos que podem produzir verdadeiros avanços tecnológicos em todas as áreas do conhecimento. (TAE 4) – CPA 2017</p> <p>No que se refere a Integração, eu vejo a desintegração na Unilab, por que cada nação fica no seu canto em quase todos os espaços da Universidade, e todo mundo vê isso, mas ninguém quer discutir, porque não criar um espaço 40 de debate onde podemos discutir o modo de sociabilização nestas nações e a partir daí começar a procurar soluções para cada especificidade? - não tem mais presença dos políticos e as obras de moradia nunca acaba, o que poderia trazer mais amizade por conta da vivência no mesmo espaço? - essas entre outras coisas poderiam ser feitas para melhorar a integração na Unilab.</p>
--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>(Aluno 29) – CPA 2017</p> <p>Para a integração acontecer temos que deixar o preconceito brasileiro de lado. (Aluno 18) – CPA 2017</p>
		Desenvolvimento regional	<p>A Universidade em si não demonstra preocupação alguma em relação ao desenvolvimento regional. Pela natureza e as pessoas que a compõe, era esperado alguma movimentação diante das condições precárias de higiene (água limpa e uma rede de esgoto minimamente adequada) e, principalmente, da qualidade da água que é fornecida para os moradores das cidades em que a UNILAB está instalada, e até mesmo da água da própria universidade, que é amarelada e com mal odor, sendo essa a mesma que bebemos, a diferença é que esta é resfriada. Deve ser pelo fato de professores, técnicos, reitor e todo o corpo da universidade, exceto os alunos, contarem com bebedouros com água mineral em suas salas. (Aluno 119) – CPA 2017</p>

			<p>Além disso, as condições de desenvolvimento na parceria instituição municípios são precárias, não havendo o desenvolvimento nem dos próprios campi, nem da cidade como resultado dos recursos movimentados pela universidade no seu período de atuação em Redenção e Acarape. Há uma grande e crescente especulação imobiliária e nenhum investimento nos espaços físicos, nem sequer com a adequada pavimentação das vias de acesso aos campi. (TAE 6) – CPA 2017</p> <p>Em relação ao desenvolvimento regional a Unilab poderia ter um melhor papel, principalmente na região em que ela se encontra, porque ela deveria trazer uma visão de melhoria de vida para as pessoas, não somente aquelas que estudam nela, mas as pessoas das cidades que ela se encontra, ao contrário, há uma exploração em termos de preços de produtos e de aluguéis e não se vê melhorias na cidade que poderiam ser feitas com o dinheiro ganho por essas pessoas</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				(Discente 155) CPA 2018
		Cooperação Internacional	2 menções	<p>Considero que a UNILAB tem se distanciado cada vez mais de sua missão inicial. Questionamos o tipo de parcerias internacionais que a instituição constrói com os países parceiros. Será que conseguiremos colaborar de forma eficaz, cooperação solidária internacional, ou apenas reproduziremos o modelo de exploração já consolidado? (Aluno 21) – CPA 2017</p> <p>A missão unilab de integrar países deixa a desejar. Não existe uma integração propriamente dita, é preciso analisar a cultura do ser e não apenas do país. (Aluno 33) – CPA 2017</p>
		Acolhimento dos estudantes	1 menção	<p>Programa de Assistência Estudantil, precisa de muitas mudanças entre as quais Acolhimento aos calouros. Se não estão em condição de recebê-los o melhor a fazer é não abrir edital. Uma outra coisa é sobre o famoso auxílio que não dá nem para pagar contas e ainda para prestar conta somos obrigada a cumprir</p>

				várias regras, cópias e cópias de documentos. Ainda, essa rotina de recém formados com dificuldade de receber auxílio, até quando?! Espero que isso seja ultrapassado em breve (Discente 163) CPA 2018
		Participação da comunidade acadêmica	5 menções	Sugiro que as ações de planejamento ocorram de forma mais democrática, garantindo uma ampla participação da comunidade acadêmica na decisão das 28 prioridades. Hoje as decisões são tomadas por um grupo pequeno de gestores que orienta suas decisões segundo interesses articulares, relegando a segundo plano os anseios de professores, estudantes e taes (Docente 06) – CPA 2018
		Representação Estudantil	21 menções	Acredito que as políticas deveriam incluir de forma mais efetiva os estudantes nos processos de discussão das próprias políticas. Vejo, ainda, uma política um tanto quanto assistencialista, em grande

				<p>parte baseada na concessão de auxílios, o que deveria vir acompanhada de uma construção de pensamento crítico por parte dos estudantes. (TAE 18) – CPA 2017</p> <p>"Quanto a representação estudantil: pelo menos a do meu curso é muito falha, não existe qualquer tipo de divulgação, ou preocupação com os alunos e o curso assim como o diretório central, ambos não são atuantes, como tem que ser essas representações. (Aluno 55) – CPA 2017</p>
		Segurança na Universidade	4 menções	<p>Segurança é outro fator gritante, estamos à mercê de situações de violência a todo instante. Além disso, estão entrando na Unilab pessoas na intenção de vender drogas, inclusive são amigos dos alunos o que dificulta a identificação. Quem garante que eles não estão armados? ou ainda está servindo de olheiro para que bandidos planejem a entrada. . (Aluno 23) – CPA 2017</p>

				<p>Não há segurança a noite no campus dos Palmares (Acarape), não há elevadores e nem rampas para cadeirantes, obesos, gestantes, idosos, entre outros. (Docente 1)</p>
		Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional	17 menções	<p>Unilab é conduzida desfocada de sua missão! (Docente 4) – CPA 2017</p> <p>A missão da Unilab ainda não é satisfatória e sua contribuição quanto instituição para o desenvolvimento do país é pouco questionada e mostrada, suas políticas são verdadeiras e afirmativas mais ainda parcial. (Aluno 69) – CPA 2017</p> <p>É necessário AMPLIAR a política afirmativa para as alunas africanas, bem como para os/as afro-descendentes na Universidade. Há a necessidade de ampliação de suas ações para efetivação de sua missão. (Docente 12) – CPA 2017</p> <p>Repensar a missão da UNILAB. E tentar melhorar a situação em</p>

				<p>geral da universidade (Discente 119). CPA 2017</p> <p>A missão da Unilab é vaga, mais voltada para a integração cultural do que, de fato, para ensino, pesquisa e extensão, que é o que faz uma universidade. Os cursos da Unilab parecem dar muita perspectiva para carreira acadêmica, mas pouca perspectiva para mercado de trabalho, atuando de fato na área (TAE 05) – CPA 2018</p>
		Planejamento e Avaliação Institucional	31 menções	<p>Deveria ser feito um trabalho de divulgação do funcionamento da CPA, e de seus objetivos e metas. (TAE 5) – CPA 2017</p> <p>É necessário uma apresentação detalhada para a comunidade acadêmica, para fins de unificação de informações, sobre avaliação institucional. (Docente 22) – CPA 2017</p> <p>Parabéns pelo esforço de todos na construção da Unilab que queremos. Acredito que a avaliação é de suma importância, entretanto, ressaltar que a divulgação, explicação deve ser</p>



			<p>uma constante, deveriam ter instrumentos além do questionário, como fóruns de discussão de maneira que a CPA saísse um pouco das quatro paredes e sentassem com os alunos para ouvi-los diretamente se aproximando da realidade. (Aluno 100) – CPA 2017</p> <p>O planejamento institucional precisa ir além do pro forma e ser de fato efetivo. Sugiro que a Proplan esteja à frente da elaboração de um Plano Estratégico anual da Unilab, em consonância com o PDI, de natureza muito prática, aplicável, com metas concretas e mensuráveis. Esse plano orientaria os planos setoriais, que devem estar todos articulados (TAE 05). CPA 2018</p> <p>O planejamento deve haver um diálogo entre toda a universidade, e ouvir as pessoas. Como por exemplo, a Unilab é pouca conhecida para o Brasil e o Mundo, do seu trabalho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Atos administrativos internos</p>
--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>complexos, como por exemplo, servidor técnico ser incluído nas atividades de pesquisa como coordenador(a), membros externos serem coordenadores de projetos de extensão (TAE 27) CPA 2018</p> <p>Planejamento participativo, já. É inadmissível que uma universidade criada em pleno século 21 se mantenha tão quadrada, amarrada ao modelo de tempos da ditadura (Aluno 49) CPA 2017</p> <p>O planejamento não é claro nem envolve os agentes para discutir os rumos desse planejamento, bem como as necessidades docentes e discentes, por exemplo. (Docente 31) - CPA 2017</p>
		Comissão Própria de Avaliação (CPA)	7 menções	<p>Melhorar o planejamento institucional da UNILAB (planejar, desenvolver, divulgar, acompanhar e avaliar), O funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNILAB, a Imagem da UNILAB na sociedade, a avaliação de Curso de Graduação para fins de</p>

				<p>reconhecimento (Docente 04). CPA 2018</p> <p>Neste parâmetro, faz-se necessário verificar e condicionar uma agenda de trabalho, bem como, e forma consistente, todo o organograma necessário para esta fundamentação. A Comissão Própria de Avaliação - CPA, por exemplo, tem feito um papel importantíssimo, porém, ainda carecendo de maior compêndio material e de um trabalho sistemático (TAE 03) CPA 2018</p> <p>A Universidade deveria ousar mais, para referenciar das demais no quesito avaliação, obtendo méritos em criar um novo sistema de avaliação própria. (Aluno 141) – CPA 2017</p>
--	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

8	Menção direta aos auxílios estudantis	Menção direta da Assistência Estudantil como Política de Permanência	2 menções	<p>No que diz respeito à assistência estudantil, eu vejo essa política de extrema importância no tange ao asseguramento e à permanência do aluno na universidade (Discente 185). CPA 2018</p> <p>O Programa de Assistência Estudantil não tem sustentabilidade, não tem como atender toda essa quantidade de estudantes que tem hoje, é injusto porque privilegia a uns que não precisariam tanto e deixa de fora outros que realmente precisam. Do jeito que está, alimenta a falsa ideia de que a universidade tem que sustentar os alunos em tudo (TAE 04). CPA 2018</p>
		Suspensão de auxílios por não concluir o curso no tempo certo	1 menção	Minha crítica vai para a burocracia em relação a assistência estudantil, creio eu que suspender os auxílios dos estudantes que não se formaram no prazo vai de encontro com a proposta da UNILAB, sabendo que muitos tem problemas em se manter dentro da universidade de acordo com os perfis de cada estudante (Discente

				67). CPA 2018
		Política Afirmativa	5 menções	É necessário AMPLIAR a política afirmativa para as alunas africanas, bem como para os/as afro-descendentes na Universidade. Há a necessidade de ampliação de suas ações para efetivação de sua missão. (Docente 12) CPA 2017